UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO- FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA- PPGH

IZAIAS DE SOUZA FREIRE

ECOS DE DEMOCRATIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS VOZES DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO REGIME MILITAR EM JOINVILLE.

FLORIANÓPOLIS-SC
2015

IZAIAS DE SOUZA FREIRE

ECOS DE DEMOCRATIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS VOZES DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO REGIME MILITAR EM JOINVILLE.

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientador (a): Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão

FLORIANÓPOLIS-SC

2015

IZAIAS DE SOUZA FREIRE

ECOS DE DEMOCRATIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS VOZES DO PROCESSO DE TRANSIÇÃO DO REGIME MILITAR EM JOINVILLE.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Banca Examinadora:

Orientador (a):

_____

Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro:

_____

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Loh
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro:

_____

Profª. Drª. Ilanil Coelho
Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE

Florianópolis – SC
02 de julho de 2015

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram de algum modo para que este trabalho fosse possível.

Aos familiares, especialmente meus pais, que souberam compreender os momentos solitários aos quais me entreguei no curso deste trabalho.

Ao Programa de Pós Graduação em História da Udesc que correspondeu às minhas expectativas e proporcionou-me um reencontro com o universo acadêmico.

Ao meu orientador, professor Luiz Felipe Falcão pelo profissionalismo com o qual dedicou indispensáveis momentos a orientar-me no itinerário deste trabalho.

As professoras Janice Gonçalves, Cristiani Bereta e Silvia Maria Fávero Arend que contribuíram com os debates e discussões em sala, proporcionando importantes diálogos.

À banca de qualificação composta pelos professores Emerson Cesar de Campos e Reinaldo Lindolfo Lohn, pela leitura e valiosas sugestões, muitas das quais, incorporadas à redação final.

Aos professores da graduação em história da Univille que foram basilares na minha formação. Em especial minha ex-professora na graduação, Ilanil Coelho, que aceitou vir a Florianópolis participar dessa banca.

À amiga Lenete Boetcher que intermediou muitos contatos de entrevistas, fundamentais no momento da pesquisa.

Aos depoentes que partilharam comigo suas memórias e foram imensamente solícitos quando procurados por mim.[1]

1 O Comitê de Ética da UDESC autorizou a realização destas entrevistas. Os depoimentos também foram autorizados para a pesquisa e previamente assinados por meio de termo pelos entrevistados.

Aos companheiros de turma: Fábio, Hudson, Marla, Luiza, Karla, Mariani, Júlia, Flávio, Murilo, Christian, Bruna e Ana. Especialmente a Marla, com quem compartilhei carona, conversas, risadas e os dias difíceis.

Não poderia deixar de agradecer ao Fábio e a Ana que me acolheram em sua casa todas às noites de quinta-feira do primeiro semestre de 2014. Foi um ótimo encontro que proporcionou companheirismo, troca de experiências, música, vinhos e, sobretudo, amizade.

Ao Arquivo Histórico de Joinville e ao Laboratório de História Oral da Univille dos quais pude contar com materiais de pesquisa fundamentais para o presente trabalho. Do mesmo modo o Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz.

Até que grau a vida precisa em geral do serviço da história, é uma das questões e cuidados mais altos na saúde de um homem, de um povo, de uma civilização.
(NIETZSCHE)

RESUMO

O estudo aborda a temática da democratização sob o eixo capital-trabalho em Joinville entre os anos de 1975 a 1995 e tem como objetivo entender aspectos de como esta, sob o epíteto da "cidade industrial", mostrou-se ao longo desse processo, lidando com as descontinuidades e permanências de uma cultura política autoritária. O primeiro capítulo problematiza o acontecimento da vinda de Ernesto Geisel a cidade no dia 1º de maio de 1975 e procura discutir suas aproximações com o regime de 1964. O capítulo dois faz uma abordagem das tensões entre elementos de democratização introduzidos no mundo do trabalho fabril e as reações advindas do embate pela transformação da cultura política. A pesquisa apoiou-se em fontes impressas, sobretudo jornais, e em fontes orais.

Palavras-chave: Democratização. Regime Militar. Cultura Política. Cidade industrial. Trabalho.

ABSTRACT

This thesis addresses the subject of democratization in the city of Joinville between the years 1975 and 1995 on the capital-labour perspective. The goal is to understand aspects of the industrial city throughout the democratization process once it dealt with the changes and continuities of an authoritarian political culture. The first chapter discusses Ernesto Geisel's visit to Joinville on 1st May 1975 and the city's relationship with the military regime. The second chapter approaches the tensions between democratization aspects introduced into the factory labour world and the reactions that came from the struggle for change of the political culture. This research made use of printed sources, notably newspapers, and of oral sources.

Keywords: Democratization. Military Regime. Political Cultures. Industrial City. Labour.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Discurso de Lacerda na Fundição Tupy.....……....72

Figura 2 - Marcha dos operários e entidades sindicais……....95

Figura 3 - Marcha dos estudantes.....…….....95

Figura 4 - Geisel passando em revista as tropas do 62º Batalhão de Infantaria.....…….....110

Figura 5 - Culto ecumênico na Catedral de Joinville.....…..116

Figura 6 - Inauguração da Fubloco- Fundição Tupy S.A.....118

Figura 7 - Inauguração da Fubloco- Fundição Tupy S.A.....118

Figura 8 - Geisel cumprimenta estudantes na chegada à catedral de Joinville.…….....133

Figura 9 - Inauguração da Fubloco- Fundição Tupy S. A.....143

Figura 10 - Edson Machado e os industriais.....169

Figura 11 - Telegrama recebido pelo pároco da Paróquia Cristo Ressuscitado.....200

Figura 12 - Noticiário sobre a ausência de greves na história da Tupy.....203

Figura 13 - Piquete durante a greve da Tupy em 1985.....211

Figura 14 - Trabalhadores em frente a Tupy durante a greve de 1985.....213

Figura 15 - Votação do acordo que colocou fim à greve da Tupy de 1985.....216

Figura 16 - Ilustração das tecelãs amarradas na Döhler.....226

Figura 17 - Ilustração das tecelãs amarradas na Döhler.....228

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: LEMBRAR PARA QUE?.....13

1 - VESTIDA PARA A IGREJA, FOI VER O PRESIDENTE: A CIDADE E A CULTURA POLITICA AUTORITÁRIA.....25

1.1 – A ccidade e a cultura política autoritária.....34

1.2 – "Tupy or not tupy".....56

1.3 – A cidade e a memória pública de 1964.....66

1.4 – Desatando sentidos.....108

1.4.1 – O MDB em Joinville.....113

1.4.2 – A União Cívica Feminina.....130

1.4.3 – Geisel, o mundo do trabalho e a "revolução de 1964" 138

2 – DEMOCRATIZAÇÃO VERSUS CULTURA POLÍTICA AUTORITÁRIA: TENSÕES, MUDANÇAS E PERMANÊCIAS NO MUNDO DO TRABALHO FABRIL EM JOINVILLE.....155

2.1 – O empresariado e a abertura política em Joinville.....162

2.2 – Tensões com os novos atores.....176

2.3 – Repressão autoritária.....194

2.4 – A greve da Tupy.....202

2.5 – Transformações e permanências no mundo do trabalho fabril.....218

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....233

REFERÊNCIAS.....241

INTRODUÇÃO: LEMBRAR PARA QUE?

> Sob a história, a memória e o esquecimento.
> Sob a memória e o esquecimento, a vida.
> Mas escrever a vida é outra história.
> Inacabamento.
> (PAUL RICCEUR)

Escrever sobre o passado recente nem sempre é tarefa fácil. Não somente pelo pouco distanciamento de perspectivas que nos expõe aos riscos de distorções, mas também porque essa temporalidade próxima desempenha funções políticas sobre o presente e, sobretudo, funções identitárias. [2] Nesse sentido, escrever sobre aspectos da história recente de uma cidade como Joinville no contexto de uma ditadura, será sempre desafiante. Como assinalou Paul Ricceur, a cidade "suscita paixões mais complexas que a casa".[3] É preciso atentar para o calor passional dos acontecimentos de um passado próximo que a cidade carrega consigo, tendo em vista que quase nunca a paixão é boa conselheira política tampouco historiográfica.

---

2 MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Pesquisar experiências autoritário-repressivas recentes: dilemas e riscos. In: NICOLAZZI, F., MOLLO, H. M., ARAUJO, V. L. de (orgs.). *Aprender com a história?:* o passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2011. p. 95.

3 RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007, p. 159.

O exercício de lembrar e produzir memória sobre períodos de autoritarismo e repressão traz consigo o seu peso e suas implicações. O historiador estará movendo-se em tais condições, sempre em território conflituoso, "sob alta vigilância". [4] A memória, em dadas situações, instala-se sob o estatuto do inabordável, de uma exclusividade assentada sob uma espécie de "direito natural sobre o passado", que coloca sob o signo da suspeição uma reconstituição temporal que a submeta como objeto da história. E, no entanto, é do ofício do historiador pôr-se na contracorrente de uma história vigiada e de uma memória que tenha a pretensão de estar acima da história.

Muito já se escreveu e se produziu sobre os 21 anos que durou o regime militar no Brasil. De modo que a memória desses anos encontra-se fartamente difundida socialmente. Nas últimas décadas, sua profusão incidiu sobre a literatura, o cinema, a teledramaturgia, sem mencionar a produção acadêmica. A historiografia tornou-se tão sobejamente produzida que seu debate tem ultrapassado o campo

---

4 ROLLEMBERG, Denise. Ditadura, intelectuais e sociedade: O Bem amado de Dias Gomes. In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; QUADART, Samanta Viz. *Cultura Política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p. 337-397.

acadêmico. Durante bom tempo, grande parte da sua produção, mas não exclusivamente, fixou-se sob o eixo da resistência.[5] O fato é que a memória coletiva foi-se reconstruindo e estruturando-se sob a ideia de que a sociedade resistiu, muitas vezes em silêncio, receosa da repressão, mas no fundo, nada tinha a ver com a ditadura.

O trabalho pioneiro sobre a ditadura militar em Joinville[6], da historiadora Sirlei de Souza, inscreve-se, em certa medida, nesse patamar. Em primeiro lugar é preciso ressaltar que o estudo de Souza dialoga com caminhos trilhados no presente trabalho, embora também se distancie em perspectivas tratadas ao longo da narrativa. O principal ponto de

5 *Ibid.*

6 *Ecos de resistência na desconstrução da ordem*: uma análise da revolução de 1964 em Joinville. Dissertação de mestrado em história- Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, Florianópolis: 1998. Cabe aqui justificar o título da presente dissertação (*Ecos de democratização:* uma análise das vozes do processo de transição do regime militar em Joinville), que faz uma alusão ao trabalho de Souza. Este era o título provisório que constava no pré-projeto de pesquisa, mas que acabou permanecendo na versão final por questões de ordem regimental da universidade, não sendo possível efetuar a mudança que julgava necessária para melhor contemplar o trabalho na sua totalidade. Advirta-se o leitor de que embora o a noção de "transição" apareça no título, não se fará uso das chamadas "teorias da transição". O viés teórico que sustenta este trabalho opera com a noção de "cultura política" que enfatiza as transformações e permanências ao longo do processo de democratização e tem como foco o mundo do trabalho fabril em Joinville. Ainda nesse sentido, acrescenta-se que não são propriamente as "vozes do processo do processo de transição", mas sobretudo, as vozes do/para o mundo do trabalho fabril.

afastamento talvez seja precisamente a ideia de que a ditadura foi "um poder que se instituiu no país pela força" e "não possuiu legitimação na população brasileira".[7] Embora a autora demonstre ao longo do trabalho a recepção ao golpe de 1964 por setores da sociedade civil como imprensa, igrejas e associações, Souza acaba por incorrer na noção de que a população não o teria respaldado. Uma das grandes inquietações que moveu o trabalho de Souza foi demostrar que a negação de qualquer tipo de resistência ao regime na cidade não se confirmava. A autora o fez analisando e interpretando fontes impressas e, sobretudo, fontes orais. [8] Contudo, sua afirmação de que o regime não encontrou legitimação popular, deixa de mensurar a participação civil na construção do regime de 1964. Preocupou-se também o movimento golpista, com a legitimidade social de um golpe que era dado em nome da democracia. Faz-se necessário nesse sentido, compreender a

7 SOUZA, Sirlei de. Movimentos de Resistência em tempos sombrios. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (org.). *História de (I)migrantes:* O cotidiano de uma cidade. 2. ed. Joinville: UNIVILLE, 2005, p. 198. Ver também: SOUZA, *op. cit*., 1998.

8 Para uma crítica sobre o lugar social de produção do texto de Souza, ver: COELHO, Ilanil. Pelas tramas da cidade migrante. Joinville: Editora da Univille, 2011, p. 146-151.

sociedade e a ditadura de "modo relacional, envolvendo zonas intermediárias entre colaborar e resistir".[9]

O cinquentenário do golpe (2014), ao ser evidenciado pela imprensa local por meio de uma memória calcada nas vítimas não deixa de ser notável. O principal diário impresso da cidade, o jornal *A Notícia*[10], hoje pertencente ao grupo Rede Brasil Sul (RBS), publicou uma série de reportagens com pessoas que foram presas ou sofreram algum tipo de repressão em Joinville. Deu-se visibilidade às vítimas do regime militar, mas o diário absteve-se de dá-la às bases civis de sua legitimação e sustentação no âmbito local, incluindo a si próprio como órgão de imprensa, pautando-se na noção da sociedade inocente, vítima sem responsabilidades. Ao rearranjar a memória dos anos do golpe calcada nas vítimas, o veículo de comunicação operava sob a circunscrição "dialética entre memória e esquecimento"[11] para lembrar o

---

9 RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: AARÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 30.

10 O diário foi fundado em 1923. Em 1956 passou a ser dirigido por Helmuth Fallgatter. Também respondia pelo jornal empresários como Baltazar Buschle e Wittich Freitag. Cf. TERNES, Apolinário. *História do A Notícia* (1923-1983). Joinville: A Notícia, 1983.

11 SILVA, Sonia Menezes. *A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação- A folha de S. Paulo e o Golpe de 1964*. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 28.

cinquentenário. Nesse sentido, é do metier do historiador fazer a crítica à sedimentação de memórias que contrariam evidências e que buscam se estabelecer por vontades e interesses.[12]

Se nem todos os segmentos sociais "colaboraram" diretamente com o regime, ainda assim cabe perguntar sobre as "zonas cinzentas",[13] da qual falou Laborie. Trocando em miúdos: *zonas* de abrigo da sociedade no que considerava possível, adaptando-se, anestesiando-se. E nisso enseja perguntar: "como compreender, passados os anos, que a sociedade tenha convivido por vezes sem conflitos, com um regime que exilava, prendia, torturava e matava seus inimigos?" [14]

Chama a atenção em Joinville que generais-ditadores continuem nomeando estabelecimentos de ensino, assim como um conhecido bairro da cidade[15]. Seria essa a única sombra

12 AARÃO Reis, Daniel. A Ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista. In: AARÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 13.

13 LABORIE, 1994 *apud* ROLLEMBERG, 2009, *op. cit.*

14 CORDEIRO, Janaína Martins. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. In: AARÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 199.

15 O bairro Costa e Silva inicialmente era conhecido como Vila Comasa, após a visita do Marechal Arthur Costa e Silva, passou a denominar-se Vila Costa e Silva. Em 1977, na gestão municipal do prefeito Luiz Henrique da

desse passado que ainda incide cotidianamente sobre o silêncio/esquecimento coletivo? E afinal, por que a historiografia deveria se ocupar, após décadas, de assunto tão desconcertante? Por que não virar a página? Este trabalho se inscreve, em certa medida, como uma tentativa de ocupar um lugar deixado pela dialética memória/esquecimento, seja porque muitas pessoas pouco perceberam o regime militar em Joinville, seja porque tantas outras que fizeram parte de suas redes de sustentação continuam aí, sendo-lhes pouco conveniente lembrar.

"A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler", insiste Paul Ricoeur. Tarefa árdua para quem se propõe estranhar o que lhe é familiar, deslocar-se para outras perspectivas, aproximar, distanciar, ver, embora nem sempre constitua-se zona segura transformá-la em leitura. Os riscos políticos de reputação para a imagem pública do pesquisador existem. Na urbe da "vocação industrial" em que a retórica de suas elites celebrara desde sempre o papel do homem de empresa na

---

Silveira, a lei nº 1526 delimitou seus limites territoriais e a Vila passou a ser chamada de Bairro Costa e Silva. Cf. CORRÊA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes (Coord.). *História dos bairros de Joinville* (Arquivo Histórico de Joinville). Joinville: Seigraph, 1992, p. 56-57.

construção da cidade, não poderia, por ventura, tornar o ato de tocar essa representação na tentação de Midas? [16]

A narrativa na sua totalidade faz uma incursão sobre a temática da democratização (Joinville 1975 - 1995) ancorando-se fundamentalmente na questão do mundo do trabalho fabril com ênfase nas mudanças e permanências de uma cultura política autoritária na cidade, cujo o epíteto, *Manchester Catarinense,* gozava de grande prestígio entre tantos outros,[17] pelo poder do empresariado e peso da indústria local. O viés político da investigação aparecerá a reboque da problemática central que gira em torno do eixo capital-trabalho. O epíteto aparecerá na narrativa sobre a alcunha de "cidade industrial", sempre entre aspas, tomando-o como categoria discursiva de relações de poderes, não como aceitação tácita da plasticidade que assume seu discurso, pois a cidade é muito mais que suas indústrias.

---

16 Segundo a mitologia grega, Midas teria recebido uma vultosa recompensa de Apolo, mas que possuía em seu avesso uma maldição. Ao transformar em ouro tudo aquilo que tocava o pobre mortal descobre nela sua desgraça, e o que aparentava vantagem converte-se em infortúnio e razão de infelicidade.

17 Os epítetos que coexistiam eram: *Cidade dos Príncipes, Cidade das Flores, Manchester Catarinense, Cidade das Bicicletas* e mais recentemente, *Cidade da Dança*. Sob o regime militar, o epíteto *Manchester Catarinense* reinou soberano na imprensa.

A temática da democratização evoca um momento que a cidade ainda se movia sob a sombra do regime de 1964. O primeiro capítulo tomará como pretexto à vinda de Ernesto Geisel a Joinville no dia 1º de maio de 1975 para discutir a "cidade industrial" e suas aproximações com o regime de 1964. As fontes jornalísticas são encampadas com a finalidade de problematizar o acontecimento do 1º de maio. Os depoimentos orais são arrolados como parte de uma estratégia para revisitar a memória pública do golpe na cidade, do mesmo modo também, problematizar as especificidades ou características do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no âmbito local, que administrava a prefeitura municipal desde 1973. A interpretação das fontes no primeiro capitulo desdobrar-se-á em três frentes: nos jornais, de modo mais pontual, nos depoimentos orais, e no diálogo com a bibliografia local, tomada como referência e, em dadas situações, como fonte.

No capítulo dois abordar-se-á as tensões provocadas pelo surgimento de elementos de democratização no mundo do trabalho fabril. Trata-se da organização da Pastoral Operária ligada ao movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da fundação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e as tentativas de incidir sobre a organização dos trabalhadores na cidade. As tensões serão abordadas sob o eixo

da disputa pela configuração de uma nova cultura política que impunha uma nova organização do mundo do trabalho. A intenção é dar visibilidade às forças que se contrapunham no embate pela transformação da cultura política dominante até então. Procurar-se-á tratar de um perfil do empresariado local na abertura política, as semelhanças e distanciamentos com o contexto nacional. A narrativa neste ponto, se apoia em fontes impressas, mas, sobretudo, nas fontes orais. Os depoimentos estão em maior profusão no segundo capitulo, uma vez que há pouca documentação relacionada à Pastoral Operária. [18] Do mesmo modo, o Partido dos Trabalhadores local, assim como o sindicato dos metalúrgicos, não possuem documentação do período estudado.

Em última instância, cabe ressaltar que esta narrativa se inscreve sob o signo da representação do passado. A escrita da história não tem a pretensão de recuperar o passado, de ressuscitá-lo tal qual fora experimentado, embora mantenha no horizonte a busca por uma verdade aproximativa.

---

18 Alguns documentos abordados em relação a Pastoral Operária foi encontrado no acervo do Centro de Direitos Humanos assim como ao Partido dos Trabalhadores. Este, por sua vez, perdeu grande parte de seu acervo em enchente em 2008, segundo informado. O sindicato dos metalúrgicos só possui documentação guardada de período posterior ao estudado.

Do mesmo modo, abordar o passado não significa necessariamente submeter-se à sua sombra, alimentando ressentimentos ou apontando culpados. Lembrá-lo é aceitar sua existência, inútil é o desejo de desvencilhar-se, o passado não cessa, cabe interpelá-lo sob a premissa de Michel Löwy: "a lembrança do passado serve como arma para lutar pelo futuro".[19] Assim, esse trabalho inscreve-se também sob o signo do político e nesse sentido, não há pretensões de neutralidade, há identificação com as "vozes de baixo".

19 LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. *Revolta e Melancolia*: o romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 44.

1 - VESTIDA PARA A IGREJA, FOI VER O PRESIDENTE: A CIDADE E A CULTURA POLITICA AUTORITÁRIA

> De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá às nossas perguntas.
> (Italo Calvino) [20]

"Tupy e Catedral estão prontas para receber o presidente E. Geisel".[21] Assim destacava a manchete do principal órgão de imprensa local no dia 1º de maio de 1975 sobre os dois lugares que fariam a recepção do general-presidente na cidade. O diário fazia referência ao trabalho cuidadoso de ornamentação de flores e folhagens da catedral do bispado para a celebração de um culto ecumênico com a presença de Ernesto Geisel, sua esposa, a primeira dama Lucy Markus Geisel e a filha, Amália Lucy Geisel, bem como os preparativos para a festa do dia do trabalho no interior da Fundição Tupy. O jornal *O Estado,* por sua vez, destacaria no dia seguinte que "os operários estavam indiscutivelmente, em seus melhores trajes".[22] É deveras significativo o modo como o

---

20 CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p, 44.
21*A Notícia*. Joinville, 1º de maio de 1975, p. 1.
22*O Estado*, suplemento extra, Florianópolis, 2 de maio de 1975, p. 9.

empresariado, igrejas e imprensa monumentalizaram o evento, *enfeitando* a cidade para uma celebração que *coroava* o congraçamento entre capital e trabalho, entre o labor de um operariado ordeiro e uma cultura empresarial que conduzia a marcha do progresso industrial na cidade. O acontecimento da vinda de Geisel naquele 1º de maio descortinou, como se verá, o quanto a cidade industrial figurava como um utópico modelo para cultura política autoritária do regime de 1964.

A vinda de Geisel a Joinville é hoje um episódio esquecido, salvo em breves referências da historiografia local. Este trabalho a toma como ponto de partida para olhar a cidade e diferentes atores, no momento em que se anunciava a distensão no horizonte político do país. Geisel não era o primeiro dos generais-presidentes a visitar Joinville, tampouco sua única estadia na cidade. Ao longo dos vinte e um anos que durou o regime militar, todos os generais-presidentes estiveram em Joinville, alguns mais de uma vez. A vinda de Geisel naquele 1º de maio, no entanto, parece a mais significativa pelo conjunto de agentes nela envolvidos. Castelo veio para tornar-se patrono da *Festa das Flores*, Costa e Silva veio por decisão

de seu arbítrio[23], Médici veio receber o título honorífico da cidade[24], Figueiredo viria assinar contratos de empréstimos[25], mas Geisel veio à "cidade industrial" no dia do trabalho, embora hoje seja pouco lembrado. Como observou o antropólogo Jöel Candau, é preciso atentar para os silêncios coletivos. É possível melhor compreender uma sociedade considerando seus esquecimentos que aquilo que ela comemora e faz questão de lembrar. [26]

O lugar temporal do acontecimento do 1º de maio enseja pensar a cidade movendo-se sob a sombra da ditadura e ainda distante do caminho da democratização. Encontra-se o mesmo permeado por um conjunto simbólico que evidencia a

23 A informação é de Ralf Milbradt, ex- vereador pela Arena, na época chefe de gabinete do prefeito Nilson Bender, que assegura ter vindo de Brasília uma ordem mandando suspender a inauguração do Hospital São José em 1969 pela administração municipal, uma vez que o general-presidente viria fazer isto pessoalmente. Ralf Milbrat, 71 anos, representante comercial, depoimento concedido ao autor em Joinville, 02 de maio de 2014. É preciso ter em mente que se tratava de uma reinauguração pois o hospital já existia. Cf. GUEDES, Sandra P. L. de Camargo. *Instituição e Sociedade*: a trajetória do Hospital São José de Joinville (1852-1971). Joinville: Movimento & Arte, 1996.

24 O título lhe foi concedido na administração Harald Karmann em 1971. Depois voltou à cidade na condição de turista com a esposa em 1974. *A Notícia* reproduziu a foto do general distribuindo autógrafos em Joinville nessa segunda ocasião. *A Notícia*, Joinville, maio de 1975, p. 13.

25 Empréstimos envolvendo casas do BNH e ampliação da rede de águas. Cf. *Correio da Tupy*, Joinville, agosto, 1982, p. 12.

26 CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 150.

marca do poder local na recepção e coabitação com o regime de 1964. Na esteira de seu epíteto difundido à exaustão, a de "Manchester catarinense", pode-se ler nas páginas da imprensa o molde em que se deu a fabricação daquele acontecimento.

Para Pierre Nora, o acontecimento como um artefato forjado, como uma invenção midiática, é um fenômeno relativamente novo na história. Segundo o historiador francês, ele é datado do final do século XIX, quando as sociedades industriais através de suportes de comunicação de massa passaram a dar visibilidade a fatos por meio de uma gama de virtualidades do real sem precedentes e colocando diante do historiador o desafio de lidar com esse fenômeno do mundo moderno. Como observa Nora, o acontecimento não se cola ao real tornando-se uma parte integrante de seu "cortejo inseparável", pois para ganhar cidadania no mundo dos fatos, precisa ser produzido, garantindo assim seu status e sobrevivência com contornos e formas delineadas. A condição de vir à luz sua existência depende em grande medida de sua exploração pelos recursos midiáticos de que dispõe a sociedade contemporânea: "imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente

independentes, mas como a própria condição de sua sobrevivência”[27].

A visibilidade da visita de Geisel, assegurado pela mídia local, compreende o antes, o durante e o depois, se estendendo num intervalo compreendido por uma semana, tempo no qual o acontecimento é moldado. Há apenas uma condição para que ele exista: “para que haja acontecimento é necessário que ele seja conhecido”[28]. Seus preparativos foram presididos por uma coalizão das elites locais. Assim, imprensa, TV e rádio deram o suporte necessário à sua materialização. *A Notícia* e *Jornal de Joinville*[29], principais órgãos de imprensa comprometidos com o poder econômico na cidade, fizeram durante dias cobertura à visita presidencial. As lacunas deixadas pelas fontes jornalísticas não impedem a dedução, sem maiores embaraços, de que a visita de Geisel vinha sendo articulada com relativa antecedência, como sinalizava o relatório do balanço geral da Fundição Tupy feito no mês

---

27NORA, Pierre. O Retorno do fato. In: LE GOFF, J. & NORA, Pierre (org). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, p. 181-183.

28 NORA, *loc. cit.*

29 O *Jornal de Joinville* estava ligado externamente ao grupo de Assis Chateaubriand.

anterior,[30] que já anunciava sua vinda para a inauguração da nova fundição de blocos de motores e cabeçotes.

Infere-se que o acontecimento vinha sendo cuidadosamente planejado com o governo via Ministério do Trabalho, que patrocinaria o show com artistas nacionais nas dependências da empresa[31]. O show musical "presentearia" os trabalhadores com artistas de renome como Elza Soares, Eliane Pitman, Jorge Ben e Cauby Peixoto. Diferentemente de outras datas de 1º de maio, nas quais cada empresa organizava as suas atividades, nessa ocasião a programação foi pensada em função da Fundição Tupy. [32] A carta de agradecimento endereçada à população de Joinville, publicada na imprensa dias depois pelo industrial Hans Dieter Schmidt, presidente da empresa, dá uma noção da mobilização promovida na cidade que contou com uma ação integrada do empresariado, líderes sindicais, poder político, eclesiástico, educacional e da unidade do exército na cidade.

No âmbito político, o acontecimento pode ser entendido como parte de uma estratégia do governo militar de dar

---

30*Correio da Tupy*, Joinville, maio, 1975, p. 17.
31*Correio da Tupy,* Joinville, maio, 1975, p. 27.
32 Também estava previsto um clássico do futebol local para homenagear o trabalhador entre Caxias e América. O jogo estava marcado para as 15 horas no Ernestão com os portões abertos.

visibilidade ao termômetro da distensão do regime, anunciado há cerca de um ano antes. Possivelmente essa era a razão do general-presidente ter "recomendado" que em sua visita ao Estado de Santa Catarina, se permitisse o máximo de contato com diferentes segmentos, sobretudo o operariado.[33] Esse modo de aparição do poder era algo incomum, pois os governos militares haviam gestado "imagens soturnas, sombrias, sobretudo carentes de calor popular".[34] Teria sido esse um dos traços distintivos dos governos militares: o distanciamento que impuseram e sofreram com a ausência de contato direto com populares, cena comum entre seus antecessores.[35] Embora, em Joinville, sempre se tenha garantido contato de segmentos sociais na recepção à ditadores: de Getúlio Vargas sob o Estado Novo quando esteve na cidade em, aos generais-presidentes militares que a visitara. Contatos, sobretudo, com o empresariado, as igrejas, a população operária e estudantil. A distensão anunciada tornava ainda mais imperativa uma nova forma de aparição do poder e Joinville, de algum modo, era oportuna àquele momento da ditadura.

33*O Estado*, suplemento extra, Florianópolis, 2 de maio de 1975, p. 2.
34FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo:* ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997, p. 68.
35*Ibid*., 1997, p. 67.

A imprensa especulava do porquê a cidade catarinense ter sido escolhida pelo general-presidente para estar presente no dia do trabalho. O jornal *O Estado* destacou que a visita "ativou a curiosidade, não apenas local, mas também nacional"[36], afinal, atentava-se para os sinais da distensão, se o governo militar iria ceder ou fechar-se. Na avaliação de *O Estado*, no dia seguinte, a visita desautorizava a desconfiança no "fechamento da abertura", pois o general havia dado provas do "exemplo singular de seu estilo liberal" e "responsável", de que estava disposto a dialogar. Para o diário da capital, a visita era um sinal de que "o filamento do mercúrio político" do termômetro da distensão estava em alta. Fosse essa a estratégia política do governo, pode-se avaliar que a mesma lograva algum êxito, ao menos em suas *zonas cinzentas* e seus segmentos sociais que não opuseram-se ao regime de 1964. O editorial de *A Notícia,* um dia após a visita, trazia o seguinte título: "Um presidente que esbanja simpatia".[37] O diário local descreveu as seguidas vezes que o general-presidente dirigiu-se a populares estendendo a mão e "cativando" "a simpatia dos joinvilenses", como destacou: "pela maneira afetiva de tratar os

---

36*O Estado*, suplemento extra, Florianópolis, 2 de maio de 1975, p. 2.
37*A Notícia*, Joinville, 2 de maio de 1975, p. 4.

que o aclamavam".[38] A suposta caracterização do joinvilense feita por *A Notícia,* como "povo defensor da ordem, impulsionador do progresso, amante do trabalho e respeitador", era uma manifestação desse cenário ideal para política do governo, pois essa era justamente a representação que o general-presidente fazia da cidade, como se verá.

No âmbito econômico, a vinda de Geisel à cidade pode ser entendida como a culminância do que o historiador Reinaldo Lindolfo Lohn denomina de "consórcio governamental-empresarial"[39] que se estabelecera desde 1964. Segundo Lohn, ele se assentava sobre a ideia de que os empreendedores privados fossem merecedores de políticas de incentivo e crédito do governo, por serem promotores do desenvolvimento. O periódico *Correio da Tupy* na edição de maio de 1975 referia-se a está fórmula como "a nova mentalidade de mútua cooperação introduzida no país há pouco mais de 10 anos".[40] O acontecimento daquele 1º de maio

---

38*Ibid.*

39LOHN, Reinaldo Lindolfo. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Histórias na Ditadura: Santa Catarina: 1964-1985*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014, p. 17-19. O autor aponta a sua existência como indício da parceria que sustentou o regime em Santa Catarina, e permaneceu como fórmula ao longo do processo de redemocratização.

40*Correio da Tupy*, Joinville, maio de 1975, p. 25.

coroava também um ciclo de otimismo iniciado na década anterior, quando a poderosa classe econômica do maior polo industrial do Estado de Santa Catarina saudou o golpe como a alvissareira notícia que despontava no horizonte político do país.

1.1 – A ccidade e a cultura política autoritária

A história, na metáfora do futebol tratada por Durval Muniz, "tudo e nada promete". Aquilo que poderia ser o grito retumbante da vitória, em dadas ocasiões pode transformar-se em desilusão, até mesmo no "rosto sem graça do empate, do zero a zero". Isto porque nós historiadores, observou, esperamos sempre falar do espetacular, do extraordinário, do fora de série, "da glória que produz herois ou anti-herois". Temos dificuldade de "falar do cotidiano cinza", de aceitarmos receber dele "um drible". [41] Em consonância com isto, pode-se pensar também que a cidade permite mostrar-se pelo ordinário, e que é possível encontrar em seu avesso a graça esportiva do jogo amistoso, do exercício do passe, de servir os companheiros e quiçá festejar o gol numa bola sobrada.

41ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado.* Ensaios de teoria da história. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007. p. 169.

Encravada entre duas capitais do Sul do país, Curitiba e Florianópolis, Joinville, em meados da década de 1970, representava o pólo industrial de Santa Catarina. Para Ternes, uma das cidades mais desenvolvidas do Brasil.[42] A crer no discurso hegemônico de suas elites, Joinville era uma "cidade progressista e pacata": ambientada em um cenário desenhado na fumaça das chaminés, no charme da Rua das Palmeiras, no burburinho dos antigos armazéns e nos jardins floridos das casas em enxaméis. Uma poética do cotidiano a ser assim descrita: *silêncio na cidade não se escuta*, mas certamente menos pelo ruído dos automóveis que pelo *apito da fábrica de tecidos*.[43] Assomados ao sino das igrejas luteranas[44] e católicas, que ressoavam em diferentes horas do dia, testemunhas de um tempo, em que o principal meio de transporte, sobretudo dos operários, ainda era a bicicleta.[45]

42TERNES, Apolinário. *Joinville, a construção da cidade.* Joinville: SEIGRAF, 1993, p. 176. Segundo Ternes, a revista *Dirigente Municipal,* do grupo *Visão,* em 1974 classificou a cidade na 13ª posição, num ranking de 500 municípios.

43 Os itálicos fazem alusão às músicas de Chico Buarque de Holanda e Noel Rosa, respectivamente.

44 Sobre as horas do dia, assim como o tipo de batida dos sinos, ver a crônica de teor saudosista "Os sinos da igreja", de Adolfo Bernardo Schneider. SCHNEIDER, Adolfo Bernardo. *Nossa Boa Terra*: contos e crônicas da terra dos príncipes. Joinville: s/ed., 1984, p. 83-86.

45 A cidade possuía 60 mil bicicletas e 19 mil veículos. TERNES, Apolinário. *Tempos modernos: a presença de italianos em Joinville, 1973-*

A imagem idílica da cidade, no entanto, não se confirma quando atentamos para a produção da historiografia local: nem tudo eram poesia e flores. A cidade trazia em seu reverso as anti-utopias de seu "progresso": o aumento da violência, da criminalidade e da favelização das áreas de mangue. [46] Uma coisa é certa: a "cidade industrial" se movia. É preciso atentar aos seus sinais, suas regiões de sombra, no que diz, cala ou consente.

Uma incursão pelos diários locais da época, em específico nos espaços destinados às colunas sociais, constata-se a existência de pouca vida noturna em Joinville. [47] De um modo geral pode-se atentar para o fato de que a cidade dormia cedo e acordava cedo para trabalhar nas fábricas: "por volta das 22 horas os estudantes saíam e rapidamente sumiam em direção às suas residências"[48]. Segundo Ternes, a vida noturna

---

2008. Joinville: Editora Univille, 2010, p. 34.

46 Cf. GRUNER, Clovis. *Leituras matutinas:* modernidade, utopia e heterotopias na imprensa joinvilense (1951-1980). Dissertação (Mestrado em História)- Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2002. MEURER, Belini. *Entre flores e manguezais*: a construção do real em Joinville. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1993.

47 Não significa, contudo, ausência total, pois havia os espaços marginais como as casas de meretrício, por exemplo, ainda que isso seja desconsiderado pelo discurso da imprensa.

48 TERNES, 2010, *op. cit*., 38.

em Joinville se resumia a "dois ou três lugares". O autor vê nisso um subproduto do "modo alemão de viver e se divertir" ou de supostos "traços marcantes da rigidez prussiana"[49] que se mantinham na cidade. A historiografia sobre Joinville, no entanto, tem apontado que no início da década de 1970, a cidade já sentia fortemente o fenômeno da migração e estava longe de ser a imaginada "comunidade germânica".

O depoimento de Vilmar de Souza, na época, presidente da Fundação Turística de Joinville (Promotur), reitera que a cidade na década de 1970, era caracterizada por parca vida cultural e atribui isso ao resultado de um modelo imposto pelo empresariado em um momento, na qual a cidade estava organizada sob a lógica da indústria, que impingia os rumos da cultura, da educação e da economia.[50] A narrativa de Souza procura dar conta de uma lógica industrial que imprimia o destino da cidade, orientando esta em função daquela. Até mesmo a criação da Universidade da Região de Joinville teria sido pensada primordialmente para servir a indústria com mão-

---

49 *Ibid.*, p. 36-38.

50 Vilmar de Souza, (?) anos, *depoimento concedido a Diego Finder Machado* e *Ilanil Coelho* em Joinville, 30 de janeiro de 2008. Segundo ele, "as recreativas" das empresas, "lazer vigiado", "foram péssimas para o desenvolvimento sócio-cultural da comunidade: "o cara passou a viver num gueto, da fábrica para casa, de casa para a recreativa".

de-obra especializada. É preciso atentar, contudo, que Joinville viveu uma efervescência cultural durante a década de 1970, cuja a visão de Souza não contempla. Segundo a historiadora Raquel S. Thiago: "Enquanto no centro da cidade ocorria uma intensa movimentação cultural, notadamente nas artes plásticas, com base na classe média, na periferia plasmava-se um movimento cultural de base popular, voltado principalmente para o teatro".[51]

O depoimento de Souza, no entanto, expressa a noção do peso da indústria em Joinville: uma cidade hegemonicamente organizada sob a cartografia do sonho de um grupo. Curiosamente, a perspectiva de Souza guarda aproximações com Zobeide, cidade invisível de Italo Calvino. Com suas 550 indústrias, a *Manchester catarinense* descortinava, para a grande parte de seus habitantes, um cotidiano pouco afeito ao universo onírico: "as ruas da cidade eram aquelas que os levavam para o trabalho todas as manhãs".[52] Mas se havia aproximações, a "cidade industrial" guardaria também distanciamentos: na contramão da cidade

---

51 THIAGO, Raquel S. Joinville- cultura e história. In: TERNES, Apolinário (org.). *Joinville 150 anos.* Joinville: Editora Letradágua, 2001, p. 25.

52 CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p, 45.

invisível, onde as vias eram dispostas dinâmica e continuamente de acordo com os sonhos de seus habitantes, na *Manchester,* o discurso hegemônico procurava estabelecê-las como destinos firmados de acesso ao trabalho, resistindo envolver-se na plasticidade de sonhos de sociabilidades que pudessem contestar os sonhos imaginados, fundados sob o competente discurso da ordem, da disciplina e do trabalho. [53]

A chegada de Geisel a Joinville era lembrada pelos dois diários locais como a visita do "quarto presidente da Revolução"[54], num agenciamento de sentido que colocava a cidade no eixo de uma identificação com o regime de 1964. *A Notícia* dedicou no dia da visita o seu 2º Caderno, destacando as fotos e as circunstâncias na qual se deram as demais visitas dos generais- presidentes, Humberto Castelo Branco, Arthur Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici. A escolha do jornal não é movida apenas por critérios de informação. Como

---

53 Vilmar de Souza assegura que na década de 1970, determinado empresário em Joinville costumava dizer na ACIJ que deveria haver um porteiro na entrada da cidade. Se o viajante viesse fazer negócio com a indústria seria bem-vindo, se viesse fazer turismo seria "vagabundo", logo deveria ser despachado para Balneário Camboriú. Vilmar de Souza, depoimento citado.

54*A Notícia*, Joinville, 1º de maio de 1975, p. 1; *Jornal de Joinville*, Joinville, 30 de abril de1975, p. 1.

observou Marialva Barbosa, o jornal é, sobretudo, um construtor de memória:

> O jornal ao selecionar fatos, ao relegar outros ao esquecimento, ao escolher a forma de sua narrativa, ao definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo um olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial a dialética lembrar/esquecer. Aos relatos que devem ser perenizados, imortalizados na palavra escrita, contrapõem-se outros relegados ao esquecimento. Funcionando como uma espécie de memória escrita de uma determinada época, retém o excepcional. (...) A escrita deve ser vista, pois, como elemento de construção seletiva da memória, que contem em si mesma a questão do poder. Eternizar um dado momento através da escrita é, ao mesmo tempo, como diz Geoges Duby "domesticar e selecionar a memória". Ao selecionar o que deve ser lembrado e ao esquecer o que deve ficar em zonas de sombras e de silêncio, esses veículos de comunicação impressos tornar-se-iam, portanto, também senhores da memória.[55]

Na perspectiva de Barbosa, o veículo impresso participa da "construção seletiva da memória" e está permeado pela "questão do poder". Há limites para produzir informação ou opinar desprendidamente acerca de determinados assuntos. É preciso salientar que a imprensa local em Joinville possuía forte vinculação com o poder político e econômico da cidade.

---

55 BARBOSA, Marialva. Senhores da Memória. In: Intercon – *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 18, n. 2, 1995, p. 88-89.

Nesse sentido ela é coparticipantes da memória do golpe que se manteve viva em suas páginas por longos anos durante o regime.

A vinda de Geisel tinha também como finalidade inaugurar o mais ambicioso projeto de expansão da Fundição Tupy, que havia contado com pesado investimento do governo federal. [56] Não fora de propósito, teria sido articulada para as festividades do dia do trabalho. Nem por obra do acaso, se encerraria o VII Encontro Estadual de Trabalhadores e a VIII Semana Sindical, que se desdobravam na cidade na semana que antecedeu o 1º de maio. A deusa fortuna parecia oferecer a ocasião propícia para que a cidade industrial ganhasse visibilidade nacional sobre a "concórdia entre patrões e empregados". De um "povo por natureza amante do trabalho e cumpridor da ordem". Assim, a imprensa exultava com a ideia de a cidade projetar-se nacionalmente como vitrine: "a capital do trabalho". [57]

---

56 TERNES, *op. cit*., 1988, p. 117-127. O empréstimo feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE) entraria para a história como o maior empréstimo efetuado, jamais concedido a uma empresa privada no Brasil.

57*A Notícia*. Joinville, 1º de maio de 1975, p., 4. *Correio da Tupy*, Joinville, maio de 1975, p. 1.

Para a historiografia regional, "a mítica e idealizada cidade do trabalho"[58] é uma invenção do início do século XX. A difusão de um discurso competente das elites locais acerca da cidade, como forma de controle da disciplina, da ordem e do trabalho, consolidou-se durante a República Velha e o Estado Novo.[59] Mas foi com a proeminência e liderança do empresário Hans Dieter Schmidt que esse real idealizado ganhou foros de marketing, tomando projeções acentuadas. Em sua fala, ao ser condecorado com a medalha "Marechal Rondon" em 1963 em São Paulo, o industrial esboça claramente a imagem propagada da cidade:

> O patrão e o empregado não se hostilizam, antes se reúnem em prol das mesmas causas; as greves, tão comuns em outros lugares, ali não existem (...). Em Joinville, principalmente, apesar de suas 500 indústrias, apesar da enorme concentração de operários, o elemento comunista não obtém êxito, as igrejas se entendem e respeitam, as classes sociais não se distinguem, o trabalho e o senso de responsabilidade confortam e animam dirigentes e dirigidos. Bem quisera eu houvesse em todas as cidades do Brasil aquele espírito pioneiro de Joinville. Filho de uma cidade e de um Estado pioneiro, natural orgulho de todos

58 CUNHA, Dilney. *História do trabalho em Joinville: gênese*. Joinville: Todaletra, 2008, p. 70.

59 Cf. COSTA, Iara Andrade Costa. *A cidade da ordem*: tensões sociais e controle (Joinville 1917-1943). Dissertação de mestrado- Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 1996.

> quantos a visitam, procuro, pela palavra, nas várias associações de classe de São Paulo, difundir as minhas idéias, mostra-lhes as realizações feitas, os frutos bem sucedidos de minha experiência; mas em São Paulo, sou simplesmente uma voz que clama.[60]

As palavras do industrial manifestam o compromisso com a difusão dessas ideias, de plasmar uma imagem de Joinville como uma cidade marcada pela ausência de antagonismo e conflito social. E, não obstante, o empresário lamentar que todo seu esforço nas "várias associações de classe" da metrópole paulista se reduzisse a "uma voz que clama", não significava, contudo, que a imagem veiculada da cidade não encontrasse ressonância em lideranças nacionais que a visitavam. Prova isso, o discurso do deputado federal Lourival Batista (UDN) no Congresso Nacional em Brasília em dezembro de 1963. Na ocasião, havia visitado Joinville na comitiva do presidente da câmara dos deputados, Ranieri Mazzilli (PSD):

> **Tive, na semana passada**, (grifos do *Correio da Tupy*) a agradável surpresa de conhecer **um dos maiores centros de trabalho deste País**, qual seja a cidade de **Joinville, em Santa Catarina**. (...) **Desde a chegada**, pude constatar o clima que respira seu povo. **Ali não medram os germes das ideologias espúrias**,

60 *Correio da Tupy*, Joinville, julho de 1963, p. 4-5.

não fincam o pé os adversários da ordem. **Patrões e trabalhadores têm meios calmos e pacíficos de tratar os problemas** que a ambos interessam. Com centenas de fábricas, **Joinville desconhece a capacidade destruidora das falsas lideranças sindicais**, não se registra movimentos grevistas adrede obtidos para reivindicações alienadas de seus reais interesses. **Vi em Joinville uma comunidade operária tranqüila**, senhora de suas responsabilidades, distanciada da politicagem subdesenvolvida dos comandos gerais. Ali, um trabalhador sabe quais são as suas obrigações, entende quais são os seus direitos e o parque industrial caminha sem tropeços. Este registro faço questão de fazer. (...) **Por isto Joinville se assemelha a uma colméia**, respirando trabalho e ação por todos os cantos. É exemplo vivo e dignificante da capacidade do operário e do homem-de-empresa, que não criam casos, antes **os resolvem como amigos e como autênticos defensores das liberdades e do regime democrático**. Certos pregadores de ideologias longitudinais de nossa verdade histórica e da nossa atualidade precisariam conhecer Joinville, experimentar a convivência que com êle (*sic*) tive **para atestar o grau de amadurecimento de seus trabalhadores**, que sabem o que querem e não se deixam enganar pelas lideranças falsas, anacrônicas e sem nenhum conteúdo. Por isto, **Joinville não conhece o problema das greves**. (...) o proletariado de Joinville não poderia, como não quis, ingressar nas faixas visadas do sindicalismo pré-revolucionário, que só pensa em greves políticas para beneficiar pseudo-líderes. **Desta Tribuna quero louvar, de público, o espírito empreendedor do capital e do trabalho em um dos maiores centros**

> **fabris do interior brasileiro! Era o que tinha a dizer à esta Casa e ao Brasil!**[61]

Em que pese o deputado Lourival Batista ser um representante da UDN e esta possuir significativo peso na política local da cidade, não parecem despropositais os destaques em negrito que a redação do *Correio da Tupy* introduziu no texto do discurso do parlamentar, pois correspondem bem ao *mito* que a classe empresarial da cidade interessava propagar. A metáfora da cidade "colméia" foi difundida à exaustão nos discursos locais da época, antes e depois de 1964. A metáfora é quase sempre o uso da imagem a serviço do pensamento na produção de um sentido. A colméia não é o espaço do conflito, mas o lugar onde tudo funciona *dentro da mais perfeita ordem*.

Na imagem evocada pela metáfora subjaz um desejo que bebe na matriz de uma cultura política, pensada aqui como um código ou conjunto de referentes difundidos e partilhados no seio de uma tradição política. [62] Um código composto por uma vulgata acessível a um grande número de pessoas, uma leitura comum e normativa da sociedade. Ou dito de outra forma:

61*Correio da Tupy*, Joinville, 24 de dezembro de 1963, p. 23.

62BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs). *Para uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998, p. 350.

"uma concepção da sociedade ideal tal como vêem os detentores dessa cultura".[63]

Esta cultura política local estava pautada na ausência da negociação social como função de uma sociedade democrática. Nesse sentido, o estrato de uma cultura política autoritária é descortinado nas fórmulas normativas de negação do conflito social, cuja força, quando estabelecida sob o eixo de uma cultura política dominante, contribui para modelar a sociedade na qual vigora. Joinville é representada, no seio dessa cultura política, como um lugar onde todos se entendem; onde as igrejas não rivalizam entre si; onde as classes sociais não se distinguem; onde não há lugar para germinar ideologias espúrias; onde o trabalho harmoniza as relações entre dirigentes e dirigidos. A "cidade ideal" inscrita nessa vulgata é o manifesto da aspiração de uma cultura política dominante que procurava delimitar o modo como a cidade deveria ser percebida, desejada e representada, fundada numa ilusão totalizante. A *colméia* é, pois, o véu que encobre a luta por um idílio alimentado por uma cultura política autoritária que é anterior ao golpe de 1964, que conjugava lógica liberal com uma práxis autoritária.

63*Ibid*., p. 351.

Voltando a presença de personalidades do regime militar em Joinville, o discurso de Jarbas Passarinho diante de empresários e líderes sindicais em visita à cidade e à Fundição Tupy, quando era ministro do trabalho e da previdência em 1968, também reverbera a imagem que Joinville desejava projetar diante de outros centros operários do Brasil:

> Oxalá neste país a mentalidade empresarial que sinto aqui (...), pudesse ser uma regra geral. Oxalá êste (*sic*) Brasil se inspirasse no exemplo de Joinville para fazer a paz social. (...) Por isso, os meus calorosos elogios. Não tome estas palavras como palavras formais. Elas não o são. Elas são palavras de admiração (...) pelo exemplo que está a dar para êste Brasil todo, que *nós sonhamos exatamente assim*: *desenvolvido e sem guerra de classes* (grifo meu).[64]

Para o ministro da ditadura, Joinville era uma cidade que despertava admiração, um exemplo inspirador para o Brasil. Este *lugar do sonho* da utopia autoritária, "a cidade industrial", seria escolhido por Geisel para fazer o primeiro contato de seu governo com os trabalhadores do Brasil naquele 1º de maio. Antes de qualquer coisa, é importante não perder de vista que os usos políticos do 1º de maio não são uma invenção

64*Correio da Tupy*, Joinville, junho, 1968, p. 5.

dos militares. Desde o *Estado Novo* fora instituído como parte do calendário na criação de um tempo festivo envolvendo as massas trabalhadoras, mas sempre com um caráter comemorativo, não reivindicatório.[65]

O general-presidente teria ficado tocado com a festa organizada, envolvendo trabalhadores e patrões. A mídia local procurou insinuar uma identificação de todas as classes trabalhadoras, sem distinção entre elas, ainda que se possa entrever na programação momentos reservados, marcando uma hierarquia e distância que só não existiam na retórica. O coquetel oferecido pela empresa a Geisel e convidados, bem como a "churrascada" no refeitório da Tupy para cerca de 700 pessoas entre autoridades e líderes sindicais, seria apenas para os trabalhadores "mais graduados". A alegria dos operários, destacaria *O Estado*[66], ficaria por conta do show e dos 30.000 cachorros-quentes oferecidos pela empresa.

Joinville reunia naquele momento, condições ideais para dar visibilidade a uma dupla intenção: das elites locais ostentarem seu paradigma de cidade na vitrine do acontecimento e do governo mostrar-se próximo ao trabalhador

---

65 GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988, p. 235.
66*O Estado*, suplemento extra, Florianópolis, 2 de maio de 1975, p. 5.

em um lugar idealizado do trabalho. Com suas elites perfeitamente ambientadas ao espírito do regime, a cidade oferecia a ocasião propícia para o momento político.

Os jornais foram unânimes em destacar a quebra de protocolo feita por Geisel na solenidade de inauguração, quando recebeu a estatueta representando o fundidor da mão de trabalhadores da Tupy, em que proferiu um discurso de improviso.[67] Segundo o jornal *Folha de S. Paulo,*"Geisel se emocionou com a homenagem, a ponto de não conseguir controlar as primeiras palavras de seu discurso, que foram trêmulas":

> (...) desejo referi-me ao ambiente de harmonia, de ordem e de cooperação que existe e deve continuar a existir entre os que trabalham, entre os que são dirigidos e os que dirigem, entre os que são empregados e os que são empregadores. (...) quando me dispus a vir passar o 1º de maio em Joinville, tive em vista prestar uma devida homenagem **ao povo desta terra que, pelo seu exemplo, constitui, dentro do nosso país, uma fato singular**: é que aqui se trabalha com afinco, em harmonia, e de

67 Constavam no protocolo cerimonial apenas três pronunciamentos: o do Ministro do Trabalho Arnaldo Pietro, o do Governador Antonio Carlos Konder Reis e do presidente da Fundição Tupy Hans Dieter Schmidt. A cerimônia foi transmitida pela Rádio Nacional.

> maneira realmente exemplar (grifo do *Correio da Tupy*).[68]

O *Jornal de Joinville*[69] destacaria na sua edição de domingo, estritamente este trecho da fala do general-presidente acerca de Joinville como cidade exemplar. O *Correio da Tupy* destacou em manchete: "Para orgulho nosso, Joinville é exemplo para o Brasil".[70] *O Estado* inverteu a fala de Geisel referindo-se à Tupy como uma "empresa que é exemplo da iniciativa privada", mas também a relação "modelar" expressa na confraternização entre "dirigentes de empresas e empregados"[71] que se fazia na cidade.

É significativo, na biografia de Geisel, uma flagrante aproximação com Joinville. Natural de Bento Gonçalves (RS), Geisel era filho de imigrantes alemães. Seu pai veio da Baviera em 1890 para o Brasil. No Rio Grande do Sul trabalhou em fundição e lecionou em escola luterana. Os filhos, Orlando e Ernesto, fizeram carreira nas forças armadas.[72] Ambos

---

68*Correio da Tupy*, Joinville, maio de 1975, p. 10.
69*Jornal de Joinville*, Joinville, 4 de maio de 1975, p. 2.
70*Correio da Tupy*, Joinville, maio de 1975, p. 10.
71*O Estado*, suplemento extra, Florianópolis, 2 de maio de 1975, p. 3.
72Cf. Centro de Pesquisas Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Verbete: Geisel, Ernesto. In: http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx. Acessado em

estiveram na cidade em 1966 na comitiva de Castelo Branco, ocasião na qual visitaram a Fundição Tupy. Mas não seria a primeira vez que o general visitava Joinville, como atestam as fotografias do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Em Julho de 1962 esteve no 13º Batalhão de Caçadores, unidade do exército em Joinville. Isto porque em Janeiro desse mesmo ano, havia assumido a chefia da Artilharia Divisionária da 5ª Divisão de Infantaria, sediada em Curitiba, onde também exerceu, em caráter interino, o comando da 5ª Região Militar, a qual estava submetida o 13º Batalhão de Caçadores.[73]

Em 19 de outubro de 1978, próximo ao final de seu mandato, Geisel esteve em Joinville inaugurando o Centro Social Urbano do Itaúm e relembrou nesta ocasião, todas as visitas que havia feito a cidade, sugerindo o quanto esta o atraía:

> Ao longo de minha vida já estive várias vezes em Joinville. Estive em função oficial, no desempenho de meus encargos como militar; estive como presidente de empresa, relacionado com a Petrobrás; estive em férias, a passeio; estive em visita à exposição de orquídeas;

31 de janeiro de 2015.
73*Ibid*.

> estive acompanhando o Presidente Castelo Branco; já estive aqui mesmo como presidente da república num 1º de maio. E hoje volto, volto como das outras vezes, sempre com muito prazer porque me acostumei há muitos anos, em reconhecer em Joinville uma cidade que trabalha, uma cidade que vibra e luta diariamente para progredir e se desenvolver, onde não há ociosidade, contribuem com suas mentes e suas mãos para desenvolver essa comunidade, este município, este estado e o nosso país. É pois, não só com prazer, como também com reconhecimento pelo que aqui se luta, que eu venho hoje novamente visitar Joinville.[74]

O *Jornal de Joinville* destacou que o reconhecimento de Geisel devia-se ao fato da cidade representar "uma verdadeira Colméia do Trabalho". [75] A "cidade que trabalha", onde não havia "ociosidade", desde muito tempo figurava como uma referência para o general-presidente: um mítico lugar do trabalho fundamentado na ordem e na disciplina, um idílio de harmonia social e progresso que exercia fascínio nas fileiras militares.

A hospedagem em Joinville no 1º de maio de 1975 na residência de Dieter Schmidt, possivelmente tivesse a ver com essa proximidade com a cidade, um gesto que emoldura uma

---

74*A Notícia*, 2º Caderno, Joinville 20 de outubro de 1978, p. 1. Levando em consideração a enumeração feita pela redação do discurso, era a sétima vez que Geisel visitava Joinville.

75*Jornal de Joinville*, Joinville 20 de outubro de 1978, p. 5.

conotação de familiaridade. Claro está que o contato do industrial com a sede do governo militar em Brasília era frequente. Dieter Schmidt possuía fácil "acesso às altas autoridades federais". Era ele quem repassava "para seus pares na ACIJ o teor desses encontros em Brasília".[76] Os indícios evidenciam uma identificação de setores militares em Brasília com o "espírito da cidade" e vice-versa.

O discurso oficial do governo feito pelo ministro do trabalho Arnaldo Pietro, na solenidade de inauguração na Tupy assinala na mesma direção, ressaltando a imagem refletida que o governo militar possuía acerca de Joinville:

> (...) integração, sem distinção de raças, de classes sociais ou de religião, dando lugar ao embasamento sólido de uma perfeita unidade nacional. O local é dos mais apropriados para esse encontro cívico (...) para demonstrar a sintonia de propósitos entre povo e o Governo no processo de desenvolvimento harmônico do País.[77]

Ao situar Joinville nesse contexto é preciso ressaltar que tal concepção de integração e harmonia, tratava-se, na verdade, de uma retomada das matizes ideológicas do Estado Novo que haviam sido retrabalhadas pelos militares como

---

76GEHLEN, Joel. *O Século Singular: participação empresarial na formação de Joinville*. Joinville: Letradágua, 2011, p. 162.
77*Correio da Tupy*, Joinville, maio, 1975, p. 9.

apontou Carlos Fico: "a valorização da mistura racial, a crença no caráter benevolente do povo, o enaltecimento do trabalho, uma certa ideia de nação baseada nos princípios da coesão e da cooperação".[78] O discurso de Pietro ecoa tais matizes e estampa distintivos que tornava a cidade um paradigma do que o ministro considera a "perfeita unidade nacional".

A evocação da memória pública que trazia as fotografias das visitas de Castelo, Costa e Silva e Médici a Joinville, feita pela imprensa local no dia 1º de maio, mais do que enaltecer o regime, era uma clara manifestação de seu orgulho em ver a cidade ser reconhecida por ele. A imprensa procurou espelhar o prestígio que a cidade possuía perante os militares. Além das imagens, o editorial de *A Notícia* lembrava que "todos os quatro dirigentes do país saídos das fileiras do Movimento Revolucionário de 1964" haviam "um a um", visitado Joinville para sentir "o pulsar" de seu "progresso". Dois dias após a visita de Geisel, *A Notícia*[79] punha em relevo o alto "conceito" que a cidade desfrutava "junto ao movimento Revolucionário de março de 1964" e a exortava quanto à sua "obrigação de apoiá-lo mais ainda". Sobre as visitas dos

78FICO, 1997, *op. cit.,* p. 34.
79*A Notícia*, Joinville 3 de maio de 1975, p. 4.

generais-presidentes, Ternes referenda que o "prestígio de Joinville" constituía-se em fator decisivo:

> (...) visitas oficiais à cidade, sempre sob monumentais aparatos de segurança e recepcionados pela fina elite industrial do município, quase sempre com o líder empresarial Dieter Schmidt, herdeiro e presidente do Grupo Tupy, à frente. Os generais presidentes vinham a Joinville para reconhecer o "espírito do lugar", de exemplar modelo de "segurança e prosperidade" ou de "ordem e trabalho".[80]

É deveras significativo que no mês seguinte à visita de Geisel a Joinville, a Petrobrás tenha batizado o maior petroleiro até então construído no país com o nome da cidade. Pesando 131 toneladas, o "Joinville" fora lançado ao mar numa solenidade que contou com a presença do Ministro da Marinha e do prefeito da cidade, Pedro Ivo Campos[81]. Este navio era parte das pretensões do Programa de Construção Naval de 1974 cuja aspiração, segundo Carlos Fico, citando Geisel, era "situar o Brasil entre os "maiores construtores navais do mundo".[82] Era bastante apropriado ao momento que a cidade

---

80 TERNES, 2010, *op. cit*. p. 35.
81TERNES, *loc. cit.*
82 FICO, 1997, *op. cit*., p. 82.

fosse referenciada como símbolo de um Brasil grande que avança pelo trabalho e a ausência de conflito.

1.2 – "Tupy or not tupy"

Joinville consolidou-se como pólo industrial de Santa Catarina a partir da Segunda Guerra Mundial, consolidando sua liderança de maior parque industrial do Estado na última metade do século XX. [83] A Fundição Tupy, criada em 1938, tornou-se a marca referencial da industrialização da cidade, encontrando paralelos na tecnologia de fundição somente em países industrializados como Inglaterra, Alemanha, EUA e Japão. Seu pioneirismo no domínio da tecnologia metalúrgica do ferro fundido maleável projetou sua imagem no pós-guerra, consolidando sua marca dentro e fora de Joinville. O produto Tupy seria largamente empregado nas variadas demandas mecânicas, seja a da indústria automobilística, a de conexões, quando ainda não se conhecia o plástico e o PVC, em sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica, entre outras.[84]

---

83 Cf. TERNES, Apolinário. *História econômica de Joinville.* Joinville: Meyer, 1986.

84 Cf. GOULARTI Filho, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007; TERNES, Apolinário. *A Estratégia da Confiança.* Joinville: S. ed., 1988.

Foi sob a administração de Hans Dieter Schmidt, a partir de 1958, que o grupo Tupy expandiu sua produção com destaque para o fornecimento de autopeças para multinacionais fabricantes de veículos que há pouco haviam se instalado no país sob o governo JK. Foi sob o regime militar, no entanto, que a empresa alçou o "vôo da águia", para empregar a expressão de Apolinário Ternes, que escreveu a saga da Fundição. [85] Durante esse período, a empresa ganhou dimensões enormes, destacando-se no pólo industrial da cidade e mudando indelevelmente a paisagem do distrito Boa Vista depois de sua completa transferência do centro da cidade para a zona leste.

A Tupy foi chamada de "a cidade que cresce ao lado de Joinville "[86] não apenas pela imensa área ocupada, mas também por bens e serviços que com o tempo foram sendo alocados em suas imediações: cooperativa de consumo, agência bancária, casas populares, recreativa, creche, Igrejas, escolas, cartório.

---

85 A obra de Ternes sobre a Fundição Tupy representa o olhar institucional da empresa sobre sua história, pautada na visão desbravadora do empresário de origem germânica que herdou de seus antepassados um espírito empreendedor, uma espécie de locomotiva da história na cidade. Possivelmente, decorrente daí, se dê pouca visibilidade ao operário na tessitura da narrativa da obra, uma personagem fundamental na construção da trama da fundição.

86 TERNES, 1988, *op. cit*., p. 124.

Doou também a empresa terreno para a construção do Hospital Regional.

A expansão vertiginosa da empresa durante o regime militar se deu entre 1971 e 1981 quando o grupo Tupy aumentou seu patrimônio em 650% segundo cálculos do economista Ido Michels. Seu capital líquido subiu de 17 milhões de dólares para 125 milhões.[87] Sua fama de "indústria-cidade" também se justificava no fato de que a empresa consumia sozinha energia elétrica superior à maioria dos municípios do Estado, nem mesmo Florianópolis se equiparava em sua demanda. Foi assim que as Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) instalou uma subestação para transmitir energia com exclusividade para a Fundição, atendendo aos interesses de um de seus maiores consumidores.[88]

Em 1973 o grupo Tupy já era o maior empregador do município de Joinville e contava com a mão-de-obra de 18% de sua população.[89] O crescimento do grupo nesta década também esteve ligado ao fenômeno da migração na cidade. Para suprir a carência de mão-de-obra, a empresa se lançou ao recrutamento

---

87MICHELS, Ido Luiz. *Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997*. Campo Grande: Editora UFMS, 1998, p. 210-212.
88 TERNES, 1988, *op. cit*. 127.
89*Loc. cit*., 127-129.

externo de trabalhadores no interior de Santa Catarina e em cidades do Paraná.[90]

A Tupy também pode ser caracterizada quanto à sua filosofia de trabalho. Em *A estratégia da confiança*, Ternes referencia a existência de um *Código de Ética* da empresa que menciona itens como: "integridade do colaborador e emprego do tempo", "proteção e utilização do patrimônio", "registro de informações", "guarda de arquivos", "proteção da informação reservada e confidencial", "espionagem e sabotagem", "participação em atividades políticas",[91] entre outras.

A Tupy possuía uma filosofia de trabalho marcada pela rigidez da ordem e da disciplina interna. O "aculturamento na Tupy"[92] por parte do "colaborador" levava em conta sua "introdução espartana" aos valores da empresa. Muito provavelmente daí resultasse a fama do operário-tupy. A conduta "exemplar" do operário da Tupy abria-lhe portas de emprego. É o que assegura Moacir José Floriani, que durante anos trabalhou no setor de recrutamento da fundição. Ter a carteira assinada como trabalhador da Tupy, segundo ele, era

---

90 Cf. NIEHUES, Valdete Daufemback. *De agricultor a operário: lembranças de migrantes*. Dissertação de mestrado em história. Florianópolis: 2000.
91 TERNES, 1988, *op. cit*., p. 270.
92

sempre excelente cartão de visitas para conseguir um novo emprego.[93] No entanto, é preciso ressaltar que ter a carteira assinada pela Tupy não garantia o passaporte do emprego para o trabalhador, era preciso ter sido um bom operário. Essa premissa é deduzida a partir de outra informação do depoente: a empresa mantinha "um livrão" com "o cadastro do ex-funcionário". Era por este registro que se definia, inclusive, se um ex-funcionário "tinha alguma chance de retornar ou não" para a empresa. Em dado momento, assegura Floriani, que o próprio serviço de segurança da Tupy, passou a levantar "informação de ordem policial" sobre quem se candidatava a uma vaga de emprego na Fundição. Supõe-se que havia um serviço de informação interna bastante eficiente sobre seus quadros.

Por outro lado, as condições de trabalho na Tupy não eram fáceis, muitos não conseguiam se adaptar ao seu ambiente. Determinados setores da fábrica exigiam certo grau de resistência física do operário. Setores como "esmerilhação" e "quebra de canais" eram muito hostis. A realidade da fábrica de fundição, no que tange condições como o ruído e o calor,

---

93 Moacir José Floriani, 46 anos, depoimento concedido *a* Valdete Daufemback Niehues em Joinville, 19 de julho de 1999 (AHJ).

demandava sacrifícios os quais nem sempre o trabalhador conseguia suportar. Pondera Floriani:

> Muita gente se assustava com a realidade que encontrava na empresa. Imagina o cara trabalhar uma vida inteira no mato, escutando passarinho, de repente vê aquele fogo pingando. O ferro quando sai do forno, aquilo é um espetáculo meio dantesco. O cara olhava: "aqui é o inferno".

Esse "ambiente agressivo" era, segundo o depoente, uma das razões da alta rotatividade de pessoas nos primeiros três meses após o ingresso na empresa. Mesmo assim, o agricultor que vinha "com a mão calejada tinha um ponto favorável" na sua contratação. As cidades do interior forneciam mão-de-obra: o colono-operário, base da classe trabalhadora em Santa Catarina. Essa mão-de-obra "disciplinada" respondia aos interesses da empresa na criação de consenso de satisfação mútua. Em diferentes momentos ao longo de sua história, o marketing empresarial da Tupy acentuou a ausências de greves.

Há outro dado acerca da fábrica de fundição que merece atenção. Durante o regime militar, circulou na cidade um rumor em torno da Tupy. Seu significado deve ser considerado, pois lhe garantiu lugar na memória. Em variados depoimentos

locais colhidos ao longo dos últimos anos por historiadores, assim como nos que foram coletados para a presente investigação, evidencia-se a fala de que a Tupy era "área de segurança nacional" do regime militar. Isso teria resultado de um acordo que, em caso de guerra, a empresa converteria a sua produção para a indústria bélica. Como moeda de troca teria recebido vultosos empréstimos do governo federal para investir e ampliar sua produção, como expressam depoimentos no trabalho feito pela historiadora Valdete Daufemback Niehues.[94]

O conjunto desses depoimentos evidenciam que em torno dessa memória na cidade, há tanto os que afirmam, quanto os que lhe negam o estatuto de fato, o que talvez se aproxime do que Portelli chamou de memória dividida. [95] No entanto interessa aqui analisar não a sua divisão, mas as condições de produção e circulação do rumor que o inscreveu na memória dos depoentes. A questão que se impõe é: como essa crença circulou e pôde estabelecer-se na cidade? Caberá

94 Está informação está em um dos 31 depoimentos coletados Niehues, cujo informante solicitou manter o anônimato. Cof. NIEHUES, *op. cit.,* p 70.

95 PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. de M., AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral.*8ª ed, Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006, p. 103-130. A exemplo do que demonstra o autor, não se trata de uma divisão binária entre os pólos direita e esquerda. Há divisões internas nos dois lados entre os que negam e os que afirmam.

sempre à investigação interrogar as bases de sustentação de uma crença. [96]

Beatriz Sarlo, analisando *La bemba* de Emilio de Ípola[97] a fim de evidenciar como o autor tratou sua experiência do tempo que esteve preso sob a ditadura argentina como objeto de estudo, nos sugere um caminho analítico. Ípola abordou em *La bemba* a experiência do rumor carcerário. Apropriemo-nos aqui da esteira analítica de Sarlo a fim de levantarmos alguns questionamentos para estabelecer condições de verossimilhança e proceder interpretativamente acerca da circulação desse rumor sobre a Tupy.

Em primeiro lugar é preciso atentar que a cidade foi visitada por inúmeras autoridades do alto escalão do governo federal ao longo de 21 anos do regime, e, na maioria das vezes, recepcionadas pelos diretores da fundição. *O Estado* destacou que a visita de Geisel à fundição era "até certo ponto uma rotina", pois "três presidentes revolucionários" haviam visitado

---

96 Marc Bloch levantou indagação próxima acerca da crença que sustentava o poder de cura da realeza européia em *Les Rois Thaumaturges* (1924). Paul Ricceur problematizou a questão da seguinte forma: "Como o rumor, a falsa notícia da capacidade dos reis de curar os escrufulosos pôde propagar-se e se impor"? Cf. RICCEUR, *op. cit*., p. 202.

97 SARLO, Beatriz.*Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva.* São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 71-80.

a empresa.[98] As visitas eram sempre acompanhadas por ampla cobertura da imprensa local. Mais ainda, numa das várias visitas dos estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG) à fábrica, o *Correio da Tupy* assinalou o debate sobre os significados da fábrica para a "segurança nacional" que se fez no interior da empresa com os alunos, naquela ocasião.[99]

Em segundo lugar, nenhuma indústria na América Latina possuía o domínio na metalurgia do ferro fundido maleável, e soldável, tal qual a Tupy, tornando a empresa uma potencial fabricante de armas se as circunstâncias assim o impusessem. É preciso ter em mente que se vivia o período da Guerra Fria, e embora o Brasil fosse um parceiro clássico dos EUA, a política externa do governo Geisel não deixaria de ser considerada como uma das mais ousada entre os seus pares: o general-presidente assinou em junho de 1975 um acordo nuclear com a Alemanha.[100] A possibilidade do Brasil se

---

98*O Estado*, suplemento extra, Florianópolis, 2 de maio de 1975, p. 9.
99*Correio da Tupy*, Joinville, maio, 1967, p 11.
100 Muitas críticas foram deferidas pelo congresso americano ao governo brasileiro, ainda mais porque o Brasil não compunha a lista dos países que assinara o Tratado de Não Proliferações de Armas Nucleares (TNP) de 1968. Essa era uma preocupação de quase todos os grandes países na verdade. As pressões levaram a uma reformulação do acordo em fevereiro de 1976, com a participação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) estabelecendo regras mais rígidas que as anteriores. Cf. COSTA, Célia Maria Leite. Acordo Nuclear Brasil-Alemanha (1975). In: *Fatos &*

envolver em conflito armado não era de todo inverossímil em tal contexto. [101]

Cabe ainda indagar o que tal rumor poderia representar no campo da experiência, nos espaço das sociabilidades e das subjetividades. O estatuto que um rumor adquire, sob um regime político marcado pela lógica, não da normalidade constitucional, mas do descaso com a norma, ferindo direitos humanos fundamentais, precisa ser considerado. Como observa Portelli, ao narrar o vivido, a testemunha tanto atribui quanto reproduz sentidos do passado e não são raras as ocasiões nas quais os significados que presidem um evento dizerem mais que o evento em si. [102] A representação de uma indústria de notória importância econômica como "área de segurança nacional" no contexto de uma ditadura é, no mínimo, indício de

---

Imagens. Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

101 É preciso ter em mente também o caráter da indeterminação das condições de produção de tal rumor. Em condições normais de comunicação o rumor tende a desgastar-se: sua repetição afeta a natureza da novidade da informação. Em condições excepcionais, marcada de escassez de informação, como observa Sarlo, o interesse pelo rumor se renova. A verdade é que a circulação do rumor sobre a Fundição Tupy garantiu-lhe um lugar na memória social possivelmente pelo que ele representava naquele contexto.

102 PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. Revista do Programa de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: EDUC, fevereiro de 1997. Vol. 14, p. 25-40.

algo regionalizado, que poderia ampliar seu significado em razão de sua potencial transformação em indústria de guerra.

Afora isso, o relatório final da *Comissão Nacional da Verdade,* trouxe à luz um dado sobre a Fundição Tupy para a qual já apontavam indícios desse trabalho de pesquisa, então em andamento: ela é citada como um caso excepcional de uma empresa privada que cedeu espaço em suas dependências para o funcionamento de um órgão do regime ligado ao aparelho de informação.[103] No segundo capitulo essa questão será retomada.

1.3 – A cidade e a memória pública de 1964

> Muitos certamente lembrarão desse tempo como os anos da ditadura militar, os anos do golpe de 1964. Nós os interpretamos como os anos da redenção!
> (Marina Moreira Braga) [104]

Um dos componentes que marcaram o acontecimento da vinda de Geisel a Joinville no 1º de maio foi a evocação da memória pública de 1964 tanto pelos órgãos de imprensa local, quanto pela solenidade na Fundição Tupy. É oportuno fazermos nesse ponto uma visita a esta memória na cidade, a fim de dar

---

103*Brasil: Comissão Nacional da Verdade.* Brasília: CNV, 2014, vol. II, p. 72.

104Marina Moreira Braga, 79 anos, depoimento concedido a Roberta Helena do Nascimento em Joinville, 21 de outubro de 2005.

visibilidade à recepção e à sustentação do regime no âmbito local.

O modo como o empresariado da cidade acolheu o golpe, guarda aproximações com o pensamento de Marina Moreira Braga, sócia fundadora e a primeira presidente da União Cívica Feminina (UCF) de Joinville. Confrontada com a narrativa dos que se "lembrarão desse tempo como os anos da ditadura militar", como observa Braga, não obstante as diferenças de perspectivas, pontos de convergências e distanciamentos, as duas maneiras de lembrar o regime tornam-se ferramentas de análise valiosas para compreender como a cidade industrial e seu seguimento hegemônico, o empresariado, reagiu ao golpe, articulando-se com imprensa, igrejas e poder político local.

A análise de jornais e periódicos da época disponíveis no arquivo público da cidade permite constatar o contato do empresariado local com o circuito Rio-São Paulo no pré-1964, especialmente nas mediações feitas por lideranças mais expressivas no cenário empresarial da cidade. As ligações do empresariado nacional com o golpe militar se inscrevem no contexto analisado no clássico estudo de Dreifuss, sobre o complexo IPES/IBAD que, por meio da formação de uma elite

orgânica centrada na ação, pretendeu reagir ao que foi percebido por eles como uma crescente tendência esquerdizante na vida política do Brasil. Segundo Dreifuss, formou-se em todo país uma ampla rede de líderes empresariais e militares, unidos pelo posicionamento anticomunista, numa ação política sofisticada para articular um golpe contra o governo do presidente João Goulart.[105]

A principal fragilidade do trabalho de Dreifuss tem sido apontada por alguns historiadores no fato do autor ter superestimado a ação da elite orgânica capitaneada pelo IPES. Para tal crítica, a tomada do poder pelos militares não poderia ser explicada pela capacidade que aquelas associações teriam de conduzir o processo histórico. O golpe teria resultado de uma sucessão de acontecimentos heterogêneos e que mesmo golpistas e conspiradores de plantão foram surpreendidos pela movimentação precoce das tropas do Gal. Mourão Filho em Juiz de Fora (MG). [106]

---

105 DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.* 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 161-165.
106 Cf. CARVALHO, José Murilo de. Fortuna e Virtú no golpe de 1964. São Paulo: *Estudos Avançados* 28 (80), (USP), 2014; FICO, Carlos. *Além do golpe*: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2014.

Para José Murilo de Carvalho, é inegável que havia uma conspiração da direita desde a renúncia de Janio Quadros, porém, chama a atenção para o depoimento do diretor do IPES que revelou a grande dificuldade de arrancar dinheiro de muitos empresários. Muitos empresários, segundo ele, tinham receio de se envolver. [107]

De Joinville, Dreifuss cita uma empresa ligada ao grupo Tupy na lista dos contribuintes do IPES[108] e o *Jornal de Joinville* (IPES-SP). [109] O que se pode verificar é que o contato com essas redes se dava, sobretudo, na capital paulista e Dieter Schmidt era o principal elo entre a Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A presença do industrial joinvilense na capital paulista foi sempre muito intensa, desde que seu pai, Albano Schmidt, lá fixou residência. Dieter

---

107 CARVALHO, *op. cit*.

108 DREIFUSS, *op. cit*., p. 635. Cita a Tubos Guararapes que ficava em Pernambuco. Não se encontrou registros nesta pesquisa de outros contribuintes na cidade, o que apontaria para duas hipóteses: ou o empresariado local pouco se envolveu por receio, como chama a atenção à análise de José Murilo de Carvalho, ou foram contribuições camufladas da qual fala Dreifuss. Este autor chama a atenção que muitas contribuições de empresas eram disfarçadas para protegê-las do conhecimento público. Havia várias formas de "limpar" os vestígios dessas contribuições para que estas empresas não fossem identificadas como contribuintes individuais. Para um detalhamento dessa estratégia ver: DREIFUSS, *op. cit*., p. 203-205.

109 DREIFUSS, *op. cit*., p. 547.

Schmidt concluiu o ensino médio no colégio Mackenzie e ingressou no curso de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Casou-se em 1961 e, desde então, manteve residência em São Paulo, em permanente contato com sua elite empresarial, ao mesmo tempo em que dirigia a maior empresa privada de Joinville.[110]

Segundo Carlos Adauto Vieira, membro do PTB, escritor, economista e advogado que chegou a Joinville nos idos de 1957, preso político na cidade logo após o golpe, os contatos que Dieter Schmidt mantinha com São Paulo tornavam-no a potencial liderança do golpe na cidade e quiçá, no Estado. O fato de ter estudado em São Paulo, segundo ele, dera-lhe "outra visão de mundo": a de um homem de empresa que "raciocinava como líder", pois sua "visão era maior que a dos empresários de Joinville". Vieira descreve assim o clima político nos dias que antecederam o golpe na cidade:

> A gente tava de olho assim na política nacional e resolveu fazer um comício exatamente pra ver como é que estava o golpe em Joinville. Então o Paulo Wright, o padre Alípio Freitas e eu alugamos um caminhão e anunciamos um comício na Praça do Expedicionário. Eu disse

110*Correio da Tupy*, Joinville, março, 1961; *BANAS* Revista Industrial e Financeira, agosto de 1971.

> bom, agora nós vamos ver se há ou não há golpista aqui em Joinville. Nós vamos falar contra o golpe. Foi no dia 23 de março de 1964, uma semana antes do golpe, e realmente de noite aconteceu o que nós esperávamos. Veio um grupo assim, todos com lencinho no pescoço para se identificar e tentou acabar com o comício e nós reagimos. (...) Eu disse está vendo, o golpe está preparado e aqui em Joinville já tem uma gurizada aí metida, e foi batata. Claro, isso tudo era feito muito escamoteadamente, aí a razão de nós termos feito o comício. Vamos fazer o comício porque daí eles vão aparecer, e realmente apareceram. (...) um deles cujo nome eu ainda me lembro, porque depois eu fui me encontrar com ele na maçonaria, ele era maçom, eu entrei para a maçonaria e esbarrei no cara (...) ele era funcionário da Tupy.[111]

O depoente avalia que os golpistas agiam de modo "escamoteado", o "lencinho no pescoço" dos que teriam tentado acabar com o comício, todavia, é um indício de que a UDN local estivesse mais sintonizada ao clima do golpe. O lenço branco era um símbolo da UDN e costumava ser agitado nos comícios em sinal de pureza.[112] Vieira conjectura que Dieter Schmidt teria "liderado muito bem o golpe na cidade".

---

111 Carlos Adauto Vieira, 81 anos, advogado, depoimento concedido ao autor em Joinville, 05 de maio de 2014.
112 FRIAS, Otávio. *O Tribuno da imprensa*: a trajetória de Carlos Lacerda. Ensaio. Piauí, 91, abril de 2014, p. 34.

As presenças do líder da UDN nacional, Carlos Lacerda, governador da Guanabara, cidade-estado criada após a transferência da capital para o interior de Goiás, e de Hebert Levy, deputado federal pela mesma sigla e grande nome ligado ao IPES-SP, por ocasião do jubileu de prata da Fundição Tupy, em 9 de março de 1963, assim como os contatos feitos com a classe empresarial de Joinville naquela ocasião, corroboram as conjecturas de Vieira.

Figura 1: discurso de Lacerda na Fundição Tupy

Fonte: Fundição Tupy S. A. *25 Anos: álbum comemorativo*

Os discursos proferidos por Dieter Schmidt e Carlos Lacerda (figura 1) diante de cerca de quatro mil pessoas entre operários, empresários, autoridades políticas, eclesiásticas, bem como militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, dão o tom do clima social e político daquele momento. O pensamento que se constitui nas dobras das falas, a despeito do evento do jubileu, recaiu, sobretudo, no âmbito da arena política, com ênfase no anticomunismo, anti-estatismo, antirreformismo, na defesa da livre empresa e num combate aberto ao Governo Jango.[113] Para o industrial, Lacerda era um símbolo e uma inspiração no combate à esquerda:

> Peço vênia às autoridades aqui presentes, (*sic*) para invocar o testemunho de um dos homens que mais se tem destacado em desmascarar o falso nacionalismo: o Exmo. Sr. Governador Carlos Lacerda. (...) Não é de hoje que o Brasil conhece e admira a sua palavra de fogo, como sobejamente é conhecida a obra extraordinária que vem realizando (...). Homem de idéias definidas e dirigidas para o bem da Pátria, tem V. Exa. a seu crédito a sinceridade de seus propósitos, crédito que tanto mais cresce, quanto mais V. Exa. combatido é pelas forças solapantes da extrema-esquerda. (...) O calor mais ardente do ferro que há de correr destas fornalhas, é o próprio símbolo do espírito candente de Carlos Lacerda, a lutar de peito

113Cf. *Correio da Tupy*, Joinville, abril, 1963.

> aberto, qual destemido fundidor, que não teme a labareda traiçoeira, contra os covardes inimigos que se escondem nas sombras inúteis da borra imprestável[114].

Em ensaio sobre a trajetória de Carlos Lacerda, Otávio Frias o identificou como o arauto que melhor representava naquele momento "a voz da direita". [115] O discurso do industrial identifica-se com a liderança e as ideias de Lacerda. Por meio da metáfora das fornalhas da fundição, há uma curiosa alusão à separação das forças que se opunham na arena política nacional. De um lado, Lacerda (e tudo o que representava) é identificado ao trabalho do "destemido fundidor", sob o calor do ferro fundido. Do outro, a "labareda traiçoeira" que nomeia na primeira parte de sua fala como a "farta", "abjeta e vergonhosa literatura castro-comunista", "insidiosamente despejada" no país. Da mesma forma como a imagem do governo Jango é associada às "forças solapantes da extrema-esquerda" que se escondem "nas sombras inúteis da borra imprestável."

114Fundição Tupy S. A. *25 Anos: álbum comemorativo*, 1964.
115 FRIAS, *op. cit.*

Lacerda, por sua vez, ao fazer uso de "sua palavra de fogo" em estilo que lhe era característico, não deixa de tecer elogios ao perfil arrojado do empresariado joinvilense:

> É essencial que os homens-de-empresas (*sic*) neste país falem com a coragem com que falaram esses dois [Schmidt &Bender] que aqui se levantaram no dia do jubileu de sua indústria. (...). Pela primeira vez se convida o povo a fazer revolução pela boca dos encarregados de manter a ordem e a lei. Pela primeira vez se convoca a subversão pela voz dos incumbidos de reprimi-la. (...) é a inversão de todos os sentimentos e pensamentos sobre a realidade nacional. E por que? Porque na realidade está-se falando em português, mas pensando em russo...está-se falando em português mas pensando em russo com uma tradução espanhola do Caribe! (...). Estas reflexões estou a fazê-las aqui, porque Joinville é um centro de trabalho e como todo centro de trabalho, tem que ser um centro de decisão[116].

Não deixa de ser emblemático o modo como Lacerda passou a evocar o fantasma da ameaça comunista, desde que sofrera um processo de "excomunhão" do PCB e se convertera ao catolicismo conservador. Frias o caracteriza como o "Lúcifer decaído da esquerda que se tornou o paladino da direita", mas que sofreria também os efeitos do golpe pelo qual

116 *Correio da Tupy*, Joinville, maio, 1963, p. 5.

lutou, pois este "liquidaria suas ambições" de poder, submetendo-o a um ostracismo da qual jamais sairia. [117]

O fantasma do comunismo, na verdade, esteve presente na maior parte do século XX. Com a emergência da Guerra Fria e a Revolução cubana de 1959 o espectro se acentuou, ganhando foros de realidade e amedrontando setores conservadores da sociedade. O golpe de 1964 seria legitimado em grande medida pelo argumento do "perigo vermelho". A sociedade, ou parte dela, fora convencida de que medidas repressivas fossem necessárias para conter o avanço das forças de esquerda. [118] As estruturas constitutivas do pensamento de Lacerda encontram ressonância no pensamento de líderes empresariais da cidade, como atesta esse evento produzido há cerca de um ano antes do golpe. A importância de Joinville como polo industrial era, nas palavras de Lacerda, fundamental como campo decisório e o empresariado era instado a assumir seu papel nesse "centro de decisão".

No plano local, como uma caixa de ressonância, a classe empresarial repercutia o temor do avanço da perspectiva

---

117 FRIAS, *op. cit*.

118MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho:* o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002, p.20-22.

do trabalhismo de esquerda do governo Jango, enxergando-o como ameaça ao seu patrimônio e riqueza. A Tupy fora uma das empresas que mais combatera na cidade o espectro do comunismo, uma breve incursão sobre seu periódico mensal[119] é suficiente para se constatar sua cruzada anticomunista. As memórias de um de seus principais diretores, Raul Schmidt, engenheiro, formado como tenente da reserva, atestam que a fábrica, tal qual uma agência militar, tornara-se uma fortaleza a ser defendida contra o perigo vermelho. Segundo ele, a Tupy tornara-se naquele momento:

> (...) um quartel que precisava ser defendido contra uma possível invasão de tropas comunistas do Rio Grande do Sul. Se isso viesse a acontecer, a via férrea da fábrica até o trapiche, que poderia ser usada como linha direta das docas, estava pronta para ser destruída.[120]

119*O Correio Tupy* foi criado em 1961 e circulava interna e externamente à cidade. Era enviado para residências assim como para outras partes do país. Circulou durante 27 anos de modo ininterrupto. Em 1976 foi criada a "Edição de Fábrica" voltada exclusivamente aos operários. Cf. TERNES, 1988, *op. cit*. Além do periódico, a Tupy também possuía uma das rádios mais ouvidas na cidade, a *Rádio Cultura* AM, emissora "oficial" de apoio ao regime de 1964. Cf. SOUZA, Eliton Felipe. *"Eu também fui torturado"*, as memórias dos militantes comunistas em Joinville sobre o regime civil-militar brasileiro. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Santa Cataria (UFSC), 2015.

120GELBCKE, Wilson; SCHMIDT, Raul. *Raul Schmidt: reflexões ao longo de uma vida*. Joinville: Letradágua, 2007, p. 48-49.

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, “o radicalismo de Brizola” o tornara “o mais provável candidato ao papel de ‘Fidel’ brasileiro”[121]. Isso possivelmente explique a crença de que a invasão comunista na cidade viria do Rio Grande do Sul. Além da destruição da linha férrea da fábrica, segundo o empresário, eles contavam com um plano de fuga previamente articulado. Do mesmo modo, a criação, entre dezembro de 1963 e janeiro de 1964 do Departamento de Segurança da Tupy, tinha vinculação direta com essa prospecção. Trazido de São Paulo, Francisco de Assis Espíndola, que havia sido Inspetor de Divisão da Policia Civil paulista, com curso de especialização em Polícia Industrial, fora investido da tarefa de chefiar e treinar um batalhão de 40 homens para fazer a guarnição da empresa.[122]

Em *A Estratégia da Confiança*, Apolinário Ternes faz menção à tensão do empresariado no pré-1964, “reféns da agonia política, com o perigo real de perda do patrimônio particular”. A questão que se impõe é: teria sido a crença em um “perigo real” resultado da construção de uma crise

121MOTTA, 2002, *op. cit*, p. 253.
122 Cf. *Correio da Tupy*, Joinville, abril, 1963; TERNES, 1988 *op. cit*.; GELBCKE; SCHMIDT, *op. cit*.

capitaneada pelos IPES, que visava à desestabilização do governo Jango, como advoga Dreifuss? Ou ela expressaria uma real percepção do empresariado sobre a marcha radical de um processo de distribuição de renda que afetaria suas tradicionais posições privilegiadas numa sociedade desigual? [123] Ternes avalia: "A Revolução de 1964 acaba devolvendo tranquilidade também à cúpula administrativa da Tupy".[124]

O fato é que o golpe de 1964 seria saudado em Joinville pela classe empresarial por seu caráter de salvaguarda do capital. Em obra recentemente encomendada pela Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ), Joel Gehlen fez breve alusão às "seguidas manifestações oficializadas em atas" que indicavam que o pensamento dominante na entidade era de que "se implantava no Brasil uma ditadura de esquerda" e que os militares tomavam o poder para proteger "a democracia e a

---

123 FICO, Carlos. *Além do Golpe*: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 37.

124 TERNES, 1988, *op. cit.*, p. 115. Não deixa de ser curioso que na produção historiográfica de Ternes, os 21 anos que durou o regime de 1964, por descuido ou por efeito de um deslocamento de sentido no tempo, vai sendo nomeado de diferentes formas, demonstrando uma oscilação conceitual. Em *História econômica de Joinville* (1986): "regime militar"; em *A estratégia da confiança* (1988): "Revolução de 1964"; em *Joinville, a construção da cidade* (1992): "golpe de 1964"; em *Tempos modernos: a presença de italianos em Joinville, 1973-2008* (2010): "ditadura militar" e "regime autoritário".

liberdade", complementando que fora Dieter Schmidt quem exortara seus pares na Associação a fazer "um pronunciamento público a "favor da Revolução Democrática", assinalando o quão "oportuno e acima de tudo conveniente" seria tal gesto. [125] Segundo o autor, o empresariado passou "imediatamente a discutir maneiras de colaborar" com o novo regime.

Em 18 de abril de 1964 foi publicado em *A Notícia* um manifesto das classes produtoras da cidade, saudando o novo regime, ressaltando "suas responsabilidades", por meio das quais teriam procurado "contribuir, dentro de suas possibilidades para que as medidas saneadoras" do novo governo pudessem tornar-se "coroadas de êxito, libertando" a nação dos "flagelos que a atormentavam, do comunismo e da inflação" [126].

Como parte da recepção ao golpe, Dieter Schmidt fez nas duas fábricas da Tupy[127], discursos aos operários referendando a "revolução de 31 de março". O discurso na

125GEHLEN, *op. cit*., p. 147. As informações sobre os momentos do golpe são breves, o que é compreensível, na medida em que se trata de uma obra institucional, e não seria conveniente dar maior visibilidade a recepção do golpe pelo empresariado local, no momento em que se comemorava o centenário da entidade.

126 Declaração da Associação Comercial e Industrial de Joinville. *A Notícia*, Joinville, 18 de abril de 1964.

127 Nesse momento a Tupy ainda possuía a fábrica central na rua Mario Lobo.

Tupy Boa Vista, publicado na íntegra pelo periódico da empresa, louva a atitude das forças armadas que souberam traduzir "o mais legítimo anseio do povo brasileiro", pondo fim "ao agitado panorama nacional, alimentado e tutelado" pelo que nomeia de "um governo incapaz e corrupto". [128]

O *Correio da Tupy* era um órgão filiado à Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (ABERJE) e extrapolava a circulação interna da empresa e da cidade. Chegou a ser impresso em número de 18.000 exemplares e era enviado para outras partes do país, como se pode verificar nas correspondências que a redação recebia. O referido discurso de Dieter Schmidt, publicado logo após o golpe, teve repercussões externas. Em carta à redação, o presidente da Hermes Macedo S. A. teceu elogios e saudou o posicionamento do industrial joinvilense e apontou a "imprensa da Tupy" como uma "das mais primorosas entre as suas congêneres do país" e como "eficiente arma de combate à infiltração comunista nas empresas".[129] Embora a presente investigação não tenha a pretensão de dar conta da recepção e apropriação de seus signos pela comunidade de leitores, o fato é que o periódico

---

128*Correio da Tupy,*Suplemento,Joinville,abril de 1964, p. 1-2.
129*Correio da Tupy,*Joinville,junho de 1964.

possuía uma clara postura de pedagogização política. É perceptível que as matérias sobre autoridades militares dentro da empresa, que se intensificaram nos anos posteriores ao golpe, sempre ganharam destaque nas páginas do *Correio da Tupy*.

Retomando o discurso do industrial Dieter Schmidt, sua fala acentuava que a tomada do poder pelos militares era também a vitória contra o que considerava "falsas entidades que não" representavam "os legítimos interesses do operariado" e cita: "o CGT, a PUA, a UNE[130], o Fórum Sindical e a Frente Popular Nacionalista" como exemplo daquelas que respaldavam o executivo federal. Para Dieter Schmidt a "Revolução" era a vitória também contra aqueles que, no plano local, procuraram pôr em xeque a "harmonia social" da cidade. O industrial cita nominalmente alguns, classificando-os como "demagogos, aproveitadores ou agitadores":

> (...) quero citar apenas alguns nomes dos mais conhecidos em nossa cidade, quero referir-me ao advogado militante no Fórum de Joinville, Carlos Adauto Vieira. Esse advogado, que interpreta as leis de trás pra frente e que semeou tanta desconfiança, que semeou tanta semente de ódio e que tanto nos intrigou aqui, haverá de saber que não é possível jogar o pequeno contra

130 As siglas referem-se ao *Comando Geral dos Trabalhadores, Pacto de Unidade e Ação* e *União Nacional dos Estudantes,* respectivamente.

> o grande, como também não é possível jogar o grande contra o pequeno. (...) Citaria aqui, ainda, um outro ilustre portador de muitos títulos, ilustre entre aspas, o nosso conhecido Dr. Benjamim Ferreira Gomes (Befego), que nunca trabalhou, mas que procurou também se aproveitar da boa fé dos nossos ou dos seus simpatizantes partidários (...) É ainda com a mesma coragem cívica que falo ao senhores do nosso vice-governador do Estado Doutel de Andrade, conhecido aqui apenas em ocasiões eleitorais, mas que fez um plano de intervenção na vida sindical de Joinville, apenas para vir, não ele pessoalmente, que isso acontece apenas em época de eleições, mas para pôr aqui seus elementos comuno-nacionalistas, para agitar o nosso meio de trabalho, para prejudicar aquilo a que tanto valor nós damos: a boa harmonia social.[131]

Doutel de Andrade, vice-governador, líder nacional do PTB, foi cassado pelo regime. Benjamim Ferreira Gomes, o Befego, que era delegado da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) em Santa Catarina, e Carlos Adauto Viera, advogado trabalhista, ambos do PTB, já se encontravam presos no momento do discurso do industrial. O depoimento de Vieira lança luz sobre sua atuação como advogado e sobre o movimento sindical na cidade no pré-1964:

131*Correio da Tupy,* Joinville, abril de 1964, p. 1-2.

> O movimento sindical aqui era dominado por dois pelegos. Um era o da zona portuária lá, que era o Juquinha da Terrestre, o apelido dele. E os sindicatos das empresas aqui eram dominados por um pelego, embora fosse até um cara de esquerda, chamado Conrado Mira. Foi preso comigo. O Conrado Mira era operário e começou a estudar direito do trabalho, ele era muito inteligente, então ele logo ganhou assim uma posição de destaque, passou a organizar os sindicatos daquela maneira de pelego: "não, não vamos fazer reclamação trabalhista, eu vou lá na empresa conversar e tal", "olha o homem mandou oferecer cem", "ah mais eu quero duzentos", "acho melhor fazer um acordo entre cem, tal". Ele era o dono dos..., na época havia quatro sindicatos só, empresariais. Aí quando eu cheguei aqui eu comecei uma guerra contra ele e contra o Juquinha. Derrubei o Juquinha na Terrestre, botei o..., como é que era o nome dele?, era um estivador negro, um cara forte assim, bom, um cara bom. Também depois já se corrompeu. E aqui eu mudei sindicatos, ganhei a eleição, mas o Mira ia lá e subornava o cara, e voltava a dominar, até que lancei a ideia de fazer a intersindical, aí então os sindicatos passaram a se unir e surgiram outros, aí eu fundei o sindicato dos motoristas de ônibus, que ficou fora da influência do Mira e assim foram aparecendo os outros sindicatos. A gente tinha fiação e tecelagem, aí a tecelagem se desligou, fez um sindicato sozinho, próprio e tal, e assim vários sindicatos se dividiram e por isso o Mira perdeu o poder, perdeu a força, então os sindicatos começaram a andar sozinhos, mas também tudo na base da pelegada, não tinha muita diferença, mas melhorou um pouco.[132]

132 Carlos Adauto Vieira, depoimento citado.

Há vários indícios que confirmam a proximidade do sindicalismo local com a classe industrial. É sintomático que a construção da sede do sindicato dos trabalhadores de Joinville, tenha sido subsidiada pelas indústrias. O lançamento de sua pedra fundamental contou com a presença de Conrado Mira[133], entre outros líderes sindicais da região Sul e de Nilson Bender, diretor gerente da Tupy, que falou representando as classes produtoras. Em suas palavras, seria "na convivência salutar da mútua colaboração" que "patrões e empregados" se irmanariam, "levantando os alicerces da casa onde" haveria "de reinar para sempre a paz social sob a égide de Deus e dos ensinamentos cristãos":

> Já se vão longe os dias em que se escandalizariam vastos setores da sociedade pelo fato de um industrial como a minha pessoa, estar aqui, entre os trabalhadores, no meio de líderes sindicais. Já se vão longe os dias em que se admitia que o conflito de interesses entre a classe trabalhadora e a classe empresarial levaria a humanidade em uma luta sem fim. [134]

---

133 Para uma análise da trajetória de Mira e do sindicalismo amarelo na cidade, ver: SOUZA, Giane Maria de. *Cidade onde se trabalha*: a propagação ideológica do autoritarismo estadonovista em Joinville. Itajaí: Ed. Maria do Cais, 2008.

134*Correio da Tupy*, Joinville, março de 1964, p. 5.

Por meio do periódico da Tupy verifica-se a presença constante de sindicalistas envolvidos em atividades promovidas pela empresa. Como também se torna notória, a presença de um funcionário, líder sindicalista dos metalúrgicos, realizando intensivo treinamento em Washington por cerca de três meses em 1963, naqueles idos da Guerra Fria. [135] A ligação dos sindicatos na cidade com a classe patronal e seus constantes elogios ao sindicalismo sadio reinante, são sobejamente fartos nos discursos das elites locais.

Certamente que a conduta beligerante de Vieira contra aquele modelo de sindicalismo, sua militância como advogado no Fórum de Joinville e sua postura de enfrentamento quanto às causas trabalhistas, faziam com que o industrial o citasse em seu discurso como um agitador, semeador de desconfiança e ódio. Vieira relembra:

> O Dieter Schmidt quando houve o golpe fez um discurso lá na Tupy para os operários e entre outras citações dele, me citou: "felizmente estamos livre do doutor Adauto e tal, num sei o que", esse discurso foi publicado pela *Revista do Vale* do Ozir Guimarães, e eu li. O meu nome ele citou pessoalmente, "o famigerado

135 Segundo Dreifuss, entre 1961 e 1964 dezenas de sindicalistas brasileiros receberam treinamento nos Estados Unidos sob orientação da CIA. Cf. DREIFUSS, *op. cit*.

> doutor Adauto" ou qualquer coisa assim. Eu digo: "esse cara vai me pagar". Aí ele aproveitando a força do golpe, reduziu o horário dos trabalhadores e fez com que o sindicato convocasse uma assembléia para todos os trabalhadores da Tupy concordarem com a redução do horário. E houve redução. Aí um engenheiro me procurou, acho até que eu estava tomando um chope lá na Gruta do Leão quando ele chegou e disse: "posso sentar com o senhor?" Pode. "Eu preciso conversar com o senhor, vou aproveitar que o senhor tá sozinho". O que é? "O senhor acha que está certo essa redução do horário lá? Ele reduz o horário e reduz nosso salário". Eu disse não! Não está certo e a justiça do trabalho não vai aceitar isso, e se vocês quiserem entro com uma ação! Ele disse: "eu vou falar com o pessoal". E realmente, de madrugada tinha 123 colaboradores da Tupy, como o Dieter Schmidt chamava pra agradar, não tem operário, tem colaborador. 123 colaboradores na porta de meu escritório. Quando eu acordei vi aquele povaréu todo e o cara lá na frente. Disse: "doutor vamos fazer a ação". Aí comecei a identificar, fazer procuração e tal. E alguém foi e disse pro Dieter: "o doutor Adauto vai entrar com uma ação aí", "tinha mais de 100 pessoas". Aí o Dieter fez outra assembléia, voltou o horário antigo e pagou os atrasados. Está vingado, agora está vingado (risos).

Indagado sobre qual modalidade do Direito atuava, Vieira conclui:

> Eu só era trabalhista, e não fazia advocacia de reclamatória só. Não! Eu fazia reunião de sindicato, fazia explanação sobre os direitos, a obrigação deles lutarem pelo direito e etecetera. Lembro assim de uma vez ter ido lá numa madeireira, sentado em cima das madeiras e falado uma tarde inteira de um sábado, os caras não sabiam: "ah mas não pode isso?" Não. "Não pode aquilo?" Não. Aí depois eu fiz um quadro grande e mostrava a evolução do ganho deles: "tu começa ganhando isso, vai, vai, vai e chega até aqui. O que você pode comprar aqui? Uma bicicleta nova ou seminova. O teu patrão vai até aqui ó. Ele pode comprar um carro novo importado. E com isso eles vibravam: "é isso mesmo!" Então eles [os patrões] tinham ódio, quando me viram pelas costas ficaram felizes.[136]

Carlos Adauto Vieira tornou-se referência nas causas trabalhistas, principalmente após a ação do sindicato dos estivadores de Araquari contra o porto de São Francisco do Sul, como lembrou em entrevista à imprensa: "foi feito um acordo e os estivadores ganharam, na época, 17 milhões de cruzeiros, o que era uma fortuna. Logo todas as cidades da região sabiam que havia um advogado a favor dos trabalhadores".[137]

---

136 Carlos Adauto Vieira, depoimento citado.

137 http://ndonline.com.br/joinville/plural/61933-a-trajetoria-de-um-dos-mais-importantes-intelectuais-de-joinville-carlos-adauto-vieira.html. Acessado em 20/11/2014.

Voltando ao industrial Dieter Schmidt, seu discurso também evidencia suas ligações com São Paulo, onde se encontrava, nas últimas semanas que antecederam o 31 de março. Segundo o jovem "capitão da indústria", como costumava chamá-lo a imprensa local, havia voltado à cidade com "a firme consciência" de tomar uma posição com base no que por lá tinha vivenciado:

> (...) ver aqui a nossa disciplina e a nossa ordem. Para grande orgulho meu, novamente nessa oportunidade constatei aqui dentro da Fundição Tupy e dentro de Joinville contarmos com um operariado disciplinado e ordeiro fazendo o seu trabalho, como, aliás, é sua habitual tradição. Dentro desta satisfação que aqui senti, mas ainda *esperando uma geral reação, como aquela de São Paulo, juntamente com todas as entidades civis, patronais e operárias,* (grifo meu) a minha firme consciência era de aqui tomar posição.[138]

Evidentemente que a "reação geral" a qual o industrial se referia era a Marcha da Família com Deus pela Liberdade que ocorreu na capital paulista dias antes do golpe. Não passaria muito tempo para que o horizonte de expectativas do industrial se realizasse em Joinville. A marcha na cidade seria liderada pela União Cívica Feminina (UCF), entidade com base

138*Correio da Tupy*, suplemento, Joinville, abril, 1964.

em São Paulo, fundada na cidade pelos vínculos que Maria Claudia Quintanilha Schmidt, esposa de Dieter Schmidt, mantinha com São Paulo. A UCF não somente lideraria a organização de uma marcha em nível local, como se tornaria um novo agente de proselitismo para combater o espectro comunista e de exaltação aos ideais da "revolução redentora de 1964". O poder político-econômico local teria na participação da mulher, um conveniente aliado. E, segundo Rodrigo Pato Sá Motta, a inserção dessas entidades com a presença feminina na política brasileira surgia como um fator inovador sobre a nossa tradição política. O conteúdo de suas propostas, no entanto, não representaria nenhuma novidade já que a sua mobilização tinha como objetivo fortalecer a luta contra o comunismo e preconizar a manutenção da ordem e a conservação dos valores tradicionais.[139]

Algumas memórias sobre a UCF em Joinville, assim como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, criam uma moldura da época. Conforme lembra Ralf Milbradt, ex-chefe de gabinete na administração municipal de Nilson

139 MOTTA, 2002, *op. cit*., p. 241. Quase todas essas entidades femininas criadas na década de 1960 tinham ligação com o IPES.

Bender (1966-1969), eleito vereador mais votado pela ARENA em 1969, na época ainda funcionário da Tupy:

> Em 1964 (...) eu já não estava mais lá no escritório da Tupy em São Paulo e ainda não tinha assumido qualquer função aqui. E essa qualquer função é: eu vinha ser secretário do Bender novamente, do Dieter Schmidt como presidente da Associação Comercial e do Lauro Carneiro de Loyola como deputado federal da região. Cuidava dos assuntos relativos aos três. Daí a minha convivência com o empresariado e a minha convivência com a política (...) [Em Joinville] Eu estava no dia 31 ouvindo as notícias da descida do general Mourão de Belo Horizonte ao Rio de Janeiro (...). Participei da marcha aqui em Joinville, em Araquari, em Guaramirim e participei principalmente da grande marcha de São Paulo. Olha naquela época Joinville era uma cidade industrial e o empresariado local certamente ficou preocupado com o que estava acontecendo a nível federal e deram todo apoio a União Cívica Feminina que praticamente liderou esses trabalhos. Nessa época o prefeito era o seu Helmut Fallgatter que também aderiu o movimento de 1964, porque o governador Celso Ramos também aderiu.[140]

Perguntado se teria participado da marcha em Joinville, Milbradt reitera que ela também teria ocorrido em lugares vizinhos como Araquari e Guaramirim. O apoio do

140Ralf Milbradt, depoimento citado.

empresariado à marcha e ao "movimento de 1964" se justificava conforme seu argumento, pelo que estava ocorrendo no cenário nacional. Mais ainda, ele insiste que não fora apoiada apenas pela classe industrial, mas pelos políticos da região, como o prefeito Helmut Fallgatter e o governador Celso Ramos, embora o primeiro também fosse conhecido por sua atividade empresarial na cidade.

Por seu turno, duas das sócias fundadoras da União Cívica Feminina em Joinville também relembram o ambiente que presidiu a criação da entidade:

> Queríamos ver o Brasil crescendo e aderimos a tudo que nos vinha de cima, penso eu que não nos detendo em algo negativo que houvesse na época. Eu sempre vi que nós fomos recebidas com uma adesão completa da população.[141]
> Também não posso esquecer que Joinville abraçou a nossa causa e que recebemos apoio incondicional de todas as autoridades constituídas, bem como da imprensa, rádios, 13º Batalhão de Caçadores, da Associação Comercial e Industrial de Joinville, Clubes de serviços, estabelecimentos de ensino e população de um modo geral. (...) A UCF surgiu em 11 de abril de 1964, praticamente num momento muito crítico, que até poderia ser explorado, acusando-nos de fundar uma entidade para apoiar militar. Mas absolutamente

141 Olívia Mazzoli, 82 anos, aposentada, depoimento concedido a Roberta Helena do Nascimento em Joinville, 31 de agosto de 2006.

> não se ergueu uma única voz. Nós estávamos coerentes com o queríamos defender. (...) Começarei lembrando da mais emocionante iniciativa que foi a realização da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". Essa Marcha, a exemplo de tantas semelhantes que ocorreram no país afora mobilizou e conquistou a adesão de milhares de pessoas. Foi um sucesso retumbante, algo ainda não visto em Joinville. (...) Essa marcha estava mobilizando multidões pelo Brasil afora. Como já disse vivia-se um momento de forte agitação política, com um governo militar recentemente instalado. A população chamava por liberdade, por democracia e apoiava os objetivos que levaram à revolução de 31 de Março. Assim, a exemplo dos demais centros, resolvemos fazer também a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". Foi algo extraordinário, emocionante mesmo. Nós não imaginávamos que Joinville colaborasse conosco e nos apoiasse tão espontaneamente. Joinville em peso foi às ruas e de forma organizada, tomamos aquele susto. Foi maravilhoso![142]

As memórias sobre a UCF e a marcha em Joinville tocam-se, atravessam-se e permitem levantar algumas questões. Em primeiro lugar quanto aos objetivos da fundação desta instituição feminina na cidade: os contatos efetuados com São Paulo para a sua fundação se deram cerca de dois meses antes do golpe. Teria a sua efetiva fundação, apenas em 11 de abril de 1964, vinculação com o desejo de que em Joinville também

142Marina Moreira Braga, depoimento citado.

se realizasse a Marcha? A impressão que se tem é que sua criação respondia a esse objetivo imediato: organizar a marcha.

Em segundo lugar, questionam-se os sentidos que presidem a declaração de uma de suas sócias fundadoras de que o desejo de ver o Brasil crescer teria feito com que essas mulheres aderissem a "tudo que vinha de cima". Seria esse vir "de cima" uma referência às instâncias locais das quais emanava o "consenso" criado em torno de sua fundação, contra a qual "não se ergueu uma única voz"? Que sentidos estão imbricados na afirmação de Mazzoli de que o grupo não se deteve a "algo negativo que houvesse na época"?

As lembranças maravilhadas de Braga e "o susto" a que se refere ao ver "Joinville em peso" nas ruas, evidenciam que a União Cívica Feminina não estava só. A marcha foi liderada pela entidade, é verdade, mas sob uma coalizão da imprensa, empresariado, poder político-religioso e 13° Batalhão de Caçadores, daí seu "sucesso retumbante".

Figura 2: marcha dos operários e entidades sindicais.

Fonte: Correio da Tupy

Figura 3: Marcha dos estudantes.

Fonte: Correio da Tupy

O “apoio incondicional” das autoridades na cidade, evocado nas memórias de Braga, pode ser atestado pelas fotografias acima (figuras 2 e 3) na qual se vê o engajamento das empresas, por meio dos operários, e das escolas de Joinville. O dois momentos acima foram reproduzidos pelo *Correio da Tupy*, além da fotografia do palanque no 13º Batalhão de Caçadores com a presença do prefeito municipal Helmut Fallgatter, do bispo diocesano Dom Gregório Warmeling e do pastor luterano Hans Burger. O periódico destacou o sucesso da marcha e a presença de “todos os habitantes de Joinville” que saíram às ruas para homenagear: o “o glorioso exército brasileiro” “pela atitude serena, decidida, e firme frente à ameaça do comunismo, trazido a eterna Terra de Santa Cruz por gente má, vil e traidora”.[143]

As respectivas lembranças da professora Noemi Lemos e de Edgar Schatzmann, membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) descrevem de maneira complementar as fotografias (figuras 2 e 3) :

> Foi um movimento muito grande em Joinville, inclusive as escolas participaram (...). E o povo

143*Correio da Tupy*, Joinville, junho, 1964, p. 6.

> em geral, as firmas dispensaram o povo pra sair cedo, pra fazer o desfile, ali no antigo Cine Palácio o povo se reuniu pra fazer esta manifestação pela liberdade. Então foi um movimento muito grande em Joinville (...) os colégios fizeram à noite passeatas com velas acesas e bandeiras, mas tudo dentro da ordem.[144]
>
> As empresas exigiram que os operários se organizassem numa manifestação, e foram até o quartel do exército de Joinville, na Ministro Calógeras, prestar solidariedade aos militares, parabenizá-los e saudá-los, porque agora com um militar na presidência da república tudo ia melhorar. Aí nós não teríamos mais inflação, desemprego, alto custo de vida. Então as empresas organizaram seus operários e todos confluíram para o batalhão. E a igreja católica apoiou também abertamente este movimento militar, a classe industrial, enfim, o jornal *A Notícia*. Eles apoiaram abertamente o golpe militar.[145]

Teria sido a adesão popular à marcha um ato espontâneo ou uma exigência das empresas, como ressalta o depoimento de Schatzmann? O que se pode concluir é que houve intensa mobilização popular. Segundo dados do batalhão apresentados em *O exército e a cidade,* obra de pesquisa coordenada pela historiadora Sandra P. L. C. Guedes, a marcha reuniu em

---

144Noemi Lemos,60 anos, professora, depoimento concedido a Roberta Helena do Nascimento em Joinville, 18 de julho de 2005.

145 Edgar Schatzman, 65 anos, aposentado, depoimento concedido a Roberta Helena do Nascimento em Joinville, 22 junho de 2005.

Joinville cerca de 40 mil pessoas, e chama a atenção para o fato de que "a maior parte da população", não fazia "a menor ideia do que estava se passando nos bastidores da política brasileira".[146]

O que se pode entender é que havia uma preocupação das classes dirigentes quanto à importância da mobilização massiva de pessoas nas ruas da cidade e que, se apoio não fosse irrestrito, ao menos se criasse a aparência de adesão popular ao golpe. No entanto, mesmo não sustentando tacitamente uma adesão generalizada, torna-se problemático negar o apoio popular. O fato é que em Joinville, tal mobilização ocorreria sem maiores embaraços, uma vez que as empresas contavam com grandes contingentes de operários, além do sindicalismo próximo a elas e a grande sintonia com o poder político e eclesiástico local.

A maior parte dessas marchas que em pouco tempo ganharam abrangência nacional, se constituiu em um autêntico movimento em apoio ao golpe, ou de "celebração da

---

146 GUEDES; OLIVEIRA NETO; OLSKA, *op. cit.*, p. 117. Isto estaria fundamentado no fato de 70% da população ser analfabeta, hipótese verossímil, embora a carência de letramento não possa pressupor necessariamente ausência de percepção política, crítica já explicitada em autores de alcance nacional.

revolução", como assinalou Presot. [147] A mensagem de louvor às Forças Armadas promovida por essa grande manifestação pública pode ser entendida como a culminância na construção da recepção do golpe na cidade.

Além da marcha que vinha sendo articulada, outra celebração que precisa ser entendida como parte da recepção ao golpe na cidade, foi por ocasião da posse de Castelo Branco no dia 15 de abril, saudada como o advento de uma nova era. Joinville, com suas quinhentas indústrias, adequou-se perfeitamente ao que foi definido como suporte da mensagem ao supremo mandatário da nação, promovido também em outros centros fabris do país, mas que em Joinville era muito ilustrativo dos interesses que a cidade representava: seus templos e suas fábricas. Segundo o jornal *A Notícia,* tal gesto significava uma "ação de graça" às Forças Armadas: se faria ouvir pela cidade, durante cinco minutos, o "bimbalhar dos sinos" e o "zunido das sirenes". Uma cidade pautada nos pressupostos da fé e do progresso de suas indústrias era um símbolo bastante apropriado para saudar os novos tempos.[148] A

147 Cf. PRESOT, Aline. Celebrando a "Revolução": as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha (orgs). *A construção social dos regimes autoritários*: Brasil e América Latina, v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
148 SOUZA, 2005, *op. cit*., p. 201.

exemplo do empresariado, as igrejas luteranas e católicas receberam o golpe com igual entusiasmo. Segundo Sirlei de Souza, essa manifestação simbólica fora algo que marcara a cidade e sua força teria sido "suficiente para ficar na mente de cada um". E arremata: "o que é forte e marcante permanece na memória".[149]

Com exceção dos poucos membros do Partido Comunista na cidade que se articulavam em surdina, razão pela qual nenhum deles ter sido preso logo após o golpe[150], tudo leva a crer que as forças que se opunham na cidade ao movimento golpista eram pequenas, como apontam os depoimentos de Ralf Milbradt e Carlos Adauto Vieira respectivamente:

> O PTB de Joinville era pequeno. Ele tinha dois ou três vereadores e esses vereadores não eram pessoas de esquerda, não eram pessoas ligadas..., havia em Joinville um número mínimo de pessoas que eram janguistas ou brizolistas ou que aderiu ao movimento de João Goulart. Havia um número muito pequeno de pessoas, inclusive as pessoas que foram presas

149 *Loc. cit*. A autora não explicita a permanência em qual memória. A impressão que fica é que este episódio permanence na memória pública (jornais) mas pouco lembrado pela memória viva.

150 Cf. MARTINS, Celso.*Os quatro cantos do sol*. Operação Barriga-verde. Florianópolis: Editora da UFSC; Fundação Boiteux, 2006; Edgar Schatzmann, depoimento citado.

aqui após a revolução, ao movimento de 1964, que eu sempre chamo movimento de 1964 e não de revolução porque quem faz revolução é à esquerda..., então não havia, até porque o peso da indústria aqui e o peso dos sindicatos, que eram sindicatos ligados aos patrões, não eram sindicatos que colocavam em risco os negócios dos empresários, o movimento foi muito pequeno. Houve algumas prisões em Joinville após o movimento de 1964, após o dia 31 de março, mas a maior parte dessas pessoas não foi condenada a nada, ficaram lá um tempo, mas foram todas soltas inclusive o advogado trabalhista Carlos Adauto Vieira, o escritor Charles D'Olengèr, o pseudônimo dele. Eu não me lembro mais todos os nomes das pessoas que foram presas, faz cinquenta anos, isso já é história.[151]

Eu fui o primeiro preso de Joinville (...) Fiquei 61 dias preso em Florianópolis, nos puseram em cima de um caminhão e nos levaram pra Florianópolis, mas assim, expostos, pra todo mundo ver, pararam lá em Piçarras na escola ou na prefeitura: "oh os comunistas vão pra penitenciara e tal", e ficamos lá. Arranjaram um pavilhão só pra nós e ficamos lá, no fim tinha mais de 90 presos, veio gente lá de Campos Novos, de Joaçaba, Ponte Serrada (...) Lá de São Francisco prenderam muita gente, estivadores, terrestres, porque são Francisco tinha uma posição de esquerda forte na época. (...) O Pedro Ivo nunca foi anti-revolucionário, anti-golpista, não! Ele era um coronel do exército né, embora reformado, mas era. No dia do comício que nós fizemos, ele disse: "não, façam tudo aí que de noite eu apareço lá", e não apareceu! E depois em um dos depoimentos que ele foi lá prestar sobre o meu caso ele disse:

151 Ralf Milbradt, depoimento citado.

> "não, eu não tinha nada com aquilo, o PTB não tinha nada com aquilo, eles fizeram por conta própria". E como eles pensavam assim que iam depor e ficava tudo secretamente..., mas os militares eram bem sacanas, mostravam pro acusado: "olha que teve aqui depondo contra ti, fulano de tal". Eu li o depoimento do Pedro Ivo. (...) O pessoal embarcou na canoa do golpe tranquilamente.[152]

Em primeiro lugar merece destaque a dissonância entre os dois depoimentos acerca do peso das prisões. Para Milbralt além de poucas prisões em Joinville, ninguém teria sido "condenado a nada". Vieira, por sua vez, enfatiza o número de dias em que ficaram presos, "61", o número de pessoas no Estado, "90", e ao vilipêndio de terem sido expostos sobre um caminhão e mostrados pelo caminho até Florianópolis, sob a alcunha de "comunistas".

Em segundo lugar pode-se perceber o que há de específico em cada depoimento. Milbradt fala do esquecimento, passados cinquenta anos. Fica subentendido na sua afirmação a quem pertence o dever de lembrar: à história. Outrossim, relê o passado enfatizado o conceito: "eu sempre chamo de movimento de 1964 e não de revolução, porque quem faz a revolução é a esquerda". Embora o movimento

152 Carlos Adauto Vieira, depoimento citado.

golpista tenha se apropriado da ideia de revolução, de fato a mesma se originava da constelação do imaginário político da esquerda. [153]

Especificamente, ao depoimento de Vieira, merece destaque a referência ao comício organizado por ele, Paulo Wright e o padre Alípio Freitas na Praça do Expedicionário, uma semana antes do golpe. [154] As declarações sobre Pedro Ivo poderão ser confrontadas mais adiante, quando tratarmos do MDB em Joinville.

Por ora, no entanto, atentaremos para o que há de consonância entre as lembranças de Milbradt e Vieira: a de não haver uma base efetiva do governo Jango na cidade, ao tamanho do PTB que era pequeno, e que não representava um efetivo posicionamento de esquerda. São Francisco do Sul, cidade portuária, é que "tinha uma posição de esquerda" e daí muita gente de lá ter sido presa no momento do golpe. Em Joinville, todos os vereadores assinaram uma nota impressa na

---

153 Cf. RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária*: um século de cultura e política. São Paulo: UNESP, 2010.

154 Para melhor descrição do comício, retomar a citação do depoente na página 45.

capa de *A Notícia* que manifestava unanimidade[155] no apoio aos militares, inclusive os três vereadores do PTB.

Pode-se constatar que o embarque na "canoa do golpe" deixaria a imagem da cidade, especialmente a do empresariado, muito bem qualificada diante do regime militar. A visita do Almirante Silvio Heck[156] à Fundição Tupy, acompanhado de extensa comitiva militar, logo após o golpe (junho de 1964), na inauguração da Usina III, atesta essa hipótese. Parte da agenda fora dedicada ao almoço no Joinville Tênis Clube oferecido pela ACIJ com a presença do prefeito municipal Helmut Fallgatter. Em sua despedida o Almirante disse estar indo embora levando uma impressão muito boa, pois ficara convencido de não "haver lugar para os inimigos da ordem e do novo ciclo histórico" na cidade. [157]

Dias depois a Tupy receberia uma comitiva de 40 membros da Escola Superior de Guerra (ESG) acompanhando

---

155 http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/politica/noticia/2014/03/o-primeiro-preso-pela-ditadura-militar-em-joinville-4460862.html. Acessado em 22/11/2014.

156 Silvio Heck fora um dos três ministros das forças armadas que conspirou contra a posse de Jango na renúncia de Janio Quadros que resultou no arranjo político do parlamentarismo. Na Tupy do distrito Boa Vista proferiu ufanista discurso sobre a "Revolução de 1964" diante de mais de 2000 funcionários enfatizando entre outras coisas, a fuga da esquerda que fora incapaz de resistir, fugindo covardemente como o governo Jango.

157 *Correio da Tupy*, Joinville, agosto, 1964, p. 1-4, 7.

o Chefe do Departamento de Estudos, o General Alberto Ribeiro Paz. Na ocasião o comandante do 13º Batalhão de Caçadores de Joinville, Coronel Remo Rocha, falou aos presentes da "colaboração harmoniosa que a Tupy" fazia com a "unidade do exército brasileiro" na cidade.[158] Dentre a programação é dado destaque ao almoço oferecido pela empresa aos militares na Harmonia Lyra. Alguns nomes na cidade teriam sido sugeridos para realizar o curso ESG, como aponta o depoimento de Ralf Milbradt:

> Aqui houve várias pessoas que participaram do curso lá no Rio de Janeiro, na ESG mesmo, elas foram convidadas, foram indicadas. E depois existia a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, a ADESG, e ela se ramificou pelo Brasil todo com essas pessoas que lá se formaram. E aí trouxeram para Joinville o curso de Segurança Nacional com seminários. Eu participei e deve ter participado mais ou menos umas 120 pessoas desse trabalho. E ele continuou durante muitos anos pela mão da professora Iraci Schmidlin e fazendo novos seminários, ciclos de palestras. (...). Dizem que era para as forças armadas conseguirem captar a opinião dos empresários de todo o Brasil, das lideranças, porque nesses seminários não participavam só empresários, participavam, lideres sindicais, participavam radialistas, jornalistas, presidentes de entidades como Rotary, Lions, etc. Então dizem que os

158*Correio da Tupy*, Joinville,junho, 1964, p. 1, 16, 14.

> militares brasileiros queriam saber a opinião das lideranças a nível municipal, devem ter tido muito trabalho para saber a opinião porque isso foi feito no Brasil inteiro. [159]

A opinião do empresariado da cidade com Dieter Schmidt na presidência da ACIJ, certamente fora captada desde cedo. No ano seguinte ao golpe, o industrial seria designado para falar representando o polo industrial do Estado, Joinville e Blumenau, na mais alta unidade militar de Santa Catarina, o 5º Distrito Naval, situado em Florianópolis, por ocasião do primeiro ciclo de estudos sobre Segurança Nacional promovido pela ADESG. O conteúdo de seu discurso é deveras enaltecedor da "Revolução de 1964". O industrial faz alusão ao engajamento coletivo, no qual se inclui, daqueles que militaram "no trabalho ordeiro", na "construção e na doutrinação idealista[160] muito antes do radioso 31 de março". E conclama as

159 Ralf Milbradt, depoimento citado.

160*Correio da Tupy*, Joinville, setembro, 1965, p. 1-4, 7. "Doutrinação idealista" pode ser entendida como combate ao comunismo e avanço de políticas de esquerda. Empenho atestado em inúmeras atividades realizadas como na intermediação feita por Dieter Schmidt da vinda do industrial e deputado federal ipeano Hebert Levy no final de 1962, quando proferiu palestra no Clube Joinville sob o título "Democracia e Comunismo". Segundo o periódico o grande salão da entidade teria ficado completamente lotado na ocasião. Cf. *Correio da Tupy*, Joinville, janeiro, 1963. As várias conferências de Nélida Garmendía em fevereiro de 1964, professora identificada como uma exilada cubana que falou aos operários da Tupy, Escola Técnica Tupy, sindicatos, Clube Joinville, Rotary Clube, Laboratório

lideranças presentes a atuar na "honrosa missão de colaborar, mais estreitamente, pela palavra e pela ação" com o governo militar, "cada qual na função de chefia em que por força das circunstâncias" se encontrasse.[161]

Passado um ano desde o golpe, a ênfase dada pelo industrial era colaborar "pela palavra" e "pela ação", manter a sincronia o "mais estreitamente" possível em regime de colaboração. Muito provavelmente para selar esse compromisso, o industrial investiu na campanha política do executivo municipal que conduziria seu diretor-gerente, Nilson Wilson Bender à prefeitura de Joinville.[162] A ditadura legitimou-se na cidade tendo por base o suporte civil de seu segmento mais expressivo, o empresariado.

Seguiram-se anos de entusiasmo para a elite da cidade. Pode-se dizer que o otimismo fora reinventado em Joinville, para empregar a expressão cunhada pelo historiador Carlos Fico. Médici receberia o título de cidadão honorário de Joinville (1971) no momento de maior euforia de crescimento econômico na cidade. É possível constatar sem maiores

---

catarinense entre outros. Cf. *Correio da Tupy,* Joinville, abril, 1964, p. 6, 10. A doutrinação anticomunista também era feita através da emissora de rádio que a Tupy possuía: a *Rádio Cultura AM*.

161*Correio da Tupy*, Joinville, setembro, 1965, p. 4.

162TERNES, 1988, op. cit., p. 116; MILBRADT, depoimento citado.

embaraços o otimismo impresso nas páginas do Jornal *A Notícia* em 1971, um ano de intensas celebrações na cidade: aniversário do golpe comemorado por entidades de classe e imprensa; inauguração de setores industriais na data do 7º aniversário do golpe, celebrado por capital e regime; atividades de moral e civismo conduzidas pela UCF; palestra com militar da Comissão Moral de Civismo no Cine Colon para 1500 jovens; palestrantes permanentes da ESG em seminários na ACIJ; liturgia no bispado com direito a coro de *Pra frente Brasil;* celebração luterana da "festa da colheita", alusiva à safra das indústrias.[163] Não seria para menos: "a sinfonia dos índices anuais do Produto Interno Bruto (PIB) era doce música para aqueles que se beneficiavam".[164] Os chamados "anos de chumbo" foram vividos pelo poder econômico local sob o signo dos "anos de ouro" no acumulo do capital privado.

1.4 – Desatando sentidos

O acontecimento da vinda de Geisel a Joinville é marcado por um conjunto de agentes ligados às redes de

---

163*A Notícia*, Joinville, 1971 (AHJ).
164 ARAÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.* Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 79.

sustentação do golpe e evidencia um "sistema de significações" que o atravessa. Segundo Nora, o acontecimento "tem como virtude unir num feixe significações esparsas"[165], cabendo ao historiador desuni-los para lhes dar evidencia, pois lhe interessa o duplo sistema que se entrecruza no acontecimento, o sistema formal e o sistema de significação.

Tomar este acontecimento como lugar temporal para pensar as aproximações da cidade com o regime de 1964 é em grande medida, um exercício em desatar o feixe de significações que o compõe. Não deixa de ser emblemático que os dois símbolos usados para saudar o golpe de 1964 em Joinville, as *Igrejas* e as *fábricas*, estariam novamente inscritas na cena pública da recepção ao general-presidente Geisel. Onze anos após o golpe, sinos e sirenes na cidade continuavam a dobrar solenemente na sustentação do regime.

A fotografia de Geisel passando em revista às tropas perfiladas do 62º BI (figura 4), mostra ao fundo uma cena bastante familiar aos transeuntes da Rua do Príncipe e Avenida JK: a fachada da catedral do bispado. O general desceu do carro da comitiva[166], às 09h50min da manhã. O *Jornal de*

165 NORA, *op. cit*, p. 191.
166 A comitiva presidencial veio de Florianópolis pela BR-101. Em razão do mau tempo, não havia como pousar o avião no aeroporto de Joinville (o

Joinville avaliaria: "numa pontualidade digna de sua alta função e de sua condição de soldado do Exército Brasileiro, o general Ernesto Geisel não fez a cidade esperar". [167]

Figura 4: Geisel passando em revista as tropas do 62º Batalhão de Infantaria

Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de Joinville

show pirotécnico da esquadrilha da fumaça que estava previsto também foi cancelado) e a segurança presidencial decidiu fazer a viagem de automóvel. Um lado da rodovia foi fechado e a comitiva veio escoltada por forte esquema de segurança que incluíam um helicóptero da Base Aérea de Florianópolis, diversas viaturas e motos. À frente vinham "Batedores" da Polícia Rodoviária Federal. Na entrada da cidade o esquema de segurança dividiu a comitiva (15 automóveis) até chegar à catedral: a primeira dama e a filha fizeram o trajeto via Ministro Calógeras, já a comitiva do carro presidencial, via Visconde de Taunay. O trânsito da cidade foi previamente modificado para atender as exigências do esquema de segurança.

167 *Jornal de Joinville*, Joinville 4 de maio de 1975, p. 1.

O general-presidente chegou num Ford Galaxie preto e desceu na Travessa São Jorge ao lado da catedral do bispado, momento em que passa em revista às tropas do 62º BI. Isto porque o primeiro compromisso do general na cidade é participar de um culto ecumênico. A comunidade luterana fora uma das tantas entidades a publicar nota de boas-vindas a Geisel na cidade[168]. As igrejas, entusiastas da recepção do golpe e presença constante nos atos de aniversário da "revolução"[169], tornar-se-iam mais uma vez partícipes do congraçamento com o regime. O ecumenismo na cidade acontecia sob o signo da identificação, jamais como ato político de desafio ao regime (como ocorreria naquele mesmo ano, protagonizado pela igreja progressista de São Paulo e a comunidade judaica em razão do assassinato de Vladimir Herzog).

A imprensa destacou o entusiasmo das lideranças eclesiásticas com a vinda de Geisel cuja expectativa seria a participação de "milhares de pessoas numa demonstração de civismo e religiosidade"[170]. Seria uma daquelas raríssimas ocasiões na qual um presidente-general teria um contato mais direto com as pessoas. Segundo Fico:

---

168 *Jornal de Joinville*, Joinville 1º de maio de 1975, p. 11.
169 Cf. SOUZA, 2005, *op. cit*.
170 *A Notícia*, Joinville 1º de maio de 1975, p. 12.

> A ditadura militar brasileira por ser o que era, só em raros momentos pôde usufruir das vantagens do contato da autoridade com o povo, prática em que foram mestres Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. (...) A aparição pública dos militares nada tinha de suavidade ou delicadeza; na verdade o outro sentido da palavra "mórbido" talvez se aplique melhor, pois também não se pode associar a eles a ideia de alegria e desprendimento. Até nas festas e comemorações podia-se notar algo sombrio, especialmente quando se associava *civismo e religiosidade*, (grifo meu) práticas rituais sempre referidas à morte.[171]

Os sermões do bispo Dom Gregório Warmeling e do pastor luterano Heinz Ehlert versaram sobre o tema do trabalho cooperativo e contavam com a condescendência do general-presidente que "fazia pequenos cumprimentos de cabeça às citações". [172] Este aspecto oficialesco e sombrio com o qual se revestia o regime, marcado pelas solenidades, era a "tradução precisa da forma de aparição dos militares, que se encobriam em Brasília como numa casamata do poder." [173]

O 62º BI (figura 4) foi um importante agente no feixe do acontecimento. Sua banda executou peças musicais na

171 FICO, 1997, *op. cit.*, p. 63-64.
172 *O Estado*, suplemento extra, Florianópolis, 2 de maio de 1975, p. 7.
173 FICO, *op. cit.*, p. 63-64.

catedral e na Fundição Tupy. Durante o regime militar, o Batalhão de Infantaria da cidade, sobretudo a sua banda, tornou-se um proeminente ator na vida pública de Joinville como já assinalou a historiografia[174]. Costumava afirmar um jornalista da cidade, nos anos de 1970, que em Joinville só haviam três autoridades reconhecidas, a saber, "o comandante do batalhão, o presidente da ACIJ, (Associação Comercial e Industrial de Joinville) e a dona da boate Bambu"[175]. O referido jornalista que circulava entre as esferas do poder local era o diretor de redação de *A Notícia*. Não obstante o grau anedótico de tal afirmação, ela perscruta um olhar em que, por trás de seu riso latente, esconde-se a tônica de uma sociologia local, ou como diz Ternes, de uma "realidade sociopolítica da cidade".[176]

1.4.1 – O MDB em Joinville

Outro agente que compôs o feixe do acontecimento da vinda de Geisel foi o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) local, representado pelo prefeito Pedro Ivo Campo e o deputado federal Luiz Henrique da Silveira. O MDB governava

---

174 Cf. GUEDES; OLIVEIRA NETO e OLSKA, *op. cit.*; SOUZA, *op. cit.*
175 TERNES, 2010*, op. cit.,* p. 37.
176 *Loc. cit.*

a cidade desde 1973 e, embora fosse considerado de oposição ao regime, em Joinville o partido não significou um rompimento com os que haviam sustentado a ditadura no âmbito local.

Figura 5: Culto ecumênico na Catedral de Joinville

Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de Joinville

Como se pode observar (figura 5), na fileira oposta a Geisel e sua esposa encontra-se o prefeito da cidade Pedro Ivo Campos e esposa. A liturgia contou com a sua participação na leitura do trecho bíblico. [177] O texto sagrado aludia à integração de todos os membros em um só corpo, citação retomada pelas

177 A passagem bíblica lida pelo prefeito foi: Epístola de S. Paulo aos Romanos, capítulo 12, versos 4-12.

homilias dos celebrantes. A conotação do texto bíblico lido pelo prefeito municipal foi bastante significativa de uma solenidade cívico-religiosa que propunha a integração da cidade ao acontecimento.

Em crônica datada de 1994, Luiz Henrique da Silveira enaltece o ato de bravura de Dom Gregório que teria imposto a participação de um prefeito de oposição contra a recomendação de um assessor militar.[178] O gesto intrépido e desafiante do bispo, sugerido por Silveira, é fundamentando no argumento de que o governo municipal era de oposição. Embora o cronista se esforce na formulação de um estranhamento ao leitor pela conotação do termo "oposição", tudo indica que a participação de Pedro Ivo na liturgia, na verdade, estivesse muito mais vinculada à sua ligação com a Igreja[179] e a amizade com o bispo do que qualquer gesto de desafio político à presença de Geisel. Pelo contrário, a presença do general-presidente no culto ecumênico foi bastante reverenciada tanto pelo bispo quanto pelo pastor luterano. [180] Portanto, a leitura que se faz do

178 SILVEIRA, Luiz Henrique da. A era Dom Gregório in: *Dom Gregório Warmerling: pastor e profeta*. Blumenau: Odorizzi, 2001, p. 23.

179 A crônica também deixa entrever que o prefeito era ligado ao Movimento Familiar Cristão na cidade.

180 *O Estado* destacou os elogios feitos ao general pelo bispo no portal da Igreja enquanto aguardava sua chegada, bem como durante seu sermão, destacando todo entusiasmo de Dom Gregório com a presença de Geisel. *O*

episódio lembrado pelo cronista, como também ao tipo de "oposição" que representava o MDB local passa por outro viés. Algumas considerações a seguir procurarão dar conta dessa leitura.

A agenda do general-presidente em Santa Catarina que iniciou com a visita à capital no dia anterior, lança alguma luz sobre o MDB em Joinville. Em matéria que acentuava a recepção discreta que Geisel tivera na capital comparada àquela que se preparava em Joinville, o jornal *A Notícia* dá a entender muito brevemente que os deputados do MDB teriam recusado o convite do governador Antonio Carlos Konder Reis para a recepção do general em Florianópolis. Com uma ponta de ironia, o diário local comenta: "os dirigentes do MDB, que não é maioria aqui (tem 18 deputados numa assembléia de 40), preferiram, todavia agradecer o convite num gesto dirigido ao anfitrião e não ao hóspede".[181] Em Joinville isso não ocorreria, tanto o deputado federal Luiz Henrique quanto o prefeito Pedro Ivo estiveram presentes. A mensagem de boas vindas de Pedro Ivo ao general-presidente publicada na capa de *A Notícia* no dia da visita dizia: "Joinville se emociona e o acolhe com o

---

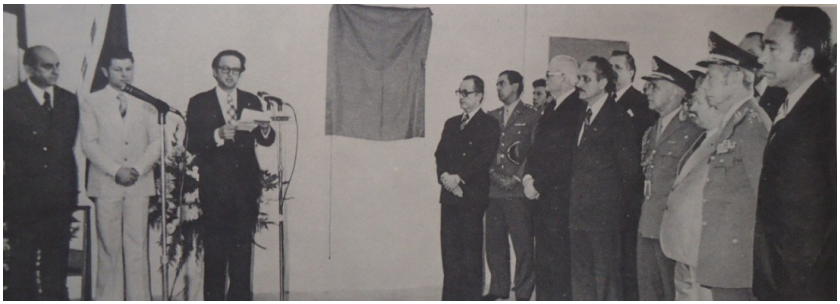
Estado, suplemento extra, Florianópolis, 2 de maio de 1975, p. 7.
181 *A Notícia*, Joinville, 1º de maio de 1975, p. 1.

mais legítimo contentamento cívico". Acrescentava ainda que a honrosa visita do general tornava-se parte dos anais dos 124 anos de história da cidade, marcados pela ordem e trabalho. Curiosamente, a nota de Pedro Ivo é destacada no centro da mesma matéria que fazia alusão aos deputados do MDB que recusaram fazer parte da recepção de Geisel na capital, como se o diário quisesse acentuar que em Joinville a oposição era diferente.

Nas fotografias abaixo (figuras 6 e 7), pode-se verificar a presença do prefeito Pedro Ivo Campos (terno escuro) e do deputado federal Luiz Henrique da Silveira (terno claro) na solenidade de inauguração da Fubloco. Acerca da presença de Luiz Henrique da Silveira, o *Jornal de Joinville* destacou que representava na ocasião, a Comissão de Trabalho e Legislação Social da Câmara dos Deputados, "solidarizando-se" com "o júbilo cívico da população joinvilense" pela "honrosa visita" do "General Ernesto Geisel". [182]

182 *Jornal de Joinville*, Joinville, 1º de maio de 1975, p. 1.

Figura 6: Inauguração da Fubloco- Fundição Tupy S.A.



Fonte: *Correio da Tupy*

Figura 7: Inauguração da Fubloco- Fundição Tupy S. A.

Fonte: *Jornal de Joinville*

Não deixa de ser notável o quanto a fonte fotográfica tangencia sentidos que atravessam a ordem do tempo. Escrever sobre um período pouco distante da história é lidar com relações vivas que se mantêm no tempo. Como uma incisão do passado sobre o presente, a fotografia retrata o ontem que se

desdobra no hoje. O atual prefeito da cidade, o industrial Udo Döhler, (terno branco, figura 6, próximo ao microfone), na época, presidente da ACIJ, em um dos quatros mandatos que esteve à frente da entidade. Luiz Henrique da Silveira e Udo Döhler, personagens retratados acima, posteriormente, ocupariam o mesmo lado do palco na política local. O senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) apoiaria a eleição do industrial a prefeito de Joinville em 2012 pela mesma sigla. Se naquele momento ainda não ocupassem formalmente o mesmo cenário, por assim dizer, a dinâmica dos novos tempos possibilitaria esta aproximação.

Os depoimentos sobre o MDB em Joinville permitem um melhor entendimento de sua dinâmica e identidade. O jornalista Apolinário Ternes, que foi assessor de imprensa do governo Pedro Ivo relembra a ascensão do partido na administração municipal:

> Em 1970 vim para Joinville e desde setenta e nove até dois mil e sete eu fui editorialista do Jornal *A Notícia*, quer dizer, eu fazia o artigo de fundo deste jornal que é o mais importante desta cidade, então eu tenho esse conhecimento do comportamento da sociedade, vamos dizer. E nós não tivemos aqui, como dizia anteriormente, nenhum foco de resistência. É claro que com o próprio desvirtuamento

> daquele ideário preliminar que inspirou a revolução ou o golpe, Joinville se aliou nas hostes oposicionistas e então foi crescendo aqui certo núcleo de oposição ligado ao MDB. Houve em contrapartida um esfacelamento da ARENA. As forças políticas conservadoras e as classes econômicas, e Joinville é um setor industrial importante, estavam todas aglutinadas em torno do regime militar e em torno da ARENA, mas esse partido, a exemplo do que aconteceu no país, também se esfacelou em Joinville. E na eleição de 1972 a Arena lançou três candidatos e o MDB lançou um, que era o Pedro Ivo Campos, de cuja campanha política eu também tive uma participação, como assessor de imprensa. Depois quando o Pedro Ivo foi prefeito eu me tornei assessor de imprensa do prefeito por quatro anos e depois voltei para o jornal *A Notícia*. O Pedro Ivo (...) herdou esse núcleo político do PTB do Rodrigo Lobo e com o salvo-conduto de que era um militar da reserva, e tendo ido para a reserva não por questões ideológicas, mas por questão de saúde física. Ele se apresentou como ideal de um candidato numa sociedade conservadora como Joinville, e ganhou a eleição com o triplo dos votos dos três outros somados da ARENA. Então Joinville foi uma das primeiras cidades no Brasil em setenta e três que tinha um político do MDB e da oposição e isto contou pontos pra Joinville por desenvolver as forças ideológicas de oposição. [183]

Algumas considerações sobre o depoimento de Ternes e de seu olhar como homem de imprensa. A primeira diz respeito

183 Apolinário Ternes, 63 anos, jornalista e historiador, depoimento concedido ao autor em Joinville, 13 de dezembro de 2013.

à criação de um *consenso* no âmbito local que nega a existência de qualquer "foco de resistência", embora houvesse a organização clandestina do Partido Comunista Brasileiro (PCB), cujos membros locais seriam presos durante a *Operação Barriga-Verde* desencadeada no final de 1975.[184]

Ternes considera que o "desvirtuamento" "do ideário" da "revolução ou golpe", favoreceu o crescimento da oposição na cidade, assim como o "esfacelamento da ARENA", que estava dividida em três sublegendas. Joinville teria sido então, como assinala, uma das primeiras cidades do Brasil a ter um prefeito de oposição. Sobre isso é preciso reiterar que nas eleições municipais que ocorreram no Brasil em 1972, a ARENA saiu vitoriosa na maioria dos municípios brasileiros: "passou a controlar 91% das prefeituras".[185] A eleição de um coronel reformado do exército, cujo deslocamento para a reserva não possuísse vinculação ideológica que o desqualificasse diante das forças armadas, há que ser entendida sob esse prisma. Carlos Adauto Vieira assegura: "o Pedro Ivo nunca foi antirevolucionário, antigolpista". [186] Seu depoimento

184 Cf. SOUZA, 2005, *op. cit;* MARTINS, 2006, *op. cit*; SOUZA, 2015, *op. cit*.
185 AARÃO REIS, 2014, *op. cit*., p. 105.
186 Carlos Adauto Vieira, depoimento citado. A referência é ao fato de Pedro Ivo ter ido prestar depoimento na unidade do exército local, na qual

quando articulado ao de Ternes, permite entender que nada maculava "a oposição" na cidade diante dos militares.

A ascensão do MDB em Joinville se deu na terceira tentativa em que Pedro Ivo disputava a prefeitura. A conjuntura vinha de um contexto em que a ARENA estava dividida, a administração anterior, do médico Harold Karmann, vinha de um mandato com pouca penetração nas periferias. Aliava-se a isso, o fenômeno da migração, como apontou Sirlei de Souza. Os apelos do MDB encontravam melhor acolhida no novo tipo de eleitor da cidade: o migrante.[187] Pela primeira vez formou-se uma bancada na câmara de vereadores cujos sobrenomes não eram predominantemente de descendestes germânicos, assegura Miraci Deretti, eleito vereador pela bancada do MDB 1972, em entrevista à autora. [188]

A ascensão do MDB na cidade tinha pouca relação com efetivas forças ideológicas de oposição ao regime no âmbito local. Como observou Daniel Aarão Reis: "as eleições municipais tendiam mesmo a ser menos politizadas, suscitando

---

desvencilhou o PTB de qualquer responsabilidade com o comício feito na Praça do Expedicionário uma semana antes do golpe. Comício da qual participaram Carlos Adauto Vieira, Paulo Wright e o padre Alípio Freitas.

187 SOUZA, 2005, *op. cit*., p. 216-217. Os lemas de governo eram: "desenvolvimento com participação do povo" (Pedro Ivo) e "o povo governa" (Luiz Henrique).

188 Ibid.

debates voltados para a solução de problemas locais".[189] Diferentemente das eleições majoritárias de 1974, na qual a distensão, como diz o referido autor, foi surpreendida, impondo ao partido do governo a primeira derrota em anos, cuja resposta viria logo em seguida com a Lei Falcão.[190]

Na avaliação do ex-vereador pela ARENA, Ralf Milbradt, a composição do MDB local, que atraia variados segmentos políticos, deu-lhe a desenvoltura que precisava para se manter:

> O Pedro Ivo não teve grandes problemas porque ele teve a adesão de arenistas também. Havia arenista que já eram amigos dele antes (...) o MDB se formou não só com petebistas. Não. Muita gente da UDN foi pro MDB, inclusive aqui em Joinville quando o Luiz Henrique assumiu a prefeitura, uma grande quantidade de jovens, filhos de udenistas partiram para a renovação, o Luiz Henrique representava a renovação, e foram trabalhar com Luiz Henrique na prefeitura.[191]

Luiz Henrique assumiu a prefeitura em 1977. Questionado sobre a existência de políticos do MDB que fossem do

189 AARÃO REIS, 2014, *op. cit*., p. 109.
190 A Lei Falcão, nome do ministro da justiça de Geisel, Armando Falcão, restringiu o uso da propaganda política da qual o MDB havia se beneficiado nas eleições de 1974 no uso da programação televisa ao seu favor. De acordo com os termos desta lei, os partidos só poderiam apresentar o nome, currículo e fotografia dos candidatos.
191 Ralf Milbradt, depoimento citado.

chamado "grupo dos autênticos", Oswaldo Miqueluzzi, advogado trabalhista, militante dos direitos humanos no final da década de 1970 em Joinville, considera a atuação do moderado Pedro Ivo mais condizente que a de Luiz Henrique, embora este tivesse feito parte do grupo supracitado:

> Esse é um tema bem interessante porque, por exemplo, o Pedro Ivo que era um coronel reformado, protegia muito mais o pessoal da esquerda que o Luiz Henrique, que demitiu todo mundo quando assumiu. Todo o pessoal de esquerda que o Pedro Ivo protegeu, da operação barriga-verde, o Luiz Henrique, quando assumiu, demitiu.[192]

Por ser o que era, o MDB local, tornou-se um guarda-chuva que abrigava tanto o que sobrou do PCB depois do choque da operação barriga-verde, quanto os filhos da UDN/ARENA. Luiz Henrique trouxe para a chefia de gabinete na prefeitura o tenente R2 do 62º Batalhão de infantaria, Carlos Afonso Fraiz, que havia participado nas prisões efetuadas na cidade durante a operação barriga-verde[193]. Gesto mais emblemático foi a busca

192 Oswaldo Miqueluzzi, 60 anos, advogado, depoimento concedido ao autor em Florianópolis, 7 de março de 2014.

193 Carlos Afonso Fraiz é chefe de gabinete do atual prefeito em Joinville. Sobre a prisão de Rosemeri Cardoso e seu posterior encontro com Fraiz no gabinete de Luiz Henrique, ver seu depoimento na *Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wrigth*, Florianópolis, março de 2013 a dezembro de 2014, p 123-128.

pelo ex-vereador da ARENA, o insdustrial Wittich Freitag, para ser o candidato a prefeito em 1982, já pela nova sigla, o PMDB:

> Num dia do ano de 1982, bateram lá em casa Pedro Ivo Campos e Luiz Henrique da Silveira, insistindo para que eu aceitasse candidatar-me a prefeito. No início fiquei vacilante. Eles insistiram, e mais uma vez não resisti e aceitei ser candidato a prefeito de Joinville para um mandato de seis anos, 1983-1988. (...) eu havia começado pelo PSD e passado pela ARENA, inclusive como seu presidente, em Joinville, estava no PMDB. Era uma posição de difícil entendimento para aqueles que tinham uma tradição político-partidária. Mesmo porque não combinava com meu perfil, tido como de político tradicional e de empresário. Segundo alguns, meu lugar seria no PDS, partido de direita.[194]

Nesse ponto nos distanciamos da afirmação de Souza, de que o MDB teria significado uma transformação política no âmbito de Joinville. A autora fundamentou sua argumentação no fato de que a direita teria perdido o poder no comando local, embora também considere que as administrações do MDB não

194 THIAGO, Raquel S. *Eu, Wittich Freitag*. Joinville: Movimento e Arte, 2000, p. 171.

chegassem "a questionar a ordem vigente, nem política e nem economicamente".[195]

Torna-se de difícil admissão a tese de que a direita teria efetivamente saído da cena política, quando atores ligados a sustentação do regime, foram realocados no seio do PMDB. Segundo Avritzer, quando antigos atores passam a ocupar posições-chave no interior do que seria um novo sistema político, não apenas se cria embaraços à democracia, como constrangimentos à transformação da cultura política.[196]

O depoimento de Carlos Alberto da Silva, músico, ex-funcionário da Cipla e militante do Partido dos Trabalhadores, relaciona o MDB local com o grupo dos autênticos em Santa Catarina:

> Dirceu Carneiro, Jaison Barreto, esses caras eram combativos! Aqui não! Aqui pra tu ter uma ideia o mais combativo era o Pedro Ivo que era um coronel. Aqui não tinha a vida política com uma tendência mais à esquerda. Não existia! (...) a política joinvilense desde a década de sessenta, setenta e depois oitenta, era uma política de subserviência as classes patronais.[197]

---

195 SOUZA, 2005, *op. cit*., p. 216.

196 AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 10, nº28, 1995.

É preciso considerar que a memória possui vinculações identitárias. Tanto o depoimento de Silva acima, quanto o de Miqueluzzi anteriormente, expressam a visão de militantes de esquerda na cidade: é preciso levar em consideração o lugal social de suas lembranças, num presente que mantém relações com o passado, ligados pelos conectores da identidade.

No momento em que se preparava a redação final desta dissertação, faleceu o senador Luiz Henrique da Silveira (10/05/2015). O seu falecimento foi um acontecimento político: pôde-se constatar em um momento emblemático o peso de Luiz Henrique da Silveira como grande articulador político no PMDB de Joinville, como também em Santa Catarina e no Congresso Nacional em Brasília. Mas o falecimento do senador trouxe à tona também lembranças do passado recente, bem como seus elos com as operações de identidades: ressentimentos que se mantiveram pelo jogo político da qual Luiz Henrique da Silveira participou no âmbito local nas últimas décadas. Podia-se verificar mesmo em pequenas conversas no velório do senador.

197Carlos Alberto da Silva, 56 anos, músico e trabalhador da indústria plástica aposentado, depoimento concedido ao autor e a Luiz Felipe Falcão em Joinville, 20 de dezembro de 2013.

Pode-se avaliar que o MDB em Joinville, desde seus primórdios durante o regime militar, moveu-se com o pragmatismo de quem se habituara a agir nas "zonas cinzentas", mas tomando parte em seu quinhão do poder. No âmbito nacional, por assim dizer, tornar-se-ia um estilo do próprio partido no jogo político brasileiro: desde a década de 1980, o partido foi sempre peça chave no poder constituído, seja em um governo mais à direita ou à esquerda, na esteira do fisiologismo que lhe constitui.

O MDB, batizado pejorativamente em nível nacional de "oposição consentida", apresentava-se bem de acordo com esta definição no plano local. De um modo geral, é possível avaliar que o MDB em Joinville não avançou muito para além do modelo de modernização conservadora que havia predominado desde as administrações anteriores. [198] A modernização ligada ao fenômeno da urbanização, do incentivo às atividades

198 Para Renato Ortiz, a ditadura militar foi modernizadora, no sentido de reorganização da máquina do Estado, urbanização da sociedade e incentivo as atividades empresarias, mas amorteceu os conflitos sociais e políticos ligados a diversos grupos de interesses. A longevidade do regime de 1964 teria relação direta, na avaliação de Ortiz, com o êxito dessa modernização. A modernização conservadora foi a base alternativa da legitimação autoritária. Ver: ORTIZ, Renato. Revisitando o tempo dos militares In: AARÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 113-114.

empresarias e expansão do parque industrial continuou brilhando na constelação política do MDB. Nesse sentido, a visão de Souza expõe um paradoxo sobre o partido: "a ordem do dia era desenvolver as estruturas econômicas com justiça social", mas o MDB procurava "aplicar analgésicos para passar temporariamente a dor da pobreza", quando o que se necessitava era "uma grande cirurgia". Segundo Souza, ideologicamente, os discursos continuaram apelando para a "cidade do progresso", "a cidade feliz", acoplados então, ao novo lema: "desenvolvimento com participação do povo" (Pedro Ivo) e "o povo governa" (Luiz Henrique). As palavras em voga "povo" e "participação" entraram como novo ingrediente no caldeirão progresso-desenvolvimento. [199]

O MDB, possivelmente por ser a "oposição" que era, integrou-se perfeitamente ao coro do acontecimento do 1º de maio de 1975, demonstrando pouca distância entre *intenção e gesto*. Deveras emblemático e bastante revelador de sua postura, foi Pedro Ivo entregar a "chave da cidade" para Geisel, saudado pela imprensa local como um acontecimento histórico, que

199 SOUZA, 2005, *op. cit*., p. 216-217.

traduzia "o pensamento e os sentimentos de solidariedade da Terra dos Príncipes" ao general-presidente. [200]

1.4.2 – A União Cívica Feminina

Na fotografia abaixo (figura 8), as lentes do fotógrafo tentam enquadrar um momento de quebra de protocolo do general na chegada à catedral do bispado, quando cumprimentou estudantes. Na Rua do Príncipe foi organizado um grande contingente de colegiais na linha do cordão de isolamento. Esta quebra de protocolo, que também havia ocorrido no dia anterior, na capital, fazia parte das instruções que o general havia feito acerca de sua recepção pública ao Estado, "a fim de sentir diretamente o calor das manifestações populares".[201] *O Estado* faz referência aos cumprimentos de Geisel aos "alunos de um estabelecimento escolar", e completou: "mas o programa, em síntese, foi bem rígido, tendo sido mais sentida a atuação do serviço de segurança".[202]

---

200 *Jornal de Joinville*, Joinville, 4 de maio de 1975, p. 1. A chave foi entregue no portal da catedral na chegada do general. A primeira-dama municipal entregou flores à primeira dama presidencial.
201 *O Estado*, suplemento extra, Florianópolis, 2 de maio de 1975, p. 2.
202 *O Estado*, suplemento extra, Florianópolis, 2 de maio de 1975, p. 8.

Figura 8- Ernesto Geisel cumprimenta estudantes na chegada à catedral de Joinville

Fonte: Acervo Fotográfico do Arquivo Histórico de Joinville

Na verdade, a semana que antecede a vinda de Geisel havia sido marcada pela realização da *II Semana do Civismo* nas escolas da cidade, promovida pela UCF, [203] com intensa programação. O jornal *A Notícia* trouxe a foto da sessão cívica realizada no colégio João Colin, que contou com a presença da professora Jandira D`Ávila, titular da 5ª Coordenadoria Regional de Educação. Jandira D`Ávila, além de coordenadora regional de educação, integrava a direção da UCF.

203 *A Notícia,* Joinville 27 de abril de 1975, p. 16.

Do mesmo modo, na rede municipal sob a administração Karmann (1970-1972), a pasta da secretaria da educação esteve sob a direção da professora Iraci Schmidlin, que pertencia à Comissão Nacional de Moral e Civismo. [204] Schmidlin era formada pela ESG e foi a principal articuladora da ADESG em Joinville. De modo que o sistema educacional na cidade estava bastante sintonizado ao espírito do regime e a difusão de seus ideais.

A Lei n. 5.692 de 1971 havia estabelecido o sistema nacional de 1° e 2° graus. A lei tinha como escopo estabelecer uma "ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção". [205] Para Amarílio Ferreira Jr. e Marisa Bittara, a educação no regime militar foi instrumentalizada para a racionalidade tecnocrática, com o objetivo de se viabilizar o slogan "Brasil Grande Potência". [206] Ao situar Joinville nesse contexto é preciso ter em mente que o sistema educacional estava organizado em função da ideologia do regime de 1964.

---

204 SOUZA, 2015, *op. cit*., p. 69.
205 FERREIRA JR, Amarilio; BITTARA, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. Cad. *Cedes*, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008.
206 *Ibid.*

Na véspera da chegada de Geisel, *A Notícia* ainda reproduziu uma imagem da sessão cívica realizada no tradicional colégio Conselheiro Mafra, que contou com representantes do legislativo municipal e da unidade do exército[207]. Nela é possível visualizar o vereador Plácido Alves (ARENA) diante de um cavalete, descerrando perante os alunos a "fotografia do Presidente da República", solenidade apresentada pelo diário local como um ato de "inauguração".

Tratava-se do retrato de meio corpo em que Geisel aparece pousando de gravata borboleta. Não deixa de ser notável que este mesmo retrato tenha permanecido durante décadas neste estabelecimento de ensino. Em 2008 ainda podia-se observar com alguma perplexidade, o mesmo fixado à parede da secretaria da escola,[208] figurando ali estranhamente como uma imagem fora do lugar, ou como um retrato que destoava da paisagem do século XXI.

Passados anos, os servidores que ali trabalhavam não sabiam explicar a origem do quadro de Geisel que ornamentava

---

207 *A Notícia*, Joinville 1º de maio de 1975, p. 1.

208 Este autor trabalhou no ensino básico desta escola em 2008. Perguntou-se na época aos demais servidores que ali trabalhavam que disseram desconhecer a procedência do retrato de Geisel. O fato por si só não constituía-se uma exceção: a Escola Estadual Presidente Médici, ainda mantem o retrato do general no hall de entrada da escola, um fragmento de passado que ainda incide no presente.

a secretaria da escola, a não ser que estava ali há muito tempo. Ironicamente, se verificaria por meio da presente pesquisa, que o retrato era, na verdade, daquela solenidade cívica e estava no estabelecimento escolar desde as vésperas daquele 1º de maio.

O que se pode depreender disso é paradoxalmente um passado que se manifesta em sua proximidade e distância. A fotografia de Geisel figurava no estabelecimento de ensino, décadas depois, como a proximidade de um fragmento de passado da memória pública do regime de 1964 na cidade, porém, distante e praticamente esquecida.

A UCF, trazida de São Paulo e fundada nos dias que antecederam a marcha em Joinville, foi um agente que integrou o acontecimento. Continuava como um braço atuante de culto à memória do golpe em suas atividades cívico-educacionais e contava com o apoio de amplos setores da sociedade joinvilense:

> Hoje, rememorando alguns acontecimentos da época e relendo a extensa relação das atividades encetadas pela União Cívica Feminina, chego a sentir uma ponta de saudade pelo vivenciamento de iniciativas tão patrióticas, algumas inéditas e pioneiras nos seus segmentos. Também não posso esquecer que Joinville abraçou a nossa causa e que recebemos apoio incondicional de todas as

> autoridades constituídas, bem como da imprensa, rádios, 13º Batalhão de Caçadores, da Associação Comercial e Industrial de Joinville, Clubes de serviços, estabelecimentos de ensino e população de um modo geral. (...) O 13º Batalhão de Caçadores era por nós chamado carinhosamente de "O nosso Batalhão" e a banda era quase um patrimônio da cidade. (...) Nós éramos convidadas para todos os eventos realizados nas dependências do batalhão, fossem festas, desfiles, formaturas, torneios esportivos e até bailes do Comando. O apoio era recíproco, pois quando intuímos a "Semana do Civismo" junto a alguns estabelecimentos de ensino, a maioria dos palestrantes era formada pelo oficialato do 13º Batalhão de Caçadores.[209]

Nas lacunas desta lembrança se inscrevem os ditos e não ditos dos discursos proferidos nas atividades cívico-educacionais presididas por essas mulheres, bem como dos palestrantes, oficiais do 13º Batalhão de Caçadores que, como assinala Braga, eram comumente convidados para as conferências da "Semana do civismo" realizada nas escolas. Seja como for, havia apoio incondicional:

> Eu não tinha nada de restrição contra o governo. Conhecia as partes sobre tortura..., porque havia pessoas que o ideal não era aquele da ditadura né, conhecíamos isso tudo, mas eu sinceramente, eu fui neutra, eu tive neutralidade em excesso. [210]

---

209 Marina Moreira Braga, depoimento citado.
210 Olívia Mazzoli, depoimento citado.

Após décadas, a depoente avalia o apoio social dado à ditadura militar, evidenciando mea culpa ao ressaltar sua excessiva neutralidade em um regime que viria a torna-se, com o passar dos anos, cada vez mais odioso. O inventário da colaboração com o regime é um caminho difícil de ser trilhado.

A França teve que lidar com ele após o final da Segunda Guerra Mundial, tratando da ocupação nazista e de suas bases sociais e históricas. Não foram incomuns as memórias que não se reconheciam nas chamadas "zonas cinzentas". Que razões ou desrazões teriam levado parte da sociedade francesa a colaborar com um regime nefasto quanto o nazismo? Difícil é avaliar, virar a página silenciosamente é sempre um caminho mais fácil.

A depoente relembra que havia conhecimento público da violência do regime e afirma: "sinceramente, eu fui neutra". Tal afirmação apresenta-se como emblemática das "zonas cinzentas". É razoável supor a proporção entre o gesto dos que dirão nada ter sabido sobre as violências aos direitos humanos e uma indiferente neutralidade, amedrontada ou silenciada pelo que se considerava possível. A UCF em Joinville certamente não era o único segmento da sociedade que sabia dos porões da ditadura, mas silenciou. É preciso reconhecer que o silêncio

social em grande medida sustentou o regime e contribuiu para a sua longevidade, embora muitos possam considerar que o silêncio fosse a opção possível.

Na interpretação de Sirlei de Souza, a UCF em Joinville deve ser entendida como uma extensão do poder político e econômico local e como um grupo que foi "mais influenciado do que influenciou", pois no fundo suas integrantes "representavam o interesse de seus pais e maridos".[211] Mesmo não mensurando o peso do caráter duradouro dessa entidade no âmbito local, a visão de Souza aponta para os não ditos: diferentemente da existência efêmera da maioria das organizações femininas criadas entre os anos 1962 e 1964, que se extinguiram logo após a queda de Jango[212], o grupo de Joinville atuou durante 18 anos, teve sede própria, coluna mensal na imprensa e, como se viu, recebeu apoio de amplos setores do poder dominante. A permanência dessa entidade durante quase todo período da ditadura na cidade precisa ser compreendida dentro da estrutura de criação de uma base de legitimação do regime na cidade, embora com o passar dos anos essa entidade possa ter se tornado um espaço de

211 SOUZA, 2005, *op. cit*, p. 208.
212 MOTTA, 2002, *op. cit*, p. 241.

socialização, para além da defesa dos ideais do regime, algo ainda a ser melhor compreendido.

1.4.3 – Geisel, o mundo do trabalho e a "revolução de 1964"

Fazia frio e chovia na manhã do 1º primeiro de maio de 1975 em Joinville. A solenidade do dia do trabalho na Fundição Tupy integrava a inauguração da nova unidade, a Fubloco, o encerramento do VII encontro estadual de trabalhadores e VIII encontro sindical. O cerimonial contou com a presença de políticos, militares, líderes sindicais, empresários do eixo Rio-São Paulo[213] e milhares de trabalhadores no interior da empresa, sem contar cerca de três mil pessoas que ficaram fora dos portões da fábrica em razão de não terem chegado a tempo.

A solenidade procurou estabelecer laços políticos entre passado, presente e futuro: entre o legado da "revolução de 1964" para o mundo do trabalho, a confiança no momento e a aposta num futuro liderado pela marcha do "trabalhador número um do Brasil", o general-presidente. Convém analisar

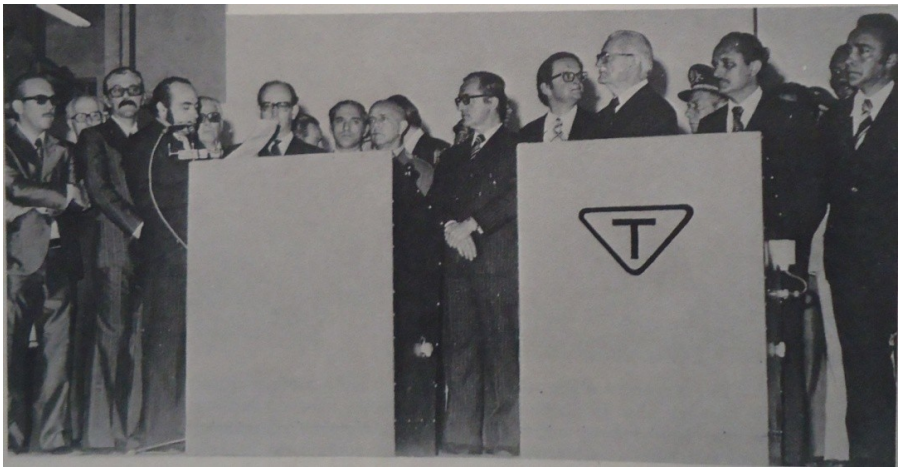
---

213 A solenidade deveria contar com a presença de líderes empresariais convidados. O avião não pousou na cidade em razão do mal tempo e os visitantes acabaram chegando atrasados. Estiveram presentes os representantes dos grupos: Volkswagen, Mercedes Benz, Varig, Grupo Flig, Grupo Gerdau, Sesi-SP, BNDE, Bolsa de valores de São Paulo, entre outras.

os sentidos que presidiram os discursos durante a solenidade no interior da Fundição.

Na imagem abaixo (figura 9), que retrata o do encerramento dos referidos encontros estaduais, posicionado ao microfone, falou o representante dos trabalhadores, o sindicalista Pedro Natali. A *Folha de S. Paulo* foi um dos únicos órgãos de imprensa a dar destaque ao seu discurso:

Figura 9: Inauguração da Fubloco- Fundição Tupy S.A.



Fonte: *Correio da Tupy*

> Pedro Natali disse que o presidente é "defensor de uma política de distribuição de renda", salientando que "para felicidade nossa" as autoridades concluíram que a elevação do salário real fortalece o mercado interno, e este com maior capacidade de consumo livrará o empresariado das inconvenientes flutuações do

> mercado internacional. Em sua opinião as eleições de novembro passado representaram um "alerta" para o desgaste do poder aquisitivo popular. As "elites dirigentes" devem atender as aspirações do povo, que, segundo o orador, não podem ser confundidas, de nenhum modo "com uma volta ao passado, um retorno à demagogia". Natali opinou também contra uma súbita revogação do AI-5, pois isto poderia, no seu entender, afetar o "clima de paz e tranqüilidade" (*sic*) nas relações empregados-empregadores.[214]

O tema da distribuição de renda que estava em voga desde 1974 foi recorrente nos discursos proferidos. A menção aos ganhos do salário mínimo tinha a ver com o aumento assinado por Geisel em Brasília dias antes, o que já era conhecido. Segundo a revista *Veja*, o aumento concedido pelo governo variou "de 40, 04% a 41, 4% dependendo da região".

A variação tinha vinculação com o fato de que o mínimo não era unificado no país. *Veja* também enfatizou que a inflação entre maio de 1974 e maio de 1975 foi de 26% e, portanto, o ganho real do mínimo teria sido de 15,4%. Sobre isso é preciso ressaltar que a legislação trabalhista do regime, usava uma fórmula para o reajuste que considerava a inflação dos últimos doze meses e uma prospecção da inflação para os

214 *Folha de São Paulo*, 2 de maio de 1975, p. 4.

próximos doze meses. O problema era que a inflação por vir, sempre era subestimada pelo governo e isso produziu efeitos perversos na perda salarial acumulada em anos e no fosso da distribuição de renda.[215]

A resposta dada nas urnas em novembro de 1974, na qual o partido do governo havia amargado sua primeira grande derrota teria sido causada, na explicação de Natali, pelo "desgaste do poder aquisitivo popular". A derrota do governo nas urnas era fundamentada pelo líder sindical, na questão econômica, mas sem qualquer vinculação com o autoritarismo, pelo contrário, este deveria impedir o retorno ao "passado" e à "demagogia". A *Folha* destacou, inclusive, a opinião de Natali sobre uma "súbita revogação do AI-5" que, segundo ele, poderia perturbar as relações entre capital e trabalho.

As fontes nada sugerem se Geisel chegou a esboçar algum aceno de concordância com a opinião de Natali. O fato é que na prática ele seria entre os seus pares o que mais fez uso do AI-5, inclusive para fechamento do congresso, tendo revogando o dispositivo apenas nos instantes finais de seu

---

215 LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: AARÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 94.

mandato. Havia pouco mais de uma semana, em 20 de abril de 1975, Geisel feito uso do AI-5 para decretar intervenção federal em Rio Branco, capital do Acre, nomeando o prefeito eleito como interventor, pois, por três vezes, a Câmara Municipal vetava sua posse. [216] Na avaliação de Hélio Silva sobre o temperamento de Geisel:

> Faltava-lhe o conhecimento do segredo político, e governar uma nação não é comandar uma operação militar. Nem todos obedecem. Nem todos devem obedecer, porque uma nação é composta de cidadãos e não de soldados. Por seu temperamento, cada vez que sofria uma crítica doía-lhe. Um general não aceita ser desobedecido. Então o presidente agia como general. Porque nunca conseguiu dissociar uma condição da outra. Por isso, seus adversários políticos freqüentemente o chamavam de general-presidente ou presidente-general. [217]

Paradoxalmente, em Joinville, a força da repressão seria mais sentida durante o governo Geisel que qualquer outro. Esse dado aponta para a hipótese de que, nos grandes centros do país o governo militar que mais violou direitos humanos e atingiu as

---

216 SILVA, Hélio. *O Governo Geisel.* São Paulo: Editora Três, 1998, p. 123.
217 *Ibid*, p. 43.

liberdades públicas foi o governo Médici. Nos médios e pequenos centros foi o governo Geisel.[218]

O discurso do Ministro do trabalho Arnaldo Pietro faz uso do passado recente para destacar o que considerava os ganhos da "revolução de 1964":

> Vale registrar a ação dos Governos Revolucionários na criação das indispensáveis condições para que as entidades sindicais alcancem a efetiva representatividade de sua categoria econômica e profissional. O número de entidades sindicais cresceu de 3.500 para 6.700 nestes últimos onze anos, num aumento percentual de mais de 90%. O número de associados multiplicou-se. O governo vem cuidando de garantir as prerrogativas legais das entidades representativas, de propiciar-lhes condições para prestarem efetiva assistência aos seus associados e de realizarem a missão de colaboradoras do Poder Público. Mas cuida ao mesmo tempo, que os órgãos representativos- as entidades sindicais- não sejam desviados das finalidades previstas na lei. O sindicato é instrumento que visa buscar o desenvolvimento e a paz social. O desvirtuamento de seus objetivos, ocorridos no passado, não voltará. Não voltará, entre outras razões, pela consciência das atuais lideranças sindicais responsáveis, que compreenderam os propósitos da Revolução na valorização do trabalhador.[219]

218 O segundo capítulo, em alguma medida irá responder a esta hipótese no âmbito local.
219 *Correio da Tupy*, Joinville, maio de 1975, p. 9.

A evocação da memória dos "governos revolucionários" feita pelo ministro do trabalho acentua especialmente o aumento do número de entidades sindicais representativas. A ditadura militar, salvo em leves alterações para aumentar sua eficácia, manteve praticamente intacta a legislação trabalhista do Estado Novo, inspirada na *Carta del Lavoro* de Mussolini. A estrutura dos sindicatos servia aos interesses do Estado no controle da classe trabalhadora.[220]

Os sindicatos estavam organizados verticalmente, ligados cada qual à sua Federação, que se submetia a uma Confederação, e esta, ao Ministério do Trabalho. Essa estrutura impedia uma organização horizontal entre diferentes categorias, criando-lhe obstáculos à sua livre coordenação.[221]

Além da centralização das entidades representativas, o Ministério do Trabalho podia valer-se de outros dispositivos legais para controle dos sindicatos. O governo poderia intervir num sindicato para afastar ou substituir dirigentes, dissolver ou criar novos sindicatos, caçar o reconhecimento de representação de uma categoria. Durante os governos militares

---

220 ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 236-237.
221 *Ibid*., p. 237-238.

foram centenas de intervenções diretas em sindicatos.[222] Como apontou o Relatório da *Comissão Estadual da Verdade*, em Santa Catarina, vinte e cinco sindicatos sofreram intervenção direta, incluindo o sindicato dos metalúrgicos de Joinville.[223] A mensagem do governo no dia do trabalho era incisiva: não iria tolerar o "desvituamento" da representação de classe e o retorno ao passado "pré-revolucionário".

De Antonio Carlos Konder Reis, considerado por muitos exímio orador, vale destacar alguns trechos de seu discurso:

> Aqui e agora, perante aqueles que participaram da VII Semana Sindical e do VIII Encontro dos Trabalhadores e na presença de tantos acorreram ao convite do Governo do Estado, Sua excelência demonstra que, no ideário da Revolução de março de 1964 há um lugar bem largo, bem amplo, bem claro para que alcancemos todos juntos um regime de autêntica justiça social.

222 *Ibid.*, p. 244.
223 Cf. *Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wrigth*: Relatório final. Florianópolis, março de 2013 a dezembro de 2014, p. 11. Não foi possível identificar em que momento precisamente isto ocorreu.

Konder Reis evoca “o ideário da Revolução de 1964” como um mundo amplo, onde há lugar para todos. Onde todos são trabalhadores, condição na qual participam dos “destinos do Brasil”. A evocação da memória pública de 1964 era feita para ressaltar o que considerava conquistas para a classe trabalhadora: “um clima de paz, de ordem e fraternidade”. É sabido que o ideário dos militares não era espaço “amplo”, “largo” e tampouco seguro para os que negassem o idílio autoritário. Konder Reis considerou:

> (...) A homenagem é ao trabalhador, que recebeu da revolução de março de 1964, em primeiro lugar, o respeito a sua personalidade, o reconhecimento aos seus direitos e, depois, teve a oportunidade de ser beneficiário de uma série de fórmulas capazes de permitir a boa distribuição da riqueza em nosso país.

O tema da distribuição de renda vinculada ao legado da “revolução” visava induzir o trabalhador a acreditar que era seu principal beneficiário. O que se tinha, contudo era uma industrialização de baixos salários: “pilares do processo de estabilização econômica e da expansão do setor industrial”.[224]

224 LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: AARÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 94.

Aparte isso, destacava o 1º de maio identificando-o ao regime na qual todos trabalhadores integravam a "revolução":

> (...) A par dessas conquistas, a Revolução brasileira ofereceu à coletividade trabalhadora um clima de paz, de ordem e fraternidade. Aqui todos são trabalhadores. O trabalhador das fábricas, o trabalhador nos campos e o homem humilde que constrói o lar e o local de trabalho, a grandeza da Pátria, é o grande homenageado deste dia. Quero, no entanto, assinalar que esta homenagem não pode e nem deve ser desacompanhada de outra, tão significativa quanto a primeira. A homenagem do povo de Santa Catarina ao trabalhador número um do Brasil, à Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, General Ernesto Geisel, que num esforço contínuo, num trabalho dedicado, em manifestações sucessivas de coragem e descortino, dirige os destinos do Brasil com sabedoria e nobreza e a visão de um estadista.[225]

O trabalho era posto como o elemento agregador que sedimentava a união de todos. O simbolismo da data era projetado na confiança do "trabalhador maior": aquele que "dirige os destinos do Brasil com sabedoria e nobreza e a visão de um estadista". Geisel era identificado ao paradigma ideal do trabalhador brasileiro e o seu representante maior, este por sua vez era instado a seguir o exemplo daquele.

---

225 *A Notícia*, Joinville, 2 de maio de 1975, p. 7.

Ainda vale destacar o discurso do industrial presidente da Fundição Tupy no momento da inauguração da Fubloco. Sua fala também estaria marcada de *otimismo* e *confiança* no regime e no progresso do Brasil. A placa de inauguração descerrada por Geisel dizia: *"somando energias poderemos impulsionar este portentoso país para seus grandes destinos"*. Dieter Schmidt evoca o testemunho do próprio Geisel para atestar o progresso da fundição desde que lá estivera em companhia do Marechal "Castelo Branco em 11 de novembro de 1966". E reitera:

> A nossa produção física quadruplicou e o número de nossos colaboradores é hoje superior a 6.000. Ampliando significativamente as instalações industriais, renovando estruturas administrativas, desenvolvendo avançada tecnologia própria, mantemo-nos na liderança do setor de fundição do Brasil. Produzimos o ferro fundido maleável branco e de núcleo preto, o ferro cinzento, o esferoidal, e, com exclusividade no Brasil o ferro maleável soldável. É a tecnologia brasileira, a competir sem qualquer receio com os países mais industrializados. (...) Ao inaugurar esta fundição, empreendida por uma empresa privada e genuinamente nacional, V. Excia. terá oportunidade de verificar do quanto são capazes os brasileiros, quando a técnica, à competência, a disciplina e ao entusiasmo pelo que fazem, se alia a cooperação governamental. Ao deixar, senhor presidente, neste memorável 1º de maio,

> a nossa progressiva *cidade industrial* de Joinville, leve a certeza de que os empresários e todo o seu valoroso operariado confiam no idealismo patriótico e na inconteste liderança de V. Excia., como confiam no *grandioso futuro do Brasil* (grifo meu).[226]

A *reinvenção do otimismo* feita pelos militares foi, segundo o historiador Carlos Fico, a resignificação de antigos conteúdos fundados num imaginário secular, num esforço de construção da ideia grandiosa de Brasil. A utopia autoritária com sua maquinaria produtora de confiança, nos primeiros anos do governo Geisel, ainda seria eficaz, embora não por muito tempo.[227] Geisel não se beneficiou do milagre econômico, governando sob a crise do petróleo. Contudo, como aponta Carlos Fico, fez uso da memória recente, do passado imediato, de um uma imagem de grandeza do país, cuja:

> Confiança no governo, planejamento, determinação, trabalho ordeiro e os nunca bem explicitados "sacrifícios" eram as exigências que os governos ditatoriais faziam para "dar conta da ingente tarefa que nos foi cometida, de impulsionar esse portentoso país (...) para os seus grandes destinos" (Geisel, 1975: 34). Que grande destino seria este? Evidentemente, o de

226 *Correio da Tupy*, Joinville, maio, 1975, p. 5.
227 FICO, 1997, *op. cit*, p. 81-84.

> constituir-se o Brasil uma grande potência. (...) Com o fracasso da política econômica, a ideia de "grande potência" foi paulatinamente sendo abandonada. Geisel, no início de seu governo, ainda falava de potência "emergente" (Geisel, 1975: 34, 129).[228]

A ideia de um Brasil grandioso estava fundida na placa de inauguração da Tupy. A referência ao "*portentoso país"* e *"seus grandes destinos",* fazia alusão a um discurso de Geisel, como pode-se verificar na repetição da frase que figura na citação de Fico. É evidente o uso da memória pública dos anos do "milagre" que, embora não se estivesse vivendo mais sob sua aura, ainda possuía sintonia com o "dispositivo teórico-doutrinário de Golbery" que bebia na "poderosa rede de representações que se constituiu no Brasil ao longo dos séculos"[229]: a força da ideia de um Brasil grande. Na verdade, isso acabaria por se revelar, num enorme "complexo de inferioridade", de uma nação que sonhava ser "potência", mas que não conseguia resolver problemas básicos.[230]

---

228 Ibid., p. 85, 87.
229 Cf. FICO, 1997, *op. cit.*
230 CORDEIRO, Janaína Martins. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. In: AARÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 201.

O *Correio da Tupy* procurou assim dar destaque àquele momento:

> Sob aplausos de milhares de trabalhadores e visitantes reunidos no novo pavilhão de fundição, da Tupy, S. Ex.ª o presidente Ernesto Geisel pressionou o botão de acionamento e a alavanca de movimentação do forno de indução elétrica, para o primeiro jorro de ferro líquido que, colocado nos moldes, passa a ser novo símbolo de progresso para o País: blocos para motores Diesel, vazados em ferro produzido com o ingrediente "qualidade Tupy". O ato solene despertou sentimentos cívicos, traduzidos brilhantemente pela Banda de Música do 62º BI, que encheu os ares com os acordes do hino **"Prá frente Brasil"** (grifo *Correio da Tupy*).[231]

"Pra frente Brasil", o hino emblemático dos anos Médici não deixaria de estar presente referenciando o imaginário do *Brasil grande.* A memória pública dos anos Médici era evocada por meio do hino da ditadura como a tradução da confiança e da produção de otimismo em tempos em que a classe trabalhadora já experimentava o aumento da crise.

Quarenta anos após, é possível entender que aquele acontecimento descortinava no âmbito local, o que era uma

231 *Correio da Tupy*, Joinville, maio de 1975, p. 6.

realidade no país: os subsídios dos militares à produção industrial, a contenção do movimento dos trabalhadores via sindicatos e o arrocho salarial ampliavam o abismo distributivo e concentravam os ganhos obtidos com o crescimento e o aumento da produtividade.[232]

Passados quarenta anos, cabe perguntar sobre o significado da produção daquele acontecimento na cidade. A única "restrição unânime"[233] à visita de Geisel a Joinville, como ressaltaria *O Estado*, foi a chuva? Ou ainda o frio de 14 graus, como destacou *Veja*? [234] Que base social havia para que o regime de 1964 e o peso de seu legado de ausência de democracia continuasse desfrutando de tamanha adesão local? Era a evocação da memória pública de 1964 descortinada na produção do acontecimento, a máxima expressão do congraçamento entre a "cidade industrial" e o regime de 1964? Evidenciava aquele acontecimento o quanto a "progressiva cidade" figurava como exemplar modelo para a utopia autoritária, sendo a mesma o lugar apropriado para uma nova

---

232 LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: AARÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 69.
233 *O Estado*, suplemento extra, Florianópolis, 2 de maio de 1975, p. 7.
234 *Veja*, 7 de maio de 1975, p. 17.

aparição do poder dos militares, cuja proximidade a diversos segmentos evidenciaria o termômetro da distensão? Que "oposição" era aquela que integrava o seu cortejo? Haviam zonas intermediárias que envolviam atitudes entre colaborar e resistir? Seria o silêncio/esquecimento hoje uma evidente recusa da sociedade reconhecer-se nas zonas cinzentas de um regime que viria tornar-se odioso?

Segundo Nora, a história só começa quando o historiador faz ao passado, em função de seu presente, perguntas das quais seus contemporâneos não possuíam condições de formulá-las. [235] Os questionamentos dirigidos ao passado se estruturam e se fundamentam no presente do historiador. Ele é o lugar temporal de onde se rompe a atadura do feixe que uniu o acontecimento passado, lançando luz sobre a arqueologia do processo de sua fabricação. Nele algo fica evidente: os que o forjavam também haviam saudado o golpe onze anos antes, embora seja pouco lembrado.

Ao interpelarmos a cidade, quarentas anos após o acontecimento, que respostas oferecerá às nossas perguntas? Ou seriam os questionamentos que nos colocamos diante dela "para nos obrigar a responder, como Tebas na boca da

235 NORA, *op. cit.*, p. 192.

Esfinge”? [236] Seja como for, diante da “cidade industrial”, diferentes interrogações vêm à luz, evidenciando um sistema de significações que envolvia o feixe do acontecimento. Debruçar-se sobre seu lugar temporal é em grande medida, um exercício de desatar seus sentidos.

236 CALVINO, *op. cit*., p. 44.

2 – DEMOCRATIZAÇÃO VERSUS CULTURA POLÍTICA AUTORITÁRIA: TENSÕES, MUDANÇAS E PERMANÊCIAS NO MUNDO DO TRABALHO FABRIL EM JOINVILLE

> A introdução de práticas democráticas conduz, na melhor das hipóteses, à disputa entre duas culturas políticas. A análise da democracia deve levar em conta a cultura política anterior ao estabelecimento da democracia.
> (Leonardo Avritzer)

A democratização na "cidade industrial" começa a ganhar visibilidade quando foi contagiando o mundo do trabalho. A democratização está ligada, segundo Avritzer, às práticas dos atores sociais.[237] Em Joinville isto incluiu a negativa da existência de uma harmonia nas relações capital-trabalho. Assim, na órbita da experiência do mundo do trabalho, emergia uma cultura política democrática.

A democratização na "cidade industrial" deve ser entendida como um processo de luta pela transformação da cultura política que persistiu no âmbito local, negando a existência de desconcertos entre capital e trabalho. Tal cultura política plasmou o ideal de uma sociedade ordeira e progressista marcada pela ausência do conflito social e, logo,

237 Cf. AVRITZER, *op. cit*.

sem ênfase na negociação como função de uma sociedade democrática, afinal, a democracia é uma prática de resolução de conflitos e interesses divergentes.

A partir de 1975, um novo cenário começa a se configurar em Joinville, por meio da vertente progressista da Igreja, com a fundação da Paróquia Cristo Ressuscitado, no bairro Floresta. Situado na Zona Sul da cidade, cuja paisagem sócio-econômica contrastava com a Zona Norte, o bairro era formado por moradores pobres e de classe média baixa, sobretudo, por uma mão-de-obra operária das indústrias locais. [238]

Os intercâmbios da Paróquia Cristo Ressuscitado com outros grandes centros operários do país, fundamentalmente São Paulo, onde as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) possuíam melhores estruturas, proporcionou aos novos atores sociais na cidade o contato com a ação daqueles grupos junto ao operariado paulista. Essas trocas se intensificaram a partir de 1977, quando se viabilizou junto à paróquia Cristo Ressuscitado a criação da primeira Pastoral Operária no Estado de Santa Catarina e a fundação do primeiro Centro de Defesa

238 Cf. FACCHINI, Luiz; PEDRINI, Dalila. *CEBs: 25 anos de caminhada na paróquia Cristo Ressuscitado- Joinville-SC-Brasil.* Joinville, SC: Movimento & Arte, 2000.

dos Direitos Humanos do Sul do Brasil, em setembro de 1978.[239] O movimento culminou com a fundação do Partido dos Trabalhadores na cidade, no início da década de 1980, que encampou as lutas pela constituição de um novo sindicalismo.

O movimento de base da Igreja progressista de Joinville constituiu-se em um agente social novo em tal contexto, de modo muito similar ao que Eder Sader identificou no mesmo período na Grande São Paulo. Sader analisou a ação da igreja progressista como um dos eixos de elaboração discursiva da ressignificação das condições de vida dos trabalhadores.[240]
Em Joinville, a Teologia da Libertação como "matriz discursiva" foi o primeiro elemento a incidir sobre a experiência da condição operária e sua afirmação como um agente social novo na resistência e no ocaso do regime militar. Uma "matriz discursiva" produz um vocabulário e uma práxis que nomeia conflitos e recebem novos sentidos dos sujeitos em luta. A noção de matrizes discursivas para o autor está ancorada em um modo de abordagem da realidade que implica em "diversas atribuições de significado", no "uso de categorias de

---

239 FACCHINI; PEDRINI, *op. cit.*
240 SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena:* experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

nomeação e interpretação", cuja "produção e reprodução dependem de lugares e práticas materiais de onde são emitidas as falas".[241] As memórias das lutas desses agentes em Joinville estão estruturadas a partir dessa matriz discursiva, como se pode aferir nos depoimentos de ex-operários e seguidores do pároco Luiz Facchini, precursor das Comunidades Eclesiais de Base na cidade, o que está expresso nos depoimentos de Rute Boetcher e João Schmit respectivamente:

> A gente sempre foi católica de igreja tradicional que ia à missa e vinha, ninguém falava com ninguém, ninguém lia a bíblia, e ele veio lendo a bíblia revolucionariamente, assim, dizendo que todos têm que ter comida, as divisões têm que ser iguais, e daí começaram o movimento da Pastoral Operária, de várias pastorais, mas a gente como era operária, eu trabalhava na Hansen, comecei a participar da Pastoral Operária. E a gente revolucionou a cidade porque tinha um período que Joinville não tinha nenhum sindicato que pudesse atender o trabalhador, os sindicatos estavam tudo na mão dos patrões. (...) [o padre Luiz Facchini] escolhia textos revolucionários da bíblia e fazia aqueles encontros do dia inteirinho de reflexão. E a gente ia vendo como era usada, explorada. E muita gente se convertia, digo se convertia na linguagem da Igreja, mas tomava consciência de que precisava muito mais do que tinha.[242]

241 SADER, 1988, *op. cit.*, p. 142-145.

> Nos criamos educado na religião, rezava muito, ia sempre à missa, a gente viajava a pé distância grande pra ir à missa. E quando eu vim pra Joinville à gente gostava de tocar violão, cantar músicas. Aí nós fomos convidados pra tocar na igreja. Eu com o meu irmão fomos tocar naqueles cânticos de liturgia ali, e começamos participar e era uma comunidade muito nova. Era em 75 que tava surgindo essa comunidade, aí nós começamos participar, fomos nos envolvendo nos trabalhos da Pastoral Operária, a gente era trabalhador. (...) A gente se reunia e discutia as questões que envolvia os trabalhadores, por exemplo, a exploração que havia nas fábricas, assim, quando tinha campanha salarial a gente entrava, conversava com os companheiros, a gente fazia panfletos ia para as portas de fábrica, distribuía. Era o trabalho da Pastoral Operária, de orientar também pra organizar os trabalhadores, porque na época da ditadura os trabalhadores ficaram muito desprotegidos, os sindicatos foram atrelados ao poder dos militares e os trabalhadores não tinham a quem recorrer. A igreja, mais autêntica, mais progressista, começou a perceber e tentar ajudar, aí a Pastoral Operária era como se fosse um sindicato paralelo.[243]

Há elementos comuns compartilhados em ambos os depoimentos, expressos primeiramente por uma dicotomia de duas Igrejas. A primeira era a tradicional, aquela onde se

242Rute Carmen Boetcher, 56 anos, aposentada, depoimento concedido ao autor em Joinville, 17 de outubro de 2013.
243João Schimit, 82 anos, aposentado, depoimento concedido ao autor e a Luiz Felipe Falcão em Joinville, 23 de setembro de 2013.

“rezava muito”, uma igreja mais mística, com pouco apelo às coisas terrenas, da qual procediam. A segunda, a progressista, “mais autêntica”, que “escolhia textos revolucionários da bíblia”, que fossem vinculados a realidade das classes trabalhadoras, uma Igreja que seguia as orientações dos encontros episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979). Essa Igreja, minoritária na cidade, seria duramente atacada externa e internamente. Reiteradas vezes, em reuniões da diocese, a Paróquia Cristo Ressuscitado foi taxada de “destruidora da Igreja”, “abusada” e “comunista”, por diversos sacerdotes e leigos contrários “a essa forma de ser Igreja”.[244]

O segundo elemento comum à fala destes trabalhadores é quanto a sua condição de viver numa cidade industrializada sem defesa diante do despotismo fabril, em razão dos sindicatos estarem atrelados aos patrões e ao regime militar. Em tal conjuntura, a Pastoral Operária tornava-se uma porta de entrada na arena de luta “como se fosse um sindicato paralelo”, como afirma Schmit. Numa cidade em que as elites haviam capitaneado o discurso do trabalho e da ordem de modo competente, as ações da Pastoral Operária surgiam como um dado novo que se punha na contracorrente. Sua agência

244 FACCHINI; PEDRINI, 2000, *op. cit*., p. 64.

expressava "práticas de resistências e projetos de ruptura" com a ordem estabelecida, através de "experiências até então silenciadas ou interpretadas de outro modo".[245] Essa mudança de orientação parece traduzir-se no termo "revolução" que é estruturante no depoimento de Boetcher. "Na revolução do Facchini eu entrei de cabeça", diz a certa altura.

Sader estabelece importante correlação entre a noção de *libertação* das pastorais com a de *revolução* dos discursos socialistas. "Referidas à realidade social, as duas noções ocupam o mesmo lugar nas respectivas matrizes discursivas. Elas indicam um acontecimento totalizante que subverte e refunda a vida social a partir dos ideais de justiça, movidos pelo povo em ação".[246] A "revolução" de que fala a depoente indica esse lugar de matriz discursiva de refundação da vida social ancorada numa conversão de mentalidade. Segundo ela, de fato "muita gente se convertia" e "tomava consciência de que precisava muito mais do que tinha".[247] A lembrança é um exercício que se dá no presente, a memória é prodiga em operar por esse viés. Ao atribuir o sentido de "revolução" ao passado, a retórica testemunhal possivelmente queira apontar também

245 SADER, 1988, *op. cit.,* p. 143.
246 Ibid. p. 164.
247 Rute Carmen Boetcher, depoimento citado.

para o quanto de novidade havia naquele movimento de denúncia da "exploração que havia nas fábricas".[248]

2.1 – O empresariado e a abertura política em Joinville

Como demonstrou o estudo de Sebastião Velasco e Cruz, *Empresariado e Estado na transição brasileira*, a partir de setembro de 1977 o discurso patronal nos grandes centros começou a assumir nova textura, quando parte do empresariado passou a cobrar o restabelecimento do Estado de Direito e das liberdades democráticas. A partir de setembro de 1977, descobre-se no Brasil um empresariado de "alma liberal-democrática", observa Velasco e Cruz[249].

Como explicar que o empresariado, núcleo da base de sustentação do regime, manifestasse agora, publicamente, convicções liberais e de fidelidade ao ideário democrático? O autor procurou entender em seu estudo, a sutil relação entre o empresariado e a abertura política e o que teria induzido à mudança de comportamento político de parte do patronato, que passou a pronunciar-se sobre temas político-institucionais,

248 João Schmit, depoimento citado.
249 VELASCO E CRUZ, Sebastião. *Empresariado e Estado na transição brasileira*: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977), São Paulo: UNICAMP/FAPESP, 1995, p. 210.

tomando distância em relação ao regime militar. Velasco e Cruz chama a atenção para temas centrais como as relações de trabalho, as negociações coletivas e o direito à greve, que presidiu a série de entrevistas publicadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* com grandes nomes das classes produtoras do país no ano de 1977.

Para Velasco e Cruz a mudança de comportamento político do empresariado obedecia a uma "lógica do cálculo", no sentido de que a adesão à retórica liberal, resultava de uma "leitura da correlação de forças políticas"[250] em um momento crucial da abertura, na qual já se previa as consequências para a opção contrária. Assim, o pragmatismo levaria parte do empresariado a se afastar do regime, unindo-se a muitos setores da sociedade que cobravam o retorno de um Estado Democrático de Direito. Em tal conjuntura, o presidente da FIESP, Theobaldo de Negris, afirmava: "É um absurdo não aplaudirmos a iminência da abertura democrática e a defesa dos direitos humanos (...) como seria um absurdo não ansiarmos por um Estado de Direito".[251]

---

250 Ibid, p. 271-273.
251 NEGRIS, 1977 apud VELASCO E CRUZ, 1995, p. 210.

Velasco e Cruz demonstra, contudo, que isto não era uma unanimidade, pois muitos empresários guardavam silêncio, quando não se contrapunham aos seus pares por meio de uma "surda resistência, aclamando a Abertura apenas quando já configurada em fato consumado".

Os industriais, durante a abertura política, em Joinville, guardaram silêncio sobre o tema da democratização. Exceto a partir de 1982, quando Wittich Freitag, industrial antes ligado à ARENA, foi eleito prefeito da cidade por sua nova sigla, o PMDB. Nessas circunstâncias políticas, é a primeira vez que aparecem, por meio da imprensa, vestígios de alma liberal-democrática na classe patronal da cidade. A fala de Wittich Freitag, logo após a eleição, reproduzida no *Extra,* diário local que mantinha vínculos com o PMDB, considerava o resultado eleitoral uma vitória da democracia:

> 'A vitória do PMDB em Joinville foi uma clara demonstração da democracia contra as (*sic*) pressões econômicas (Hansen e Tupy) que cercearam o direito de livre acesso aos candidatos e impedindo a livre escolha. Provou que eles só praticam democracia da boca prá fora', disse ontem o novo prefeito Wittich Freitag, ao comentar os resultados favoráveis ao PMDB, momentos antes de liderar, no caminhão do povo, a gigantesca passeata da

> vitória do PMDB pelas principais ruas da cidade. [252]

Percebe-se na matéria que o empresariado, ao menos no que se refere às duas maiores forças econômicas da cidade (Hansen e Tupy), estava em lado oposto ao ex-arenista Freitag. [253] Por isto, pode-se dizer que 1982 é um marco para entender como parte do empresariado se relacionou com o tema democratização, pois foi neste ano que o industrial, que era dono da Embraco e ex- proprietário da Cônsul, ingressou no PMDB e apareceu na cena pública com uma retórica inédita na classe patronal: "a prática da democracia nos ensina o diálogo, e é através dele que vamos discutir as prioridades de nossa população",[254] afirmou ao ser diplomado prefeito na Justiça Eleitoral. [255] A adesão de Freitag ao discurso da democracia,

---

252 *Extra*, Joinville, 21 de novembro de 1982, p. 2.

253 O resultado do pleito em número de votos foi: Wittich Freitag (PMDB) 57. 595; Nilson Bender (PDS-1) 25.335; Luiz Gomes (PDS-2) 25.241; João Schmitz (PT) 1.101; Rose Cardoso (PDT-1) 306; Benjamim Ferreira Gomes (PDT-2) 280; Ulisses Tavares Lopes (PTB) 534. Total de eleitores (134.647). Votaram: 118.465. Brancos: 6.815. Nulos: 3000. Cf. *Extra*, Joinville, 21 de novembro de 1982, p. 2.

254 *Extra*, Joinville, 29 de dezembro de 1982, p. 2.

255 Não se entrará no mérito de avaliar as práticas do novo prefeito, contudo, já em 1984, o mesmo *Extra* insinuava condutas pouco condizentes a uma alma liberal-democrática: o diário trazia a informação de que Freitag teria dito em encontro de prefeitos da região Norte do Estado: "uma sub-raça está nascendo nos mangues de Joinville". (*Extra,* Joinville, 29 abril de 1984). Na época Freitag culpou na imprensa o PT e a ala progressista da

afinal não seria valer-se da estratégia de Dieter Schmidt? Ou seja, aderir ao discurso político que parecia dominar com o intuito de capitalizar o seu negócio?

Em que pese a afirmação de Freitag, segundo a qual as forças econômicas ligadas às duas maiores companhias

---

Igreja de incentivar as invasões e fez de tudo para conter o fluxo migratório que em anos anteriores fora incentivado por uma indústria ávida por mão-de-obra. Em sua opinião, era preciso mandar de volta o sujeito que chegava de "manhã na Rodoviária com um saco nas costas e iam para o mangue". (Cf. THIAGO, *op. cit*., p. 183-184). Ônibus foram lotados para fazer o caminho de "volta às origens", eufemismo para despejo do trabalhador sem emprego, sem casa e sem perspectivas para o lugar de onde saiu. (GRUNER, *op. cit*., p. 145). Sobre as eleições de 1982, o ex- sindicalista João Batista de Souza que fez campanha para o PT, assegura que eles eram proibidos de entrar na Cônsul: "o PMDB entrava lá dentro como queria, os outros candidatos entravam lá como queriam, o PT não podia entrar dentro da fábrica (...) Freitag foi o pior ser humano que apareceu como candidato nessa cidade (...) o cara não reconhecia nada de questão social". E lembra ainda: "quando foi pra se implantar o SUS, a cidade tinha que formar o Conselho Municipal de Saúde. Ele criou uma lei na cidade estabelecendo um conselho indicado por ele. Nós tivemos que entrar em juízo e garantir na justiça a implantação do Conselho. Olha só a visão que ele tinha de sociedade! Num havia o mínimo de reconhecimento que o povo tinha poder ou o que era a democracia. Democracia era a opinião dele, era aquilo que eles praticavam na ACIJ ou dentro da maçonaria." (João Batista de Souza, 50 anos, ex-sindicalista, depoimento concedido ao autor e a Luiz Felipe Falcão em Joinville, 20 de dezembro de 2013). Ainda sobre 1982, o candidato a vice-prefeito pelo PT naquela eleição teve o carro alvejado com seis tiros quando chegava a sua residência. Houve insinuações na imprensa de que o PT teria armado a tentativa de assassinato para se projetar nas urnas. Essa alegação teria saído da boca de Luiz Henrique da Silveira, assegura Miqueluzzi. (Oswaldo Miqueluzzi, depoimento citado). Chama a atenção nesse caso que o crime não foi visto pelo PMDB sob o prisma dos direitos humanos, um tema sensível a conjuntura da democratização.

industriais da cidade praticavam uma "democracia da boca prá fora", a primeira manifestação oficializada em ata da ACIJ sobre eleições diretas para Presidente da República aparece apenas em 16 de abril de 1984. O deputado Pedro Colin (PSD), ex- ARENA, constante interlocutor do empresariado, discorreu sobre a situação política do país, posicionando-se favorável as eleições diretas[256], num momento em que o clamor pelas *diretas* havia tomado as ruas do país em grandes manifestações. Ou seja, só bem tardiamente, quando o regime dava seus últimos suspiros, é que o tema da democratização foi abordado na Associação. Antes de 1982, contudo, especialmente no que toca ao período observado por Velasco e Cruz, a partir de setembro de 1977, verifica-se um silêncio no empresariado em Joinville em relação ao tema da abertura política.

A representação do empresariado local feita pelo artista plástico Edson Machado, publicada no jornal *Extra* (figura 10) por ocasião da vinda do Cardeal Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns a Joinville em setembro de 1978, é significativa nesse sentido. O Cardeal vinha a Joinville inaugurar o Centro de Defesa dos Direitos Humanos fundado pela igreja

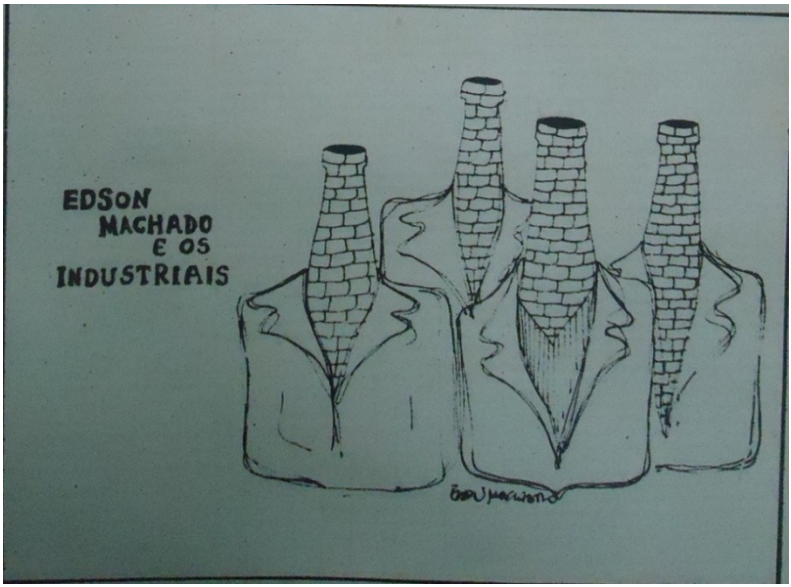
256 GEHLEN, 2011, *op. cit*., p. 179. O autor faz alusão a essa passagem, referenciando que se tratava da primeira vez que o registro aparecia em Ata da Associação.

progressista na cidade e o editorial do *Extra* avaliava positivamente a visita do "Apóstolo da liberdade". Na ocasião o cardeal celebrou uma missa em um bairro operário de Joinville e proferiu palestra aos estudantes no auditório da Fundação Educacional da Região de Joinville (FERJ, quando foi enfático sobre a onda grevista no país: considerava a greve dos operários "a mais pura de todas". [257]

A arte de Machado é ilustrativa na produção de um sentido acerca do comportamento dos homens de empresa que faziam uma resistência surda ao tema dos direitos humanos em vista do que se passava no Brasil naquele contexto. Os homens-chaminés é a expressão da atitude perante o grito do trabalho na cena pública, do operário que se via tolhido no seu poder de compra pelo arrocho salarial e os altos índices de inflação.

257 *Extra*, Joinville, 20 a 22 de setembro de 1978, p. 16.

Figura 10: Edson Machado e os industriais



Fonte: *Extra*, Joinville, 20 a 22 de setembro de 1978, p. 3.

Mas, se por um lado os industriais estivessem pouco dispostos a dar ouvidos às vozes da abertura política, isto não quer dizer que estivessem desatentos ao que ocorria na região do ABC paulista. Não deixa de ser notável que o nome de Luiz Inácio Lula da Silva, apareceria em Ata da ACIJ no final daquele mesmo ano (1978), quando um empresário comunicou aos seus pares a visita do sindicalista a Joinville no mês de

dezembro.[258] Da palestra do sindicalista na catedral para cerca de 500 pessoas, o jornal *Folha de S. Paulo* destacou em manchete: "Lula convida Geisel a conviver com o mínimo". A matéria ainda reproduziu fala do sindicalista dirigida ao trabalhador: "explorado, espoliado" que vivia em "piores condições que o escravo negro libertado no século 19". Este deveria se "unir em torno de sua característica comum": "a miséria".[259]

O maior temor do empresariado local era de que a cidade pudesse ser contagiada pelas turbulências vindas do ABC. O depoimento do jornalista Apolinário Ternes, primeiro diretor do *Extra,* é significativo:

> Eu estou fazendo uma leitura generalizada de quem estava aqui esse período todo acompanhando pela mídia, que é a minha visão. E acho que a Teologia da Libertação com aquelas Comunidades Eclesiais de Base e com a ação pastoral da Igreja contribuíram para o desenvolvimento do espírito de oposição, e certamente isso foi também acompanhado com preocupação diríamos, pelas classes empresariais capitalistas, porque o movimento era

258 GEHLEN, *op. cit*., p. 169.
259 *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 de dezembro de 1978, s/p. Recorte do acervo do Centro de Defesa de Direitos Humanos Maria da Graça Braz.

> dissidente. Havia sim, por parte dos empresários conservadores o medo de que isso aqui se tornasse uma sucursal do ABC, entende, porque nós tínhamos aqui um índice de operários muito grande em relação à população. (...) esse era um medo que as classes capitalistas conservadoras sempre tiveram naquela época, de que aqui pudesse virar um caldeirão do sindicalismo, ainda porque tinha a presença desses padres vinculados a Teologia da Libertação, cujo discurso é uma interpretação marxista dos conceitos da igreja. [260]

Mesmo deixando claro que sua visão expressa um olhar do homem de imprensa, o depoimento de Ternes articula-se com a presente análise: havia um temor de que o maior centro operário do Estado pudesse ser contagiado pelo sindicalismo combativo. Nem mesmo a onda de incêndios que fustigou o cotidiano da cidade entre 1977 e início de 1978[261], que traria a Joinville o sombrio delegado paulista Sergio Fleury[262] na tentativa de desvendá-los, assombrou tanto o empresariado quanto o espectro das turbulências operárias do ABC.

A classe empresarial que havia sustentado o mito da harmonia nas relações entre capital e trabalho não podia tolerar que a cidade se tornasse um "caldeirão do sindicalismo",

260 Apolinário Ternes, depoimento citado.

261 Sobre a onda de incêndios ver: SOUZA, 2005, *op. cit*., p. 220.

262 A informação da vinda de Fleury é assegurada pelo ex-tenente R2 Carlos Afonso Fraiz. Carlos Afonso Fraiz, 62 anos, chefe de gabinete do prefeito municipal, depoimento concedido ao autor em Joinville, 19 de março de 2014.

conturbando a aparente paz social e colocando em risco os seus interesses. Este cenário já havia sido sugerido por Clóvis Gruner[263] ao analisar a *Carta de Princípios* da Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ) publicada na imprensa em 15 de novembro de 1978, que aborda a ebulição operária que ocorria no país e propõe medidas e precauções a serem tomadas pelo empresariado local. Na leitura de Gruner, a *Carta* visava "não apenas ser uma resposta ao quadro de crises e conflitos presentes em Joinville e no país, mas principalmente preparar a classe empresarial a enfrentar a agitação e a resistência operária".

De fato, o documento aconselha o empresariado:

> Na condução de seus negócios, cabe-lhe assumir posições de liderança na comunidade, tomando constantemente a defesa de princípios filosóficos e doutrinários em que acredita (...) ciente de que se as pessoas de bem não ajudarem a construir, sob bases sadias e justas, a sociedade em que querem viver o seu lugar será tomado por outros, certamente menos capazes, senão demagogos e aventureiros. Cumpre aos homens de bem revestirem-se de coragem, para confrontarem a sua posição com a dos vilões, sob pena de serem mandados por estes. (...) A vigilância que ao empresário cumpre exercer (...)

263 GRUNER, Clóvis. *Leituras matutinas: modernidade, utopia e heterotopias na imprensa joinvilense (1951-1980).* 2002. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná (UFPR), p. 154-156.

> pessoas com idéias estranhas, contestando todo um passado de tradições empresariais (...). Não podem os homens de empresa, sozinhos, mudar o mundo, mas podem e devem influir positivamente na opinião pública a seu redor, fazendo com que esta não seja formada à revelia e contrária aos seus ideais construtivos. (...) para que os caminhos do progresso não sejam obscurecidos por pessoas mal informadas, inocentes úteis ou gente de má fé, causadoras de deturpações e agitações que em nada ajudam o dia de amanhã. (...). Agindo dentro de tais premissas, o brio de empresário reage à altura, sempre que abalado nas suas concepções de trabalho e de vida hoje realmente estremecidas por incompreensões e angústias das quais o próprio empresário é vítima e não a sua causa. (...). Em hipótese alguma, aceitem pacificamente sejam os operários jogados contra seus empregadores, sob pretexto de dificuldades existentes, seja de infra-estrutura comunitária (escolas, hospitais, moradias) ou do baixo poder aquisitivo, agravado pelo aumento do custo de vida imposto pela inflação renitente e severa, mas cujas causas e complexidade fogem à sua responsabilidade e controle. (...). Valorizando o empregado ordeiro e confiante ante o frustrado ou revoltado.[264]

A *Carta de Princípios* era assinada pela ACIJ, mas quem a redigiu foi Dieter Schmidt. Em 9 de março de 1984,

264 *Extra*, Joinville, 15-17 de novembro de 1978, p. 5.

por ocasião da inauguração do busto do empresário na associação, em homenagem póstuma, a sua leitura foi feita como parte da cerimônia que lembrava o industrial.[265] A missiva exortava o empresariado, os "homens de bem", a serem sentinelas contra os "aventureiros" e "vilões" que pudessem colocar em cheque o funcionamento da "cidade do trabalho", mas, sobretudo, era uma admoestação a não aceitar "pacificamente", como diz, e "em hipótese alguma", que operários pudessem estar em lado oposto aos patrões. A *Carta* era taxativa: não seriam admitidas "ideias estranhas" que ameaçassem o "passado de tradições empresariais" da cidade, sendo o conflito encarado como perturbação da ordem, o operário descontente como "frustrado e revoltado" e o empresário como "vítima".

Gruner arremata com uma constatação: "alguma coisa já estava fora da ordem".[266] A matriz discursiva da Teologia da Libertação daria origem à fundação do Partido dos Trabalhadores em Joinville e reintroduziria o conflito na relação capital-trabalho na cidade. As missas progressistas, com a letra de cânticos modificada e peças teatrais com conotação política encenadas na liturgia; a circulação de materiais vindo da região do ABC; os contatos com o Centro de Ação Comunitária (CEDAC) do Rio de Janeiro, formado por ex-exilados políticos; a produção de cartilhas da Pastoral Operária e de materiais didáticos que denunciavam a exploração do trabalhador na fábrica; a vinda de palestrantes de projeção nacional como Dom Paulo Evaristo Arns, Lula,

265 GEHLEN, *op. cit.*, p. 177-178.
266 GRUNER, *op. cit.*, p. 157.

Betinho, Luiz Eduardo Greenhalgh, o jurista Hélio Bicudo, entre outros, demonstrava um novo cenário e o despertar de uma nova sensibilidade no mundo do trabalho na cidade industrial.

O depoimento de Valmir Neitsch, o Capim, como era chamado, militante das CEBs e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores na cidade, expõe o teor do discurso da Pastoral Operária e o modo como este repercutia no âmbito local:

> Não se fala mais em luta de classes, mas ela existe. Vai dizer que não existe luta de classes? Só que a luta de classe é amortecida, não é aparente como era naquela época (...). Na Pastoral Operária a gente já discutia o marxismo, já discutíamos... Tinha na escola dos ministérios o *marxismo & cristianismo*. (...) a elite generalizava, todo mundo que participava das comunidades de base, Pastoral Operária então nem se fala, pastoral da terra então nem se fala, eram todos comunistas. Era assim que éramos tratados, todos comunistas! Isso inclusive me envaidecia! Para mim era um prazer ser chamado de comunista! Agora, essa era a visão da elite. E isso estava estampado em Jornal, diariamente, isso estava no rádio: tinha uns programas famigerados terríveis. E o rádio era o meio de comunicação! Mais forte que a televisão naquela época. Era mais forte, muito mais ouvido! Eram as rádios AM, e detonavam, detonavam. (...) E

> depois, claro, com o surgimento do PT, era petista e nesse caso, a pecha do comunismo sempre grudada, sempre grudada.[267]

Capim relembra a orquestração feita contra o movimento de militância. A pecha de comunista "grudada" pela imprensa, inclusive com a publicação de trechos de materiais de estudo da Pastoral Operária e letras de cânticos das CEBs com o objetivo de identificá-las como subversivas[268], corroboram as lembranças do depoente. Ou seja, o empresariado não aceitaria e não aceitou pacificamente os novos atores sociais, sendo que o combate ao movimento das CEBs através dos meios de comunicação encontrou ressonância em diferentes segmentos, inclusive entre as camadas populares, pois foi encarado com desconfiança e implicou na "fuga de algumas famílias às paróquias tradicionais pelo medo do novo"[269].

2.2 – Tensões com os novos atores

A reintrodução do conflito no mundo trabalho em Joinville se fez não sem a produção de tensões manifestas na postura do empresariado, não habituado a mediar situações dissonantes de seus interesses. A classe empresarial deu evidentes sinais de resistência às mudanças e práticas que

---

267Valmir Neitsch, 56 anos, poeta, depoimento concedido ao autor em Joinville, 08 de novembro de 2013.
268 FACCHINI; PEDRINI, 2000, *op. cit.,* p. 78.
269 Ibid., 2000, p. 56.

expressavam uma nova orientação no mundo do trabalho fabril, diferente de como este estava estabelecido e organizado.

As tensões abordadas na presente análise dar-se-ão, sobretudo, pelo viés do testemunho. Sabemos que a "verdade testemunhal" da "guinada subjetiva" introduzida nas últimas décadas do século XX, como denominou Beatriz Sarlo, traz consigo o perigo de se construir um conhecimento ingênuo, baseado na confiança da primazia do sujeito da lembrança. Isto, todavia, não significa que a memória dos que viveram períodos de autoritarismo e repressão deixe de estar amparada numa ordem jurídica, moral e política própria. E é sob essa premissa que os depoimentos serão mobilizados.

O primeiro deles é do ex-operário João Schmit, militante das CEBs, e primeiro candidato a prefeito de Joinville pelo Partido dos Trabalhadores. Schmit relembra um momento de grande tensão envolvendo a Pastoral Operária, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, o bispo da diocese e o empresariado, em meados de 1979:

> Quando eu trabalhei na Schultz morreu um operário. Tinha se acidentado, o médico não atendeu direito, mandou pra casa, ficou três dias em casa e faleceu. Aí outro tava doente, sentindo uma dor no peito foi ao médico. O médico examinou ali e disse pra ele voltar pro serviço. Ele era tão simples que não sabia que tava morrendo do coração. Entrou no vestiário, não voltou mais. Foram lá, tava morto. Um outro foi no médico, aí o médico não atestou que ele estava doente. Quando saiu disse: "medicozinho bobo", e saiu. O médico levantou de lá e deu um soco no nariz do cara. Eu

> trabalhava lá e nós tínhamos criado o Centro de Defesa dos Direitos Humanos, vim cá e nós fizemos um panfleto e panfletamos a cidade, das mortes dos trabalhadores e da agressão do médico. O médico se mandou, ficou fora um mês. O Dom Gregório tava na praia, aí a ACIJ se reuniu e ligaram pro Dom Gregório, que veio que nem um leão contra nós. Panfletamos até a catedral no domingo (risos)! E esse panfleto deu uma repercussão tremenda né! Aí aquele... o Zeguedé da Rádio Cultura leu no programa dele também, aí essa diretoria lá queria que o Centro de Defesa fosse lá se reunir com eles. Aí dissemos não, vocês venham cá, nós temos a nossa sede, venham se reunir aqui, eles não vieram. E era ditadura.[270]

Sobre este episódio, cabe considerar que tudo isto foi problemático para alguns membros da Pastoral Operária, que passaram a compor um rol de pessoas que não conseguiam emprego na cidade ao final da década de 1970. Por seu turno, o jornal *O Estado* publicou, três dias depois, que o caso envolvendo a Pastoral Operária e o Centro de Defesas dos Direitos Humanos continuava repercutindo "em todos os cantos da cidade".[271] O panfleto ao qual se refere o depoente era na verdade um manifesto datilografado sob o título: "Eu vi a aflição do meu povo". Além dos casos citados, denunciava ainda a demissão de trabalhadores por participarem de reuniões

270 João Schmit, depoimento citado.
271 *O Estado*, agosto, 1979, p. 11.

da Pastoral, sendo lido em celebrações litúrgicas de algumas paróquias e no rádio. O assunto, então, ganhou dimensões imprevisíveis e passou a predominar nas conversas dos operários nas fábricas.[272]

É difícil avaliar o efeito receptivo da denúncia entre os operários, mas o fato é que, quatro dias depois, eclodiu a primeira greve de metalúrgicos na cidade e o jornal *O Estado* a destacaria como uma grande revolta dos trabalhadores, em matéria na qual a direção da empresa (Schultz) atribuía o movimento grevista aos reflexos do panfleto distribuído pela Pastoral Operária e Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

Segundo o chefe da divisão de pessoal da empresa, "o movimento de revolta dos trabalhadores era sentido desde segunda-feira quando souberam do manifesto", afirmou[273]. Em nota publicada nos jornais locais, a Metalúrgica Schultz e a Sociedade Joinvilense de Medicina reagiram atacando e nominando o movimento de "certo sacerdote", cujo objetivo era tumultuar a comunidade operária onde reinava, como dizia,

272 FACCHINI; PEDRINI, 2000, *op. cit*., p. 64.
273 *O Estado*, agosto, 1979, p. 11.

"a mais absoluta tranquilidade". A nota também cobrava do bispo a punição dos responsáveis pelo "manifesto apócrifo".[274]

Ainda sobre o movimento de paralisação dos operários, pode-se verificar que, na mesma semana, mais duas empresas entraram em greve sob idêntica circunstância, a Metalúrgica Duque e as Indústrias Schneider. O movimento de paralisação tomou de surpresa empresários e dirigentes sindicais. Estes últimos foram coagidos a tomar a dianteira de greves que fugiam às suas "inofensivas" lideranças, acomodados que estavam nos sindicatos que não passavam de meras entidades assistenciais.

Entretanto, o fato é que a igreja progressista seria acusada de insuflar a revolta operária. O Secretário das Relações de Trabalho e Integração Política, Fernando Bastos, dirigiu-se da capital até Joinville para acompanhar as negociações e se inteirar das atividades do Padre Luiz Facchini, pois os boatos que chegavam a Florianópolis eram de que o pároco estaria sendo responsabilizado pelas greves na cidade.[275] Paralelamente a isto, o silêncio do bispo da diocese acerca da

---

274 *Extra*, 4-8 de agosto, 1979, s/p. *A Notícia*, 8 de agosto de 1979, s/p. Recortes do acervo do Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz.
275 *Extra*, agosto, 1979. Recortes do acervo do Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz.

tensão provocada pelo panfleto da Pastoral Operária e Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), durante as primeiras semanas, foi motivo de preocupação para a militância. Em carta datada dez dias após a denúncia, Ideli Salvati, professora e militante do CDDH solicitaria apoio do assessor da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em Brasília em razão da situação indefinida que havia se instalado na cidade, uma vez que Dom Gregório não fizera qualquer pronunciamento público, nem mesmo promovera um encontro com o grupo responsável pelo documento[276]. A missiva ainda esclarecia que materiais referentes ao caso teriam sido enviados para Dom Cláudio Humes em São Paulo e Padre Agostinho Preto no Rio de Janeiro, uma vez que ambos participariam do encontro regional da Pastoral Operária em Joinville no mês seguinte.

A hesitação do bispo aparece também nas lembranças de antigos membros da Pastoral Operária quando perguntados sobre o posicionamento do bispo:

---

276 Acervo do Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz. Ideli Salvati e seu marido Eurides Mescolotto vieram de Curitiba para Joinville a convite dos irmãos Luiz Fachini e João Fachini para ajudar no trabalho junto às CEBs.

> O Dom Gregório balançava pra lá e pra cá. Ele não se negava a dar um apoio, mas às vezes ficava furioso quando a gente agitava e os poderosos vinham pra cima dele. Ele ficava louco com a gente.[277]
> Em cima do muro. Num caía nem pro lado do patrão e nem pro lado do trabalhador, ficava ali mudo, quando fosse necessário ele falava, mas terrível.[278]

Essa visão confrontada com a carta de Ideli Salvati parece representar não uma elaboração posterior da memória, mas uma percepção que tais militantes possuíam naquele momento. João Facchini, irmão do pároco, relembra os dias que sucederam à denúncia:

> Aí na segunda feira o Bispo me liga: "oh João quero falar contigo urgente, vem aqui pra mitra diocesana", eu lembro bem! Eu já imaginava o que era. Eu disse: "Dom Gregório eu to sem carro". "Num tem carro, pega um taxi aí e vem aqui". Aí eu vou lá e ele diz: "você, você, você e você tão quebrando a Igreja, tão quebrando, estão fazendo uma coisa que não deviam fazer". E diz: "fala no jornal e diz que aquilo lá foi um erro, desmente isso no jornal". Aí eu disse: "Dom Gregório, eu não vou fazer isso, não vou fazer isso! Quem disse isso não fui eu, eu só estou repercutindo, não vou tirar uma vírgula daquilo que foi dito e escrito, não vou tirar uma vírgula!" Dom Gregório ficou chateado, mas eu

277 João Schmit, depoimento citado.
278 Rute Boetcher, depoimento citado.

> não tinha autoridade para fazer, era uma denúncia. [279]

Acuado, 27 dias depois, o bispo faria um pronunciamento conciliatório publicado no jornal *A Notícia,* coadunando-se às diretrizes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cuja posição era a de colocar-se ao lado dos mais fracos.

Dias após o pronunciamento do bispo, o diretor presidente da Fundição Tupy, Dieter Schmidt, também teceria críticas na imprensa à postura do bispo, que deixava de valorizar "a figura do empresário, que constrói a cidade com tanto esforço", tolerando em sua diocese um "padre subversivo" que pregava o levante de "operários contra patrões".[280] Segundo a matéria, o tema principal dos sermões do pároco Luiz Facchini era "a injustiça social e a exploração dos operários pelas indústrias", tendo o industrial afirmado que não podia "admitir e aceitar um padre, que não é daqui, venha pregar lições de moral e justiça". Em complemento, Dieter

---

279João Facchini, 68 anos, ex-padre, depoimento concedido ao autor em Barra do Sul, 30 de novembro de 2013.

280 Matéria fotocopiada da imprensa que se encontra no acervo do Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz.

Schmidt insinuava a necessidade de expulsão do pároco da cidade, decisão que caberia ao bispo.

O pároco Luiz Facchini, por sua vez, igualmente relembra o episódio:

> É, Dieter Schmidt era o grande empresário (...) comunistas ou subversivos eram os termos usados pela ditadura (...) era a forma de denegrir as lideranças que tivessem certo crédito frente a classe trabalhadora. Então a tentativa dos patrões era tentar enfraquecer essa credibilidade de pessoas que propunham mudanças, propunham um despertar de consciência, propunham uma organização própria da classe trabalhadora.[281]

Mesmo com sua proximidade das classes empresariais, especialmente de Dieter Schmidt, Dom Gregório não desautorizava o movimento da ala progressista da Igreja, mesmo porque a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), como instância superior, autorizava. O poder político local, por outro lado, que não se encontrava preso a amarras eclesiásticas, responderia ao episódio mais pragmaticamente. João Facchini, que trabalhava no gabinete do prefeito, recordou:

---

281 Luiz Facchini, 70 anos, padre, depoimento concedido ao autor em Joinville, 24 de outubro de 2013.

> Aí o Luiz Henrique me chama e diz "João o empresariado quer a tua cabeça, mas eu não vou dar, só que você tem que sair daqui do gabinete porque você sabe, eu faço as obras com o dinheiro das empresas. Eles me pediram a tua cabeça, se eu te mantenho aqui não vou ter IPTU para fazer as obras". Eu disse: "Luiz Henrique, você me chamou pra trabalhar e a hora que você quiser eu estou à disposição, você que sabe". Claro que queria permanecer, quem é que não queria permanecer, ninguém é mártir dessa bandeira, eu tinha filhos, tinha família. (...) o empresariado nunca me perdoou. Nunca me perdoou, desde aquele evento da Pastoral Operária.[282]

A evocação da metáfora de pedir a cabeça é bastante significativa na produção de um sentido para uma prática de poder que detinha uma prerrogativa, senão incontestável, ao menos aceita no nível do consentimento pelo poder político. No que guarda de analogia com o campo da experiência, o sentimento de possuir família e todas as responsabilidades que acarretava o risco da perda do sustento só mesmo é comparável a uma degola. A perspectiva de perder o emprego, ainda que não implicasse violência física, não deixava de ser uma dolorosa experiência:

282 João Facchini, depoimento citado.

> Por causa daquela denúncia que nós fizemos... Houve um encontro das comunidades, veio um bispo de São Paulo lá de São Bernardo, quando esse trabalho da Pastoral já tava visado pelos empresários. Aí eles já sabiam que foi dali que fizeram a denúncia, então eles mandaram um espião nessa celebração ali pra ver quem é que tava ali, se tinha algum da Schultz. Eu fiz uma colocação lá na hora da celebração, um tipo de oração que falou alguma coisa da exploração do trabalhador. Era um domingo. Segunda-feira cheguei lá pra trabalhar e me chamaram na seção pessoal e me mandaram embora.[283]

A verdade é que as lembranças dos tempos de perseguição na cidade, com toda a parcialidade que possa conter o depoimento, quando relacionado com outros depoimentos e com outras fontes, ajuda a dar o tom da escala de atuação da classe empresarial na esteira do autoritarismo vigente. A fala do ex-operário Francisco João de Paula, o Chico de Paula, foi bastante significativa quanto a isto:

> Bandida! Bandida! Bandida mesmo! Eles monitoravam! Era grave! Eles estiveram nas nossas reuniões dentro da igreja. Uma perseguição muito forte dentro das indústrias. Fui visto numa reunião que estava e no outro dia fui para empresa e fui demitido. Na Tupy era uma perseguição sem tamanho! Aqui em Joinville era nítido assim: participou, entrou,

283João Schmit, depoimento citado.

> está demitido. Falar em greve aqui era pecado mortal com direito a guilhotina, o bicho pegava. (...) se a gente tava numa reunião, tinha que fugir pra não ser filmado. Se você fosse filmado no outro dia você tava na rua. O pessoal fugia da TV, fugia de fotógrafo porque era aparecer e ter certeza, ia embora.[284]

Chico de Paula integrava a juventude da Paróquia Cristo Ressuscitado. A tentativa de criar uma articulação no interior da empresa para mobilizar outros operários para a tomada do sindicato (porque, como afirmou, "o sindicato não ia pra greve"), teria levado à sua demissão e de outros metalúrgicos que participaram das reuniões da militância. Espiões da Tupy se infiltraram em uma dessas reuniões encabeçadas por lideranças da Pastoral Operária e Centro de Direitos Humanos na Zona Sul da cidade e, no dia seguinte, ele foi detido durante horas em uma sala no interior da empresa e submetido a interrogatório, após o que acabou demitido. Chico de Paula assegura em seu depoimento que havia comandos do SNI dentro da empresa, o que foi corroborado pelo Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, no qual a Fundição Tupy foi citada como caso emblemático de uma empresa

284 Francisco João de Paula, 66 anos, aposentado, depoimento concedido ao autor em Joinville, 31 de outubro de 2013.

privada que cedia um espaço em suas instalações para o funcionamento de um órgão repressivo da ditadura.

As lembranças do militante das CEBs Chico de Paula acerca do episódio do interrogatório na Tupy, de certo modo, correspondem a uma reiteração desse passado:

> Depois mais tarde, após 30 anos, eu entrei naquilo lá de volta, só para ver uma situação de um camarada, aí eu disse: "meu Deus do céu não vou ficar aqui dentro, quero ir embora desse negócio o quanto antes". Me dá uma bronca só de passar lá e sentir aquele cheiro de ferro.

O fato de voltar ao lugar trinta anos depois e o cheiro do ferro da fundição, algo muito característico nas adjacências da Tupy, no bairro Boa Vista, provoca lembranças no depoente, de um tempo que deixou marcas. Como observou Beatriz Sarlo, há recordações que lutamos para mantê-las distantes, mas que não deixam de irromper em momentos em que "menos se espera ou como nuvem insidiosa que ronda o fato do qual não se quer lembrar ou não se pode lembrar".[285] Esse tipo de relação com o passado é característico de situações traumáticas ao nível da experiência.

285 SARLO, 2007, op. *cit.*, p. 9

Sem recorrer a eufemismos, o ex-operário nomeou como “bandida” a ação persecutória no jogo de correlações de forças e fez interessante analogia ao relacionar as forças militares que perseguiam e matavam seus oponentes com a perseguição perpetrada contra a organização dos trabalhadores na cidade:

> O processo de perseguição mudou a questão. Ele não mais era um processo de prisão, o crime era combatido com o desemprego, e eu sempre dizia: “gente os caras mudaram, não precisam matar mais como fizeram em 64, e em 70. Matam de desespero e fome”. Então você tinha que ficar do lado dos caras pra não ficar desempregado.

É deveras significativa a produção dessa menção a um regime empresarial-militar na cidade que teria atuado em sincronia, mas de modo diferente dos anos de chumbo que vigoraram no país, quando o crime de subversão era punido com prisão e morte: em Joinville, durante os anos de democratização, o movimento operário “era combatido com o desemprego”, como se a balança mudasse de lado e a morte se apresentasse agora com a face do “desespero” e da “fome”.

É preciso ressaltar que a perseguição e demissão de trabalhadores no Brasil foi um instrumento da ditadura-civil

militar e Joinville não foi exceção dessa espécie de tecnologia de vigilância e controle no mundo do trabalho.

A criação das chamadas "listas-negras" em Joinville a partir do final da década de 1970, não se encontra apenas nos registros da memória viva dos depoentes. Matérias publicadas na imprensa[286] após a greve dos plásticos, contém indícios claros dessa prática, chamando a atenção para o grande número de demissões na Companhia Hansen. Segundo a mesma matéria, os operários queixavam-se de não estar conseguindo novo emprego na cidade em razão de sua ex-empresa ter levado às demais informações que os identificavam como grevistas.

A greve dos plásticos havia sido incentivada por membros da Pastoral Operária e, como não confiavam no sindicato, indicaram um representante para acompanhar as negociações: o advogado trabalhista Oswaldo Miqueluzzi. Em seu depoimento, ele recordou:

286 A matéria é do jornal *O Estado* e consta no acervo do CDH. A fotocópia do recorte do caderno economia-5 não permite identificar a data, mas sugere que tenha sido publicada no mês de abril de 1980 uma vez que aparece fotocopiada em seu verso a nota de esclarecimento da Hansen publicada em A Notícia de 12 de abril de 1980: nela, a empresa se defende e conclui ironizando: "fiquem tranqüilos, (sic) empregados disciplinados e trabalhadores não são demitidos. A empresa não irá rever as demissões já feitas. Contudo, repetimos: fique tranqüilo: gente boa nunca será despedida".

> O mais impressionante foi a perseguição que fizeram depois (...). Olha, se o que aconteceu naquela época fosse hoje, todos teriam sido readmitidos. A gente não tinha uma compreensão e não conseguiríamos também no judiciário fazer com que a justiça determinasse a reintegração, mas eram assim dezenas por semana, e eu sei por que todos iam para o sindicato como maneira de saber o que fazer.

Além disso, o advogado trabalhista lembrou a estratégia adotada pelas empresas após a greve, que continha um elemento pedagógico bastante elucidativo:

> As outras empresas deram reajuste maior pra quem não fez greve, como se fosse assim pra dizer para os trabalhadores "ó quem não faz greve ganha mais". Se os plásticos não tivessem feito greve, os outros não teriam ganhado, e como sempre a esquerda não sabe politizar essa conquista, não cria instrumentos de mostrar qual foi a vitória, e a gente sempre espera que o trabalhador tenha consciência, mas é difícil. Eu não sei, gostaria de saber se o metalúrgico sabe que naquela ocasião, data base de abril de 80 ele recebeu um reajuste maior do que o plástico e se ele atribui isso a greve ou não, seria bem interessante saber isso.

O depoimento de Valmir Neitsch, o Capim, evidencia que as listas em Joinville perduraram durante anos, isto é, pelo menos até 1987, quando seis pessoas ligadas ao Partido dos

Trabalhadores no âmbito estadual, estiveram em visita à Alemanha Oriental em um grupo de 16 brasileiros, realizando um curso de três meses de duração:

> Quando eu voltei da Alemanha Oriental, a primeira coisa que eu fiz quando cheguei a Joinville: dei uma entrevista para a RBS, para a televisão, falando da Alemanha Oriental, quem é que vai me dar emprego em Joinville? Pensa! Já era! Para o rádio e para a televisão. Daí uma luta, a minha mulher ganhando um misere, duas filhas, eu desempregado, recém chegado da Alemanha. Tentei um acordo no hospital regional aonde eu trabalhava para que quando retornasse da Alemanha voltasse para o hospital. Quando eu cheguei o cara me viu e disse: "esse comunista aqui a gente não quer mais no hospital". E a minha prima era do RH na época, então ela foi lá ao arquivo e olhou: "puxa vida a tua ficha como é terrível. Tu és um cara de alta periculosidade, tu és um bandido, isso tudo está no arquivo lá do hospital". Daí não me aceitaram de volta no hospital. Então surgiu um emprego na Koerich. Me deram a dica: "tem um emprego lá na área burocrática nas lojas Koerich em Jaraguá do Sul". Ah vou pra lá! Fiz a entrevista e o cara falou assim: "tu já é nosso empregado, pode esperar minha ligação que já és nosso empregado". Vim feliz pra Joinville! Depois de umas duas semanas talvez, me chamaram lá. O gerente me chamou e falou: "ó cara a gente lamenta muito, mas muito mesmo que não seja nosso empregado porque tu tens todo o perfil". "Mas por quê? Por que eu não posso ser?" Daí ele abriu a gaveta e puxou uma pasta com quinhetas mil

> fotos minha na greve da Tupy, na greve da Duque, nas reuniões da Pastoral Operária. Tudo, em tudo! Em tudo! "Ó, por isso a gente não pode te contratar". Era terrível! [287]

O recurso da fotografia e das filmagens, recorrentes nos depoimentos de Capim e Chico de Paula, tinha a ver com o fato de o empresariado dispor na cidade de elementos para tanto. É preciso salientar que Companhia Catarinense de Radio e Televisão (CCRT) estava em operação na cidade desde 1979 pelo canal 5 e sob a direção do empresariado. Faziam parte de seu conselho os três maiores industriais da época: Dieter Schmidt, João Hansen Neto e Wittich Freitag.[288] Chico de Paula assegura: "o pessoal fugia da TV, fugia de fotógrafo porque era aparecer e ter certeza, ia embora".

Tratar desse perfil do empresariado numa cidade de forte tradição industrial é burilar um tema difícil, na medida em que corresponde a tratar de um tabu que sempre creditou a esta classe espaço privilegiado na história da construção de Joinville. A crer em dado discurso local, o empresário é antes de tudo uma dádiva para a cidade, uma "força messiânica" cuja "obsessão visionária" lhe confere um "magnetismo" que o

287 Valmir Neitsch, depoimento citado.
288 GEHLEN, *op. cit.*, p. 165 e 171.

coloca acima da "maioria dos mortais".[289] Reconciliar-se com a memória do período aqui tratado é provocar fissuras em uma narrativa que celebrara apenas seu protagonismo de modernização e progresso.

Por sua vez, a cultura política da classe patronal local compartilhava referenciais com a cultura política da ditadura e expressou isso durante a abertura política e o processo de democratização através de uma práxis persecutória aos que propunham uma organização autônoma e combativa dos trabalhadores. Se, por um lado, os novos agentes introduziam elementos que designavam a formação de uma cultura política democrática, de outro, esta coexistia com uma cultura política autoritária que predominara durante décadas, confirmando a observação de Berstein segundo a qual diferentes culturas políticas podem coabitar os mesmos espaços, não impedindo que uma seja dominante.[290]

---

289 TERNES, 1986, *op. cit*., p. 188.
290 BERSTEIN, *op. cit*. p. 250-254.

2.3 – Repressão autoritária

Retomaremos nesse ponto a hipótese do primeiro capitulo que apontou para o fato da repressão ter sido mais sentida nos grandes centros do país durante o governo Médici e nos médios e pequenos centros durante o governo Geisel. Paradoxalmente o governo Geisel, que havia anunciado a distensão do regime, seria aquele em que mais se faria sentir a força da repressão na cidade. Neste sentido, a divisão que procura opor os *brandos* à ala batizada como os *duros* parece fazer pouco sentido para uma análise da repressão na cidade durante a década de 1970. O autoritarismo, tratado como uma cultura política, parece ser mais condizente.

Para Sebastião Velasco Cruz e Carlos Estevam Martins, o autoritarismo deve ser visto em suas descontinuidades: não como a implantação de um conjunto de instituições autoritárias plenamente estruturadas e sem ambiguidades, mas como "uma variável, suscetível de assumir diferentes valores ao longo do tempo". [291] É à luz do viés de um autoritarismo de idas e vindas que o governo Geisel torna-se mais compreensível, e seria

291 VELASCO, Sebastião C; MARTINS, Carlos Estevão. De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura". In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). *Sociedade Política no Brasil pós-64.* Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Edelstein, 2008, p. 9).

durante o seu governo que se desencadearia a Operação Barriga-Verde na qual pessoas da cidade foram presas e torturadas. As investigações sobre a Paróquia Cristo Ressuscitado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), bem como as ações do Comando de Caça aos Comunistas, se deram nesse período e criaram um sentimento de receio e medo entre membros e lideranças das CEBs.[292] De fato, o medo aparece de modo recorrente em vários depoimentos, pois havia a consciência de se estar vivendo sob uma ditadura:

> Eu morei com os padres Facchini, o Luiz e o João, como falei no início. E ali a gente passou uns apertos danados. O CCC, o Comando de Caça aos Comunistas uma vez chegou à nossa casa e acabou com tudo, destruiu tudo, tudo, deixaram bilhete dizendo que iam matar todos, especialmente o padre. Daí uma vez numa missa à noite, aquelas missas gostosas, maravilhosas, fantástica, aquele povo cantava, era muito bom! Era que nem um show do Geraldo Vandré (risos). Daí só sei te dizer que fizeram uma sabotagem, estouraram um transformador, foi uma correria, um pânico durante a missa, todo mundo correndo pela rua a fora. [293]
>
> Eles ligavam: "tem uma bomba, vai explodir uma bomba", a gente saia todo mundo da

292 FACCHINI; PEDRINI, *op. cit*., 2000, p. 78-80.
293 Valmir Neitsch, depoimento citado.

> igreja, aí chamavam a polícia, eles vinham lá revistavam tudo, não tinha nada e a gente entrava de volta.[294]

Neitsch, o Capim, destacou ainda o efeito psicológico que a repressão causava: em dada ocasião, teria ficado sem almoço ao voltar para casa e ver um contingente de soldados em frente à sua residência, imaginando ser uma represália do regime, o que viria a descobrir depois tratar-se de uma campanha de vacinação de cães. Então concluiu:

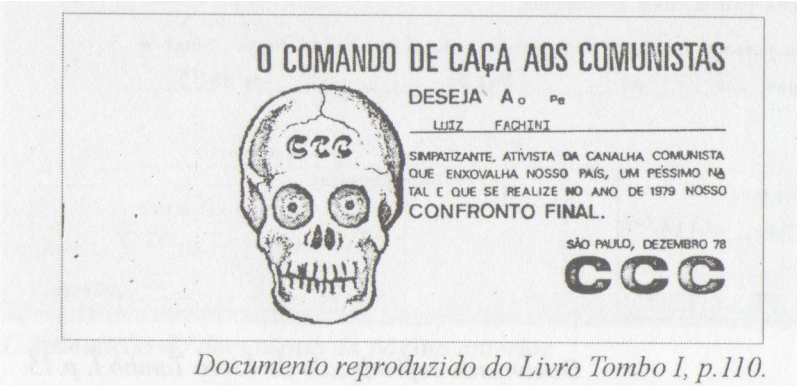
> Mas era neura né! Neura é apelido, era um efeito psicológico terrível que causava. Nossa era muito difícil. (...) eu li *A Ilha* de Fidel com o jornal *A Notícia*, encapei-o com a foto do Geisel descendo do avião. (...) a gente tinha que esconder livros, a gente tinha que esconder fita cassete, a gente tinha que esconder tudo.[295]

O depoente avalia no presente o que representava esse medo em termos psicológicos, mas pode-se concluir que a "neura" fosse justificada por ameaças bastante concretas e contundentes, como prova o documento abaixo:

---

294 João Schimit, depoimento citado.
295 Valmir Neitsch, depoimento citado.

Figura 11: Telegrama recebido pelo pároco da Paróquia Cristo Ressuscitado.


O COMANDO DE CAÇA AOS COMUNISTAS
DESEJA A o Pe
LUIZ FACHINI
SIMPATIZANTE, ATIVISTA DA CANALHA COMUNISTA QUE ENXOVALHA NOSSO PAÍS, UM PÉSSIMO NA TAL E QUE SE REALIZE NO ANO DE 1979 NOSSO CONFRONTO FINAL.
SÃO PAULO, DEZEMBRO 78
CCC
Documento reproduzido do Livro Tombo I, p.110.

Fonte: FACCHINI, Luiz; PEDRINI, Dalila. *CEBs: 25 anos de caminhada na paróquia Cristo Ressuscitado- Joinville-SC-Brasil.* Joinville: Movimento & Arte, 2000.

Os depoimentos de Boetcher, Schmit e Silva, respectivamente, dão a dimensão do que significavam essas ameaças no campo da experiência:

> Então ele dizia pra gente que não iria existir o tempo todo, acho que ele achava que um dia ia ser preso porque ele recebia direto carta de caça aos comunistas, dizendo que ia dar um fim nele. Ele lia pra gente e a gente ficava com muito medo. Então ele preparava a gente porque sabia

> que podia ter um fim, o fim da vida dele de repente ou que ele fosse expulso da Igreja. [296]
> Recebeu umas quatro cartas ameaçando. Recebeu uma carta com uma caveira assim, porque naquele tempo eles tavam prendendo, matando. Aí a comunidade toda se reuniu e ficou uma tarde. Manifestação da comunidade pra mostrar força, todas as paróquias reunidas ali no Floresta, aí foi decidido que ele não ficava mais... não posava mais ali, ele dormia sempre numa casa fora que ninguém sabia.[297]
> Na época várias pessoas receberam ameaça, inclusive eu. Quando a gente fala isso as pessoas acham..., sabe ameaçando, se não saísse da atividade política, ameaçando de morte. Eu recebi, o Luiz recebeu, o Eurides Mescoloto recebeu, a Ideli Salvati recebeu, o João Facchini, o Capim que era o Valmir Neitsch, o seu João Schmit, nós todos recebemos, foi uma coisa assim..., quando eu lembro disso, imagina foi um 'encagaçamento' generalizado.[298].

O Comando de Caça aos Comunistas foi um grupo bastante atuante no Brasil durante o regime e era formado por membros da sociedade civil unidos por um anticomunismo radical e que se sentiam plenamente identificados e representados pela ditadura.[299] Não se sabe com precisão o

296 Rute Boetcher, depoimento citado.
297 João Schmit, depoimento citado.
298 Carlos Alberto da Silva, depoimento citado.
299 MAGALHÃES, Marionildes Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil, In: *Revista Brasileira de História*, ANPUH, São Paulo, , vol. 17, n. 34, 1997pp. 203-220.

lugar de origem dessas correspondências, embora o Mackenzie em São Paulo representasse um força desse grupo, o fato é que se pode deduzir que as incriminações ao movimento das CEBs como atividades subversivas deveriam partir de Joinville.

O circuito pelo qual passava, no âmbito local, o que foi denominado como a "comunidade de informações" é algo a ser mais bem compreendido. Segundo depoimento de Carlos Afonso Fraiz[300], ex-tenente R2 e relações públicas do 13º Batalhão de Caçadores, várias denúncias eram feitas por pessoas comuns na própria unidade do exército. Segundo Fraiz, várias informações eram descartadas e apenas quando consideradas relevantes eram encaminhadas para o comando da 5ª Região Militar em Curitiba. Perguntado se possuía conhecimento da existência de agentes do SNI que atuassem em Joinville, Fraiz assegurou que o escritório do SNI ficava em Curitiba e havia duas ou três pessoas de Joinville que atuavam.

A lembrança do interrogatório dos irmãos Facchini por órgãos de informação deixam algumas pistas sobre sua atuação na cidade. Indagado onde e como teriam sido alvo dos serviços de informação, João Facchini relembrou um dos episódios, mas solicitou a omissão do nome de quem fez o interrogatório:

---

300 Carlos Afonso Fraiz, depoimento citado.

> Foi na paróquia. Então fazia parte do SNI uma pessoa que era da catedral. Aí o Dom Gregório telefona e diz: "olha hoje o SNI vai visitar vocês, mas não tenham muito medo". "Porra o Dom Gregório?" Imediatamente me veio, "o Dom Gregório está de acordo com o SNI porra?" Como quem diz: "se puder fazer alguma coisa não os mande aqui nos interrogar". Aí Luiz e eu começamos a nos preparar. Eu disse: "olha nós temos que nos comportar da maneira para que um possa refazer aquilo que o outro possa ter deslizado por acaso". (...) E aí tá, veio o cara, ele se apresenta, nós estávamos lá esperando, já sabíamos a hora através do Dom Gregório, e aí quando ele começa a conversar, ele ficou branco, ao invés de nós estarmos com muito medo, ele ficou visivelmente nervoso, muito nervoso (...). E aí ficou bem claro o seguinte, que ele tinha o dever de nos interrogar, que ele foi mandado pelo regime, ele tinha o dever de nos interrogar.[301]

Algumas considerações merecem destaque na narração desse episódio. O fato do bispo saber antecipadamente e fazer a intermediação causa certa estranheza, embora possa ser entendida à luz da noção das *zonas cinzentas*. Outro aspecto é o fato do suposto agente estar "visivelmente nervoso" e deixar clara a sua condição de interrogar como um dever a cumprir, quase pedindo desculpas, o que confirma a observação de Fico

301 João Facchini, depoimento citado.

segundo a qual os órgãos de repressão e informação possuíam estruturas complexas, produzindo e mandando produzir informações com a colaboração de muitos civis recrutados[302] para tal fim. Ou seja, a atuação de muitos deles nem sempre era por afinidade política com o regime, às vezes era por mero trabalho e forma de conseguir dinheiro.

2.4 – A greve da Tupy

> Durante um bom número de dias a Tupy esteve com suas atividades paralisadas (...) os fornos não funcionaram; os serviços de transportes também (...) Não é nada agradável uma fábrica parada! E antes de tudo, fábricas sem produção significam retrocesso, prejuízos. (...) E justamente isto está sendo sentido agora nessa colmeia de trabalho que é a Tupy! (*Correio da Tupy*, janeiro de 1962)

A epígrafe acima é parte de uma crônica sobre uma paralisação na Tupy em 1962, mas ao contrário do que possa fazer suspeitar as palavras do cronista, não havia qualquer vinculação com algum movimento grevista dentro da empresa. Tratava-se na verdade, de um período de recesso na qual a fundição havia dado férias coletivas aos operários de vários

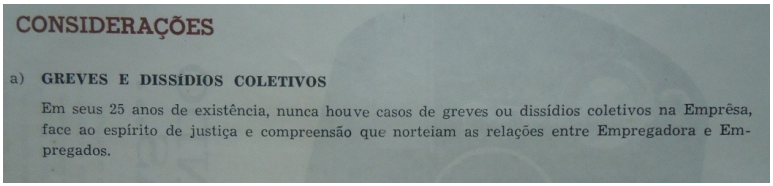
302 FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 81.

setores. O cronista procurava traduzir o silêncio da fundição: "tudo quieto, calmo, triste... Sim havia tristeza dentro dos vastos prédios (...). Foi uma melancolia estranha, difícil de ser explicada, quase intraduzível!" [303]

Embora a situação agora fosse outra, era como se, 23 anos depois, o silêncio da fundição voltasse a causar perplexidade na paralisação da maior fundição privada da América Latina, assombrando a direção da empresa com o espectro da "fábrica parada", título da melancólica e distante crônica do *Correio da Tupy*. A cidade assistiu, durante uma semana, aturdida ao ineditismo da greve da Tupy de 1985, alguns temerosos, outros confiantes, em uma mobilização operária jamais vista em tais dimensões na história da cidade industrial.

A Fundição Tupy havia feito uso desse dado durante décadas, como se pode verificar em noticiário abaixo:

Figura 12: Noticiário sobre a ausência de greves na história da Tupy

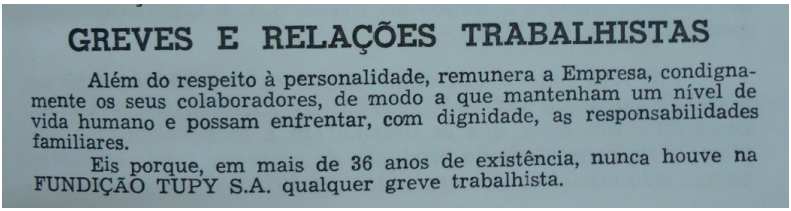


CONSIDERAÇÕES

a) GREVES E DISSÍDIOS COLETIVOS

Em seus 25 anos de existência, nunca houve casos de greves ou dissídios coletivos na Emprêsa, face ao espírito de justiça e compreensão que norteiam as relações entre Empregadora e Empregados.

303 *Correio da Tupy*, janeiro de 1962.



GREVES E RELAÇÕES TRABALHISTAS

Além do respeito à personalidade, remunera a Empresa, condignamente os seus colaboradores, de modo a que mantenham um nível de vida humano e possam enfrentar, com dignidade, as responsabilidades familiares.

Eis porque, em mais de 36 anos de existência, nunca houve na FUNDIÇÃO TUPY S.A. qualquer greve trabalhista.

Fonte: Acervo temático do Arquivo Histórico de Joinville

Em décadas de existência, a Fundição Tupy teria que lidar com a primeira "insurreição" de sua *colméia*, na esteira dos elementos democratizantes que se impunham na sociedade. A "cidade industrial" dificilmente poderia continuar ostentando o estandarte de um lugar caracterizado pela ausência de conflitos no mundo do trabalho, embora esse discurso insistisse em permanecer. O processo de democratização da sociedade levava, porém, a encarar o conflito, não mais como perturbação da ordem, mas como elemento constituinte da nova sociedade civil, cuja greve era uma de suas manifestações.

A greve, segundo o jornal *O Estado*, pegou desprevenida a direção da empresa e seus prejuízos seriam incalculáveis para a Tupy. A imprensa local também teria sido surpreendida, pois não havia sinalização por parte do sindicato de que a greve ocorreria. Em nota oficial, a empresa expressou sua surpresa em razão de uma alegada cordialidade que mantinha com o sindicato dos metalúrgicos: pautada "pelo

respeito mútuo e pelo bom relacionamento". A greve só se explicava, segundo a direção da empresa, pela "presença de interesses alheios aos da classe metalúrgica".[304] A nota presumia que o sindicato não estava no controle daquela situação e que havia elementos externos infiltrados no movimento.

De fato, quando o presidente do sindicato dos metalúrgicos, Orlando Silva, que estava à frente da entidade desde 1964, colocou sob votação numa assembleia a proposta de greve, a adesão dos operários à paralisação foi unânime.[305] Só havia uma explicação: o movimento havia crescido de baixo para cima e os próprios dirigentes sindicais admitiam não controlar o movimento, "deflagrado contra a disposição dos mesmos, que desejavam negociar".[306] A reputação do Sindicato dos Metalúrgicos e de seu presidente, aliás, apenas reforçava essa impressão, como se pode verificar pelo que se dizia a seu respeito cerca de dois anos antes da greve:

> Imperdoável ainda, a atitude do representante sindicalista dos metalúrgicos que apóia esse

304 *O Estado*, Florianópolis, 22 de outubro de 1985, p. 5.
305 Os operários reivindicavam um aumento de 20% acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).
306 *O Estado*, Florianópolis, 23 de outubro de 1985, p. 5.

> procedimento degradante de uma empresa que sempre se constituiu no orgulho de Joinville. Orlando Silva, simplesmente um reles "pelego" dos empresários (...) Enquanto não forem eliminados esses "judas" das lideranças trabalhistas, quando os trabalhadores se vêem traídos, sem ninguém a quem recorrer para sua defesa (...) o pobre trabalhador será o eterno sacrificado. [307]

O fragmento acima referia-se ao fato da Tupy, em 1983, estar demitindo seus quadros de mão-de-obra especializada e recontratando-os, em seguida, por um salário reduzido entre 20 e 50% em seu valor. E ainda, coagindo os demissionados a assinarem compromisso de doação para a Escola Técnica Tupy da porcentagem da multa que a empresa era obrigada, por lei, a pagar sobre o FGTS no ato da demissão. A operação de demissão e recontratação, mesmo sendo ilegal, contava com a conivência do sindicato dos metalúrgicos, daí a crítica dirigida ao seu presidente.

O histórico de imobilismo, entreguismo e descrédito do sindicalismo tornava ainda mais curiosa a paralisação. *A Notícia* procurou dar ênfase em seu editorial à surpresa que

---

307 *Extra*, Joinville, 9 de fevereiro de 1983, s/p. Recorte do acervo temático do Arquivo Histórico de Joinville: "Tupy".

houve, caracterizada "por um movimento grevista de inusitada organização e eficiência", configurando "um ineditismo" que rompia com o histórico da empresa de 47 anos de existência sem nunca antes ter experimentado um acontecimento como aquele. E, por estas e outras razões, a construção do movimento de paralisação na Tupy precisa ser entendida à luz de outros componentes envolvidos, como a igreja progressista e o incipiente Partido dos Trabalhadores na cidade.

No início de 1981, chegou à cidade um padre ligado à Teologia da Libertação, Monsenhor Boleslau. O novo pároco assumiu a Paróquia Imaculada Conceição do Bairro Boa Vista, situada nas imediações da Fundição Tupy. O pároco vinha de uma experiência de atuação em São Paulo e passaria a fortalecer o movimento das CEBs na cidade, lideradas pelo padre Luiz Facchini do Bairro Floresta.[308] Padre combativo e interessado nas causas operárias, desde o início ele se engajou no trabalho que já vinha sendo feito pelas pastorais.

Na primeira data do dia do trabalhador como pároco (1981), Monsenhor Boleslau expôs em sua homilia o confronto sangrento entre trabalhadores e patrões em Chicago em 1890,

---

308 Cf. ZIMMERMANN, Elmar. *O Descanso do Pescador*. Joinville: Editora Joinvilense, 2006.

enfatizando o histórico do 1º de maio como dia de luta do trabalhador contra a exploração capitalista, observando que no Brasil a luta deste por direitos sempre havia sido dura e reprimida. Em reunião com lideranças da paróquia na mesma semana reiterava:

> Nós somos uma cidade operária (...). Primeiro de maio é um dia de luta e não um dia de festas como os patrões fazem hoje. Torneios, almoços, bailes. É o dia que o trabalhador deve parar para refletir sobre seu salário, suas condições de trabalho e discutir seus problemas.[309]

Profundamente comprometido com a Teologia da Libertação, um dos motes favoritos de seus sermões era: "o verdadeiro pecado é a injustiça social".[310] Assumiu publicamente a defesa do Frei Leonardo Boff e passou a ser acusado de "pregar a doutrina marxista" por uma elite no bairro, ambientada ao catolicismo tradicional, como também a receber ameaças por seu posicionamento político.[311]

Pode-se ter uma ideia de suas preocupações com a situação operária na cidade, a pauta de uma reunião presidida por ele em Janeiro de 1983 trazia questões como o problema do

309 *Ibid*., p. 30.
310 *Ibid*., p. 39.
311 ZIMMERMANN, *op. cit.*

desemprego e o número de demitidos em Joinville, a legalidade da redução de salários na Tupy, a proposta da criação de um cadastro de desempregados, a proposição de denunciar nominalmente as empresas que demitiam em Joinville, a definição de estratégias de atuação da Pastoral Operária e a discussão sobre o papel dos sindicatos que nada faziam em relação aos trabalhadores.[312]

Para Rute Boetcher, militante do Partido dos Trabalhadores local, "a fundição Tupy parou por causa do padre Boleslau". Segundo ela, o pároco estava no "reduto dos trabalhadores da Tupy", cuja maioria frequentava sua paróquia, acrescentando que "a missa dele era uma revolução, não era missa". [313] Este ponto de vista, inclusive, foi corroborado por João Batista de Souza, líder sindicalista que se destacaria no final daquela mesma década após a tomada dos sindicatos dos mecânicos pela oposição sindical da categoria:

---

312 ZIMMERMANN, *op. cit*.

313 Rute Boetcher, depoimento citado. O pároco mandou levantar junto ao altar "a cruz dos mártires", construída de madeira tocas oriunda dos mangues da cidade. A cruz estava envolvida por faixas de luto que lembravam pessoas assassinadas por lutarem por seus ideais. Dentre as faixas que a envolvia constavam a de Manoel Fiel Filho, operário paulista morto nas dependências do DOI-CODI em janeiro de 1976 e de Margarida Alves, líder sindical assassinada em agosto de 1983. Cf. ZIMERMANN, *op. cit*.

> A greve da Tupy, na verdade, foi ele que fez. Foi ele quem estimulou e incentivou para fazer a greve, foi dentro da igreja, com a palestra dele, com o posicionamento dele, com a adesão dele ao movimento (...). Ele que colocou aqueles negão com porretes lá na frente da fábrica, eu sei porque estava lá, eu vi. Botou uns porretes na mão dos negão e disse assim ó: quem entrar mete o pau, o pároco que mandou! (risos) Botou lá e o pessoal furava lá pelo mangue, lá pelo rio, entrava de canoa lá por trás no rio, mas os negão tudo com um porrete deste tamanho na mão, não entrava ninguém, cara.

Muitas das assembleias nos dias que antecederam a greve passaram a ser feitas na paróquia, uma vez que o sindicato não possuía um auditório que comportasse grande número de trabalhadores, o que proporcionou uma aproximação amistosa entre o pároco e o vice-presidente do sindicato Luiz Alberto Carvalho[314]. Todo o equipamento de som, no momento que se deflagrou a greve, foi fornecido aos grevistas pela paróquia, além de que o pároco montou uma cozinha para fornecer alimentação aos operários nas dezenas de piquetes nos arredores da fábrica, sendo que quatro mil lanches eram distribuídos diariamente aos grevistas pelos membros da Pastoral Operária, Centro de Defesa dos Direitos Humanos e

314 A greve foi liderada pelo vice-presidente do sindicato, que era um dirigente novo, saído dos quadros de funcionários da Tupy havia a pouco para integrar uma chapa única, articulada pela própria empresa.

do Partido dos Trabalhadores. Mais ainda, na paróquia foi montada uma equipe composta por Monsenhor Bosleslau, padre Luiz Facchini, padre Fausto e membros do Partido dos Trabalhadores, que faziam a intermediação do resultado das audiências realizadas diariamente em Florianópolis: a paróquia recebia as propostas via telefone da capital e eram levadas perante as assembleias dos grevistas diante da fábrica.[315]

Enquanto isso, por meio de nota na imprensa, a Tupy ameaçava recorrer às forças de segurança para acabar com a paralisação, o que em certa medida é ilustrado pela fotografia abaixo (figura 13) onde se vê um contingente de policiais postados entre a fábrica e o piquete dos operários.

Figura 13: Piquete durante a greve da Tupy em 1985

Fonte: *O Estado*, Florianópolis 22 de outubro de 1985.

315 ZIMMERMANN, *op. cit.*, p. 110. Diante da greve, a Tupy protocolou pedido de sua ilegalidade no Tribunal Regional do Trabalho, mas durante uma semana, enquanto o Juiz não dava um parecer, eram feitas diariamente rodadas de negociação entre o Sindicato dos Metalúrgicos e a direção da empresa.

João Facchini assegura que o número de policiais no interior da empresa era ainda maior do que o aparentado, mesmo porque, segundo afirma em seu depoimento, tratava-se de uma empresa que "era área de segurança nacional":

> Todo o policiamento do sul do Estado foi chamado lá para dentro, nós acompanhamos essa greve assim, olho a olho (...) sabíamos através de sindicalista lá do sul, de um sindicalista eu acho que é presidente dos mineiros. Nós soubemos que o policiamento estava todo dentro da Tupy.[316]

Além do grande número de policiais no interior da empresa, enviados pelo governador do Estado, Esperidião Amim, a Tupy alegava que o movimento estava infiltrado por "elementos externos".[317] Um dos diretores da fundição declarou à imprensa que estranhava a "coincidência existente entre as reivindicações apresentadas pelos grevistas e as que" vinham sendo negociadas pelos metalúrgicos de São Paulo, dando a entender que o movimento grevista na Tupy estivesse "sendo articulado fora de Joinville, e também fora do controle do

316 João Facchini, depoimento citado.
317 *O Estado*, Florianópolis, 22 de outubro de 1985, p. 5.

sindicato local".[318] Falava-se em baderneiros enviados por Lula à cidade e até mesmo em dinheiro vindo de Cuba para financiar o movimento.[319]

A greve da Tupy foi emblemática, pois ganhou a adesão de praticamente 100% dos trabalhadores da empresa, num total superior a sete mil pessoas. A multidão de operários concentrados em frete à fábrica, provocou imenso interesse na população da cidade, até porque eles traziam familiares, mulheres e crianças para presenciarem a paralisação. A fotografia abaixo (figura 14) permite ter uma ideia da concentração.

Figura 14: Concentração de trabalhadores em frente a Tupy durante a greve de 1985

Fonte: *O Estado*, Florianópolis 22 de outubro de 1985

318 *O Estado*, Florianópolis, 23 de outubro de 1985, p. 5.
319 ZIMMERMANN, *op. cit*., p. 110.

Por outro lado, a cidade respirava um clima de medo e apreensão com aquele acontecimento. A direção da empresa havia sido proibida pelos piquetes de entrar na fábrica, por isso a TELESC instalou cinco linhas telefônicas exclusivas para a ela no terraço Tupy, no Edifício Manchester, local em que se estabelecera provisoriamente. Com exceção da polícia e da guarda da Tupy, ninguém entrava ou saía do cerco que se fez à fábrica, e mesmo os poucos funcionários que furaram a greve entrando pelo mangue no início da paralisação ficaram impedidos de deixar a fábrica, tendo que permanecer no interior da fundição durante os dias em que durou o movimento.

Uma boa medida do clima reinante pode ser observado no depoimento de João Facchini:

> Eu lembro muito bem de um operário que lá pela madrugada, com chuva, tremendo de frio, porque ele não podia largar o piquete, a luta era braba, muito intensa, ele quase chorando, esgotado, já estava há três dias no piquete, dizia assim emocionado: "nós conseguimos parar esse monstro!" E aí vinham expressões como "que se satisfez do nosso sangue até agora!". Realmente isso arrepiava![320]

320 João Facchini. depoimento citado.

O “monstro” que se satisfazia do sangue do operariado estava abatido e, depois de uma semana, a greve da Tupy foi encerrada com a vitória dos trabalhadores. A empresa recuou, após dias de tensão e negociação e concedeu o aumento integral do INPC (72%) e mais 3% a título de reposição, não descontando os dias paralisados e não demitindo os operários sindicalizados.[321] Como recordou Facchini, quando a greve terminou “nós rezamos um Pai Nosso com todo aquele operariado, o palanque erguido lá e toda aquela multidão: rezamos um Pai Nosso e cantamos o hino nacional. Foi de arrepiar, muito emocionante! [322] Após a oração e o coro do hino nacional cantado pelos operários, os mesmos seguiram em passeata até o centro da cidade na sede do sindicato, onde foi servido chope em comemoração pela vitória do movimento. *A Notícia* assim resumiu os festejos: “Foguetes, chope, cachaça, choro, gritos de euforia, passeata”.[323]

---

321 ZIMMERMANN, 2006, *op. cit*., p. 110-111. Após a greve da Tupy, a nova diretoria da ACIJ (1985-1986) teve sua gestão voltada a preparar os homens de empresas para “enfrentar as grandes turbulências da época”, sobretudo “os movimentos sindicais”. GEHLEN, 2011, *op. cit*., p. 182.
322 João Facchini, depoimento citado.
323 *A Notícia*, Joinville 26 de outubro de 1985, s/p. Recorte do Acervo Temático do Arquivo Histórico de Joinville.

Na imagem abaixo publicada em *A Notícia* no dia seguinte ao término da greve, pode se ver o momento de aceitação do acordo em assembleia:

Figura 15: Votação do acordo que colocou fim a greve da Tupy de 1985

Fonte: *A Notícia*, Joinville 26 de outubro de 1985. Acervo temático do Arquivo Histórico de Joinville

O grande incentivador do movimento, Monsenhor Boleslau, foi então organizar uma missa de ação de graças cheia de referências à unidade e à vitória do movimento grevista. A título de ressaltar a força do movimento, o pároco chamou operários ao altar e fez constantes alusões à força da

união e da luta na greve da Tupy. A paróquia Imaculada Conceição estava superlotada de operários e havia mais gente na parte externa do que no interior da igreja. [324]

2.5 – Transformações e permanências no mundo do trabalho fabril

> Nesta terça-feira, às 20 horas, no auditório do Museu de Sambaqui, o Clube do Cinema exibe o documentário de longa-metragem *Braços Cruzados, Máquinas Paradas,* sobre o movimento operário de 1978, em São Paulo. (...) As sessões do Clube do Cinema são abertas a todos. (*A Notícia,* Joinville, 21 de setembro de 1980)

O anúncio publicado nas páginas de *A Notícia* expunha uma nova percepção e sensibilidade em relação ao mundo do trabalho que vinha sendo gestado na cidade. A exibição do longa-metragem tinha como trunfo dar visibilidade às primeiras paralisações dos metalúrgicos de São Paulo e da movimentação operária que havia culminado com o surgimento de uma nova realidade sindical no Brasil. O anúncio-convite ainda trazia a informação de que a exibição do documentário seria seguida de um debate coordenado pelo professor do curso

324 ZIMMERMANN, 2006, *op. cit*., p. 110-111.

de história da Fundação Educacional da Região de Joinville (FURJ), Afonso Imhof.

As reflexões sobre as "estruturas de sentimento"[325], conceito elaborado por Raymond Williams, constitui-se numa grande ferramenta para pensar o surgimento de um imaginário nos meios artísticos e intelectuais da época, acerca da insurgência dos novos movimentos sociais, sobretudo da classe trabalhadora. A experiência viva do movimento operário do ABC proporcionou o desenvolvimento de estruturas vivenciadas no nível da sensibilidade, que respondia a uma nova forma de organização social. O conceito de Williams dá conta de como determinados significados e valores foram sentidos e vividos ativamente, respondendo às mudanças que se impunham.

Entre o final da década de 1970 e início de 1980, o meio estudantil e intelectual da cidade, especialmente envolvendo o curso de história da FURJ, tornou-se sensível aos sinais de mudança que se configuravam na organização social e, em particular, no movimento dos trabalhadores urbanos. Em entrevista ao *Jornal de Joinville,* em setembro de 1979, quando

---

325 Cf. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

já se dava por certa a implosão do bipartidarismo e a perspectiva de criação do Partido dos Trabalhadores, o diário local pediu ao referido professor de história da FURJ que avaliasse esse momento. Ao que respondeu:

> Vejo como a melhor coisa surgida da base operária. Um partido dos próprios trabalhadores (...). Um partido classista para uma sociedade de classes (...) infelizmente logrará impor sua ideologia apenas em centros proletários onde as contradições sociais são mais sentidas, percebidas. Em cidades menores ele será obstaculizado de todas as formas pelos empresários, políticos reacionários, pela classe média que, inclusive poderá diante do crescimento operário, abraçar teses fascistas. O intelectual, o artista, o padre, o sindicalista e todos os trabalhadores unidos, vencerão as barreiras impostas (...). Com o Partido dos trabalhadores a história passará pouco a pouco a ser assumida e comandada pelos trabalhadores. O PT terá condições de eleger operários para as Câmaras Municipais e Federais, Assembléias e prefeitos e politizar os sindicatos. O PT não buscará salientar teses da cordialidade ou passividade dos brasileiros, mas dialeticamente, opor-se como partido de classe que é. [326]

Há nas palavras de Imhof um "pensamento tal qual sentido" na época, para empregar uma variante do conceito de

326 *Jornal de Joinville*, Joinville, 21 de setembro de 1979, p. 7.

Williams. Percebe-se em suas palavras uma estrutura de sentimento portadora de uma idealização da classe trabalhadora. Imhof compartilhava esses referenciais com o que estava sendo sentido em outras partes do país. De fato, muitos artistas e intelectuais estariam na base da fundação do Partido dos Trabalhadores no início de 1980. [327]

Se, por um lado, Imhof intuía as dificuldades e obstáculos para o fortalecimento de um Partido dos Trabalhadores numa cidade como Joinville, por outro, via com esperança, pois os centros operários, na sua avaliação, era o espaço onde as contradições sociais eram mais sentidas. Seu prognóstico em relação ao nascimento do PT na cidade se confirmaria em alguma medida. De fato o PT teria muitas dificuldades para se estabelecer na cidade industrial e, sobretudo, custou a encampar estratégias de politização dos sindicatos na cidade, cuja tomada da primeira grande entidade se daria apenas no final da década de 1980.

---

327 Após a primeira tentativa eleitoral do PT na cidade, o professor da FURJ foi alvo de uma série de ataques de um colunista local que o taxava de intelectual marxista e ideólogo do PT. A série de ataques fez o jornalista Celso Martins escrever: "Simplesmente não dá para entender a razão, ou as razões, das investidas que tem saído quase diariamente contra o professor Afonso Imhof". *Extra*, Joinville, 22 de janeiro de 1983. Posteriormente, Imhof ingressaria no Partido dos Trabalhadores e concorreria como candidato a prefeito em 1992.

O ex-sindicalista, João Batista de Souza, o João Porrada, que já havia vivenciado a realidade do ABC entre 77 e 78 quando morou um tempo em São Paulo, relembra a luta conjunta com o outro conhecido sindicalista na cidade, o Dentinho, no final da década de 1980, quando chegaram à direção do Sindicatos dos Mecânicos de Joinville. Ambos sindicalistas pertenciam, nesse momento, ao Partido dos Trabalhadores e as lembranças expunham um sentimento de luta e ação que mobilizava a classe trabalhadora na cidade:

> A nossa chapa foi a de número três em 89. Tudo peão de fábrica, pessoal que a gente conheceu assim pela categoria, onde eu e o Dentinho lideramos o movimento, fomos pro enfrentamento e ganhamos fácil a eleição de 89. Com três chapas nós fizemos um percentual altíssimo (...). Aí foi uma porradaria, teve uma guerra fodida! Com sete dias no sindicato, nós fizemos a greve geral de 89. Paramos trinta e uma empresas. As maiores empresas da categoria nós paramos! O problema é que a greve geral era só pra três dias e não tinha mais como fazer o povo voltar para dentro da fábrica (...). E a peãozada num queria nem saber, tavam com aquilo represado, aí as greves demoravam um tempão e nós não tínhamos muita experiência, só que nós tínhamos que fazer. E todo dia pipocava, pipocava uma, pipocava outra e ia tocando e era greve atrás de greve e os movimentos efervescentes.

O novo sindicalismo na cidade mantinha uma clara postura de enfrentamento na defesa de uma sociedade sem exploração do trabalho pelo capital. A nova postura classista e autônoma do sindicalismo representava uma novidade na cidade. O depoente relembra a primeira das quatro greves gerais deflagradas no plano nacional, na qual a CUT teve papel decisivo. A greve de 1989 foi a mais expressiva, após o fracasso do Plano Cruzado.[328] A "cidade industrial" parou e o operariado manifestava um sentimento que durante décadas havia sido silenciado. O ex-sindicalista reitera o que sucedeu após a efervescência da primeira greve geral:

> Aí a gente não parou mais na categoria, começamos a sair para outras categorias, criamos um movimento aqui em Joinville, ganhamos o sindicato dos plásticos logo em seguida, fizemos um grande enfrentamento aqui na cidade, fizemos oposição ao sindicato dos bancários, mas não conseguimos ganhar o sindicato dos bancários porque o pelego ta até hoje lá, tinha um domínio, um controle muito grande dos associados e era difícil (...) a gente fez efervescer a cidade, e como Joinville é o maior pólo industrial, maior centro de trabalhadores aqui da região, colhia referências,

328 Cf. ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Para onde foi o "novo sindicalismo"? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical. In: ARAÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

> então nós conseguimos também efervescer a região. Logo em seguida conseguimos ganhar o sindicato dos moveleiros de São Bento do Sul, fizemos uma sede lá, uma sub-sede nossa e plantamos uma política lá no planalto. Ganhamos o sindicato dos moveleiros de Jaraguá do Sul, mantivemos os metalúrgicos de Jaraguá do Sul no campo da CUT, ganhamos o sindicato dos químicos de Jaraguá do Sul é ganhamos o SINTE aqui de Joinville, o sindicato dos professores do Estado, e criamos aqui na cidade a CUT Regional Norte, era paralelo a CUT de Santa Catarina. Criamos assim, uma estrutura própria, com organização própria, com filosofia própria, claro, embasada na filosofia da CUT, mas com autonomia, com diretoria, com presidência, com tudo. Fortalecemos o Partido dos Trabalhadores aqui porque aí trouxemos todos os nossos sindicalistas que se filiaram no PT. Fizemos uma política bem agressiva dentro do PT aqui em Joinville. [329]

Outro grande sindicato tomado pelo novo sindicalismo combativo na cidade foi o Sindicato dos Metalúrgicos em 1994, como lembraria ainda o depoente. A cidade industrial não seria mais a mesma, teria que lidar com o conflito e com os novos tempos vigentes no mundo do trabalho, muito embora, como lembra o ex-sindicalista, os embates de negociação com a classe patronal não mudassem tanto:

329 João Batista de Souza, depoimento citado.

> Eu vivi muito angustiado, muitos anos cara, que as negociações são muito tensas, te consomem muita energia. A pior espécie de patrão do Brasil está concentrada aqui. Eu sei por que eu negociei com todos esses patrões aqui, eu sei a dificuldade que é o perfil e a forma com que eles se posicionam nas mesas de negociação. A conduta deles assim é deplorável cara, na falta de respeito, na falta de consideração, na falta de reconhecimento por conta dos interesses dos trabalhadores, um absurdo. Aqui em Joinville era muito difícil a relação entre os trabalhadores e os empresários, ainda é! Aqui cara, a relação é quase medieval. Tu podes levar Jesus Cristo, tu podes falar a palavra mais sábia, mais linda, mais interessante, tu podes dar a melhor informação. Não, nada serve, só serve aquele pensamento deles ali, do acúmulo, de acumular riqueza. Acumular! Entendeu? Infelizmente!

O depoimento aponta para a permanência de um perfil do empresariado de endurecimento acerca das mudanças nas relações que se estabeleciam em nível nacional entre trabalhadores e patrões. Segundo o depoente, as mesas de negociações com o empresariado paulista eram diferentes das que ocorriam na cidade. Em Joinville, os patrões não vinham para a mesa, mas enviavam representantes quase sempre dispostos a não negociar. Isto se dava, muito provavelmente porque a negociação não assumia na cidade a mesma relevância. Por não ter um passado de cultura da negociação no

âmbito local, a classe patronal tinham pouca disposição ou razão para acreditar nela como função de uma sociedade democrática.

Relacionado com isto, pode-se constatar a permanência de dificuldades diante do conflito na "mítica cidade da ordem". Desde a greve da Tupy, havia alegações de que os movimentos grevistas na cidade, não eram resultado da insatisfação do trabalhador, mas da infiltração de elementos externos nos movimentos paredistas. Por exemplo, durante a primeira greve da EMBRACO liderada pelo Sindicato dos Mecânicos, em Junho de 1990, mais uma vez se percebeu a dificuldade do patronato em aceitar tais conflitos. Em nota oficial à imprensa, a EMBRACO atribuía o movimento a uma minoria de agitadores que, "alardeando a necessidade de democracia", tinha como propósito tumultuar e desestabilizar a ordem e o trabalho na cidade, desejando a liberdade apenas para "para impor suas ideologias". E acrescentou: "observamos o transporte de profissionais da agitação, vindos de regiões conturbadas do país, que se empenham em destruir aquilo que se construiu com tradição de trabalho, ordem e disciplina".[330]

330 *A Notícia*, Joinville, 24 de junho de 1990, p. 1. Para esvaziar a greve, a Embraco teria concedido ponto facultativo no feriado de Corpus Christi. Além disso, enfileirou cinco carretas na entrada principal da fábrica para

No entanto, a nova organização social havia conduzido a uma sensível mudança a favor dos trabalhadores, por melhores condições de trabalho e contra o despotismo fabril. O caso mais emblemático ocorrido na cidade deu-se em uma indústria têxtil em 1993, a Döhler, quando seis operárias tiveram os pés amarrados no interior da empresa durante o expediente, motivando a ilustração abaixo publicada no *Diário Catarinense*:

Figura 16: ilustração das tecelãs amarradas na Döhler

Fonte: *Diário Catarinense*, Florianópolis, 30 de setembro de 1993.

---

impedir a instalação de piquetes. E, como o movimento persistia, a empresa conseguiu liminar na justiça para impedir piquetes em suas adjacências, diante do que o Sindicato dos Mecânicos temporariamente suspendeu o movimento. No entanto, haviam várias paralisações em Joinville nas indústrias metalúrgicas, térmicas, de plástico, fiação e tecelagem e no sistema bancário. (*A Notícia*, Joinville, 21 de junho de 1990, p. 11).

O caso foi levado à tribuna da Câmara Municipal de Joinville pelo vereador do Partido dos Trabalhadores Carlito Mers, que propôs a votação de uma moção de repúdio ao fato ocorrido na indústria Döhler. Segundo o vereador tal atitude era inaceitável aos novos tempos. Aceitá-la seria permitir "uma volta ao tempo da escravidão". O sindicato têxtil confirmou a denúncia feita na câmara e divulgou nota de repúdio na imprensa. Da mesma forma, o caso foi divulgado pelo Centro de Defesa de Direitos Humanos que protocolou denúncia no Ministério Público.

A atitude do encarregado teria sido aplicada como medida disciplinar às operárias por correrem na hora do lanche para alcançar os primeiros lugares na fila do refeitório. Atar as pernas das operárias teria sido uma medida exemplar para as demais. Segundo a denúncia, umas das operárias, que estava grávida de quatro meses, necessitou ser atendida "no ambulatório da empresa devido ao impacto emocional" da atitude do encarregado. O caso, então acabou assumindo grandes proporções, como se pode notar pela ilustração abaixo:

Figura 17: ilustração das tecelãs amarradas na Döhler

Fonte: Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz

É emblemático nesse caso que a direção da empresa tenha procurado subestimar a gravidade do ocorrido. O presidente Udo Döhler, justificou o posicionamento da direção, declarando à imprensa que o encarregado teria agido por conta própria, sem o consentimento da empresa, mas considerou que a medida disciplinar "não era tão grave"[331] como estava sendo alardeada e que, no momento, não estava pensando em demitir o funcionário. Na esteira de Avritzer, pode-se entender que tal justificativa demonstra uma contradição entre a existência de instituições que garantam os direitos humanos e a internalização de seus atributos na vida prática pelos sujeitos

331 *Diário Catarinense*, 30 de setembro de 1993, s/p. Recorte do acervo do Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz.

sociais. Tão importante quanto a defesa do trabalhador contra o despotismo fabril é analisar a atitude dos sujeitos sociais perante ela. Uma demonstração de que a vigência de normas e direitos institucionais pode estar em contradição com seu entendimento, manifestando um hiato entre a instituição de práticas democráticas no cotidiano e a incorporação da democracia pelos agentes sociais.[332] A proporção que tomou a denúncia, no entanto, faria a direção da empresa voltar atrás e afastar o supervisor do cargo e emitir nota de esclarecimento na imprensa.

As tecelãs amarradas, mais uma vez seriam lembradas pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos, um ano após, quando a entidade denunciou publicamente mais um caso de violência contra um trabalhador ocorrido na manhã do dia 20 de agosto de 1994 na Carrocerias Nielson. Sob a alegação de sabotagem na produção, um operário havia sido detido no interior da fábrica e conduzido em carro da própria empresa ao 3º Distrito Policial. O operário permaneceu 54 horas na cadeia pública. O CDDH prestou assessoria jurídica ao operário que

332 Cf. AVRITZER, *op. cit*.

moveu processo na justiça contra a fábrica e esta não conseguiu incriminar o funcionário. [333]

Entender as tensões e disputas entre duas culturas políticas na luta entre qual deveria prevalecer na relação capital-trabalho, é um pouco percorrer a trajetória das mudanças e permanências em Joinville, enxergando a "cidade industrial" na maneira como esta permitia mostrar-se. É refletir sobre os embates e as condutas cotidianas dos sujeitos sociais e no modo como cada qual internalizava as práticas da democratização.

Entender as relações que permearam o mundo do trabalho fabril na cidade entre meados da década de 1970 e a primeira metade da década de 1990 é debruçar-se sobre processos temporais de movimento e de estagnação, de rupturas e de permanências, de novidades e de manutenção, de rapidez e de lentidão. São processos temporais inacabados que se revestem de múltiplos significados como importante ponto de inflexão para melhor entender a história recente da cidade calcada na relação da indústria com o trabalho.

---

333 Centro dos Direitos Humanos: relatório de 1994, p. 10. Acervo do *Centro de Direitos Humanos Maria da Graça Braz*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O historiador pertence ao seu tempo. Por mais que empreenda um distanciamento que possa favorecer uma análise menos passional, nem por isso sua escrita deixará de estar encravada em um lugar social interessado e politicamente comprometido. Problematizar a historicidade de sua tessitura narrativa é entender o lugar social de seu presente que cindi sua fala e cerzi sua escrita.

O domínio da História do Tempo Presente não se furta a reconhecer uma equação que compõe a subjetividade na qual se insere o historiador. Durante muito tempo recusou-se assumir publicamente uma subjetividade que se insurgia na escrita da história. Levar isto em consideração é indispensável. É preciso "conhecer o lugar de enunciação do historiador, a instituição necessária em função da qual ele conduz sua investigação e o momento preciso durante o qual ele escreve sua prática". [334]

Muito do olhar empreendido nessa pesquisa esteve vinculado ao cinquentenário do golpe de 1964 e seus

334 DOSSE, François. História do Tempo Presente e historiografia. In: *Revista Tempo e Argumento,* Florianópolis, v. 4, n.1, jan./jun. 2012. p. 5 - 22.

desdobramentos, que ao invés de “virar a página”, coube mais uma vez refletir sobre esse período sombrio de nossa história, cujo legado segue nos interpelando e desafiando a compreensão. Acreditamos que debruçar-se sobre ele é entendê-lo como parte necessária da instalação de um regime democrático e do enraizamento de um princípio de justiça que repudia a violência e o autoritarismo.

Foi sob essa premissa que nos propomos a entender um pouco da história recente da cidade de Joinville entre os anos de 1975 e 1995, envolvendo-nos com uma temática marcada pela atualidade, ao mesmo tempo, sem deixar-nos fechar em conclusões que possam encerrá-las de modo acabado. O legado desse período, tanto no âmbito macro quanto no micro, continua a desafiar nosso olhar: uma democratização incompleta, seja nos domínios dos poderes da esfera pública, seja da sociedade que não consegue superar entraves que a faça exercer a cidadania de modo pleno, seja da permanência de uma cultura política autoritária que continua a impregnar certas relações, seja no mundo do trabalho que permanece sustentando níveis de desigualdade de renda que tem caracterizado nossa paisagem.

O tema da democratização que permeou esta pesquisa orientou-se, sobretudo, pelo viés do mundo do trabalho em uma cidade marcada pela industrialização. A opção pela noção de *democratização* tem a ver com a incompletude do processo, mas também porque falar em *redemocratização*, retórica liberal das chamadas teorias da transição, implicaria tacitamente, aceitar uma ruptura que tivesse cindido com uma ordem democrática anterior, e que urgisse 21 anos depois, ser restabelecida.

Assim sendo, optamos operar com a noção de autoritarismo e democratização no âmbito da cultura política. O *autoritarismo* assim problematizado é pensado, não como um veto, como um fenômeno "temporalmente localizado de ruptura com a ordem democrática", [335] como propôs as análises das chamadas "teorias da transição", mas como uma cultura política que tem se mantido no encalço da *democratização*. Esta por sua vez, é entendida como a entabulação de um longo processo de transformação da cultura política.[336]

Como se viu no primeiro capítulo, havia em Joinville, uma cultura política autoritária assentada sob o ideal de uma

---

335 AVRITZER, *op. cit.*
336*Ibid.*

sociedade pautada pela ausência da negociação social. E esta concepção ideal da cidade que era anterior ao golpe de 1964, permaneceu nos anos que o sucederam. No seio dessa cultura política, a cidade era representada idilicamente como o lugar onde todos se entendiam, onde não havia rivalidades, distinções de classes e o trabalho harmonizava todas as relações sociais. Uma das teses que procuramos sustentar foi a de que, o sucesso desse ideal plasmado pelas elites locais, transformou a cidade industrial em um modelo exemplar para a utopia autoritária do regime de 1964. No segundo capítulo, procuramos dar visibilidade aos elementos de democratização que irromperam produzindo tensões, mudanças e transformações, ao mesmo tempo em que se observava a permanência da negação do conflito na "cidade do trabalho", sustentada pelo empresariado durante o processo de democratização.

Na perspectiva da cultura política, ao analisarmos a natureza do regime de 1964 num jogo de escala em que se procura enxergar o macro através do micro, permitir-se-ia pensar que o golpe não havia forjado uma fórmula verticalmente orientada que abria um parêntese radical de 21 anos na história do país. A escala micro demonstra que havia

uma cultura política anterior enraizada que lhe fazia concessão e a própria participação civil na construção do regime precisaria ser entendida também sob essa premissa. A ditadura não era um corpo social estranho, embora as complexas relações que a sociedade estabeleceu com ela, tendencie a hostilizá-la hoje.

Assim sendo, o autoritarismo não sairia de cena no exato momento que os militares voltaram aos quartéis. A persistência de um comportamento não-democrático ao longo do processo precisa ser entendida, portanto, pela coexistência e disputa entre culturas políticas: a tradicional, autoritária, e a democrática, que emergia do aprendizado e da vivência do conflito.

Concluindo. Escrever sobre o passado recente é estar ciente do desafio de lidar com processos inacabados que contam com muitas testemunhas vivas. Escrever a história lidando com a memória viva constitui-se em árdua tarefa e traz consigo o efeito de uma "ambiguidade insuperável" de ser para esta, remédio ou veneno, ou mesmo ambos, dada as funções políticas que aquela desempenha no presente. Esta noção é derivada da transposição do mito de *Fedro* feita por Paul Ricceur: o remédio (pharfarmakon) que daria mais saber aos

egípcios era resultado do encontro da ciência (sophias) e da memória (mnemes), mas era caracterizado pela ambiguidade de seu efeito. Esta "irredutível dúvida" que paira sobre a história pode ser expressa nas problemáticas "relações entre a memória viva e a história escrita".[337] Afinal, seria a escrita da história para a memória remédio ou veneno? A resposta que se pode ensaiar na esteira do filósofo francês é de que a história não tem a pretensão de encontrar a fórmula verdadeira, mas a justa. Mas ainda assim estaríamos diante de outro problema: como encontrar a medida certa?

Escrever sobre um passado recente tanto mais seguro será se pensarmos sua inscrição sob o signo das "moradas provisórias", metáfora de Santo Agostinho lembrada por Bédarida. [338] Na esteira desses autores acreditamos que a escrita da história deva ser encarada não como dano a memória, mas como um bem constituinte sem deixar de ser por ela também constituída. A presente investigação representa um exercício de buscar algumas impressões de leituras sobre a

---

337 RICCEUR, 2007, *op. cit*., p. 151-154.

338 BÉDARIDA. François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos & abusos da história oral.* 8ª ed, Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006, p. 221.

história recente de Joinville e de como a cidade industrial iniciou seu árduo caminho em direção a democratização.

REFERÊNCIAS

Fontes Orais

Apolinário Ternes, 64 anos, jornalista e historiador, depoimento concedido ao autor em Joinville, 13 de dezembro de 2013.

Carlos Adauto Vieira, 81 anos , advogado e escritor, depoimento concedido ao autor em Joinville, 5 de maio de 2014.

Carlos Afonso Fraiz, 62 anos, chefe de gabinete do prefeito municipal, depoimento concedido ao autor em Joinville, 19 de março de 2014.

Carlos Alberto da Silva, 56 anos, músico e trabalhador aposentado da indústria plástica, depoimento concedido ao autor e a Luiz Felipe Falcão em Joinville, 20 de dezembro de 2013.

Edgar Schatzman, 65 anos, aposentado, depoimento concedido a Roberta Helena do Nascimento em Joinville, 22 junho de 2005 (LHO).

Francisco João de Paula, 66 anos, aposentado, depoimento concedido ao autor em Joinville, 31 de outubro de 2013.

João Batista de Souza, 50 anos, ex-sindicalista, depoimento concedido ao autor e a Luiz Felipe Falcão em Joinville, 20 de dezembro de 2013.

João Facchini, 66 anos, ex-padre, depoimento concedido ao autor em Barra do Sul, 30 de novembro de 2013.
João Schmit, 82 anos, aposentado, depoimento concedido ao autor e a Luiz Felipe Falcão em Joinville, 23 de setembro de 2013.

Luiz Facchini, 70 anos, padre, depoimento concedido ao autor em Joinville, 24 de outubro de 2013.

Marina Moreira Braga, 79 anos, aposentada, depoimento concedido a Roberta Elena do Nascimento em Joinville, 21 de outubro de 2005 (LHO).

Moacir José Floriani, 46 anos, depoimento concedido a Valdete Daufemback Niehues em Joinville, 19 de julho de 1999 (AHJ).

Noemi Lemos, 60 anos, professora, depoimento concedido a Roberta Helena do Nascimento em Joinville, 18 de julho de 2005 (LHO).

Oswaldo Miqueluzzi, 60 anos, advogado, depoimento concedido ao autor em Florianópolis, 7 de março de 2014.

Olívia Mazzoli, 82 anos, aposentada, depoimento concedido a Roberta Helena do Nascimento em Joinville, 31 de agosto de 2006 (LHO).

Ralf Milbrat, 71 anos, representante comercial, depoimento concedido ao autor em Joinville, 2 de maio de 2014.

Rute Boetecher, 56 anos, aposentada, depoimento concedido ao autor em Joinville, 17 de outubro de 2013.

Valmir Neitsch, 56 anos, poeta, depoimento concedido ao autor em Joinville, 08 de novembro de 2013.

Vilmar de Souza, (?) anos, depoimento concedido a Diego Finder Machado e Ilanil Coelho em Joinville, 30 de janeiro de 2008 (LHO).

Fontes impressas

- Acervo do Centro de Defesas dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz.

- Acervo do Arquivo Histórico de Joinville:

18 Anos de União Cívica Feminina (UFC). Relatórios, 2009.

Correio da Tupy, Joinville, Coleção do periódico.

Extra, Joinville, setembro/novembro de 1978; agosto de 1979; novembro/dezembro de 1982; fevereiro de 1983; abril de 1984.

*Jornal de Joinvill*e, Joinville, abril/maio de 1975.

A Notícia, Joinville, abril/maio de 1975 e agosto de 1979.

- Acervo da Biblioteca Pública de Santa Catarina (Florianópolis):

O Estado, Florianópolis, abril/maio de 1975; agosto de 1979 e outubro de 1985.

Fontes eletrônicas e/ou digitais

Brasil: Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, vol. II.

Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wrigth, Florianópolis, março de 2013 a dezembro de 2014.

Folha de S. Paulo, 2 de maio de 1975. Acervo Folha. Acessado em 22/02/2015.

http://ndonline.com.br/joinville/plural/61933-a-trajetoria-de-um-dos-mais-importantes-intelectuais-de-joinville-carlos-adauto-vieira.html. Acessado em 20/11/2014.

http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/politica/noticia/2014/03/o-primeiro-preso-pela-ditadura-militar-em-joinville-4460862.html. Acessado em 22/11/2014.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves de (Org.). *A democratização no Brasil:* atores e contextos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ADORNO, Theodor. *Educação e emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história.* Bauru, São Paulo: Edusc, 2007.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.

AMADO, Janaina. FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos & abusos da história oral.* 8ª ed, Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Para onde foi o "novo sindicalismo"? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical. In: ARAÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ARAÃO REIS, Daniel. *Ditadura e democracia no Brasil:* do golpe de 1964 à Costituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ARAÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

AVRITZER, Leonardo. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. São Paulo: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 10, nº28, 1995.

BARBOSA, Marialva. Senhores da Memória. In: Intercon – *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 18, n. 2, 1995.

BATALHA, Cláudio et al (orgs.). *Culturas de Classe*: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Unicamp, 2004.

BÉDARIDA. François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs). *Usos & abusos da história oral.* 8ª ed, Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs). *Para uma História Cultural.* Lisboa: Estampa, 1998.

BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Histórias na Ditadura:* Santa Catarina: 1964-1985. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

BURKE, Peter (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 150.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização.* 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. Fortuna e Virtú no golpe de 1964. São Paulo: *Estudos Avançados* 28 (80), (USP), 2014.

CHAUVEAU, Agnes; TÉTARD, Philippe. Questões *para a História do Tempo Presente*. Bauru: Edusc, 1999.

CODATO, Adriano Nervo. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. São Paulo: *Revista Brasileira de História*. V. 24, nº 47, 2004, p. 271-302.

COELHO, Ilanil. *Pelas tramas de uma cidade migrante*. Joinville: UNIVILLE, 2011.

CORDEIRO, Janaína Martins. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. In: AARÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

CORRÊA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes (Coord.). *História dos bairros de Joinville* (Arquivo Histórico de Joinville). Joinville: Seigraph, 1992.

COSTA, Iara Andrade Costa. *A cidade da ordem*: tensões sociais e controle (Joinville 1917-1943). Dissertação de mestrado- Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 1996.

CUNHA, Dilney. *História do trabalho em Joinville:* gênese. Joinville: Todaletra, 2008.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.) *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

DREIFUSS, René Armand. *1964:* A conquista do Estado. 4ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

FACCHINI, Luiz; PEDRINI, Dalila. *CEBs:* 25 anos de caminhada na paróquia Cristo Ressuscitado. Joinville: Movimento & Arte, 2000.

FALCÃO, Luiz Felipe. Militância nas margens: lembranças da resistência à ditadura e das lutas pela democratização. In: BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Histórias na Ditadura:* Santa Catarina: 1964-1985. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

_____ História em áreas de sombra. Prefácio. GUEDES, Sandra P. L. de Camargo; OLIVEIRA NETO, Wilson de; OLSKA, Marilia Gervasi. *O Exército e a Cidade.* Joinville: UNIVILLE, 2008.

FERREIRA JR, Amarilio; BITTARA, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. Cad. *Cedes*, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida (orgs). *O tempo da ditadura*: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. (O Brasil republicano, v. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FICO, Carlos. *Além do Golpe*: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2014.

_____ *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____ Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. [Entrevista realizada em 24 de

julho, 2013]. *Revista Tempo e Argumento,* Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 464 - 483. Entrevistadores: Silvia Maria Fávero Arend, Rafael Rosa Hagemeyer e Reinaldo Lindolfo Lohn.

_____ *Reinventando o otimismo:* ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso.* São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____ *A Arqueologia do saber.* Rio de Janeiro: Forense, 2008. Universitária, 2008.

_____ *Microfísica do Poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____ *Vigiar e Punir.* Petrópolis: Vozes, 1984.

FRIAS, Otávio. O Tribuno da imprensa: a trajetória de Carlos Lacerda. Ensaio. *Piauí*, 91, abril de 2014, p. 30-38.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____ *A ditadura derrotada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____ *A ditadura desmascarada.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GEHLEN, Joel. *O Século Singular:* participação empresarial na formação de Joinville. Joinville: Letradágua, 2011.

GELBCKE, Wilson; SCHMIDT, Raul. *Raul Schmidt:* reflexões ao longo de uma vida. Joinville: Letradágua, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

_____ Introdução. In: GOMES, A. de C. (coord.) *Velhos militantes:* depoimentos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p.7-17.

GOULARTI Filho, Alcides. *Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

GRUNER, Clóvis. *Leituras matutinas:* modernidade, utopia e heterotopias na imprensa joinvilense (1951-1980). 2002. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Paraná (UFPR).

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo; OLIVEIRA NETO, Wilson de; OLSKA, Marilia Gervasi. *O Exército e a Cidade.* Joinville: UNIVILLE, 2008.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade*: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica 2013.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.) *A Invenção das Tradaições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IMHOF, Afonso. A mulher operária em Joinville: situação, preconceito e discriminação. *Revista de História*, São Paulo, v. LVI, n.111, jun./set. 1977.

JEANNENEY, Jean-Noel. A mídia. In: RÉMOND, René. Por uma história política. RJ: FGV.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado dos Tempos Históricos:* contribuição *à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Contraponto, 2006.

LAVALLE, Adrían Gurza. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 66, julho de 2003, p. 91-109.

LE GOFF, Jacques. Memória. *Memória – História***.** Enciclopédia Einaudi, vol. 1. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

_____ *História e memória*. 4. ed. Campinas: ed. Unicamp, 1996.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Relações políticas e ditadura: do consórcio autoritário à transição controlada. In: BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Histórias na Ditadura:* Santa Catarina: 1964-1985. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: AARÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MACHADO, Diego Finder. *Redimidos pelo passado?* Seduções nostálgicas em uma cidade contemporânea (JOINVILLE, 1997-2008). Dissertação de mestrado- Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Estadual de Santa Catarina- UDESC, Florianópolis: 2009.

MACHADO, Gerson. Os atabaques da Manchester: subjetividades, trajetórias e identidades afro-brasileiras em Joinville/SC. Itajaí: Casa Aberta, 2014.

MEURER, Belini. *Entre flores e manguezais*: a construção do real em Joinville. Dissertação de mestrado-Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1993.

MICHELS, Ido Luiz. *Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento:* do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997. Campo Grande: Editora UFMS, 1998.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. Pesquisar experiências autoritário-repressivas recentes: dilemas e riscos. In: NICOLAZZI, F., MOLLO, H. M., ARAUJO, V. L. de (orgs.). *Aprender com a história?:* o passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2011. p.91-111.

_____ *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho:* o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002. Instituição em que foi defendida. (Centro ou Faculdade e Universidade).

_____ Pesquisar experiências autoritário-repressivas recentes: dilemas e riscos. In: NICOLAZZI, F., MOLLO, H. M., ARAUJO, V. L. de (orgs.). *Aprender com a história?:* o passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2011. p. 91-111.

_____ Prefácio. In: BRANCHER, Ana Lice; LOHN, Reinaldo Lindolfo. *Histórias na Ditadura: Santa Catarina: 1964-1985*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

MAGALHÃES, Marionildes Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História* [online]. 1997, vol. 17, n. 34, pp. 203-220.

MARTINS, Celso. *Os quatro cantos do sol*. Operação Barriga-verde. Florianópolis: Editora da UFSC; Fundação Boiteux, 2006.

MOSIMANM, João Carlos. *Catarinenses- Gênese e História.* Florianópolis: Edição do autor, 2010.

NIEHUES, Valdete Daufemback. *De agricultor a operário:* lembranças de migrantes. Dissertação de mestrado em história- Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, Florianópolis: 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. Da utilidade e desvantagem da história para a vida. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

NORA, Pierre. O Retorno do fato. In: LE GOFF, J. & NORA, Pierre (org). *História: novos problemas.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

O'DONNEL, Guillermo. *Transições do regime autoritário.* São Paulo: Vertice, 1988.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. de M., AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da história oral.* 8ª ed, Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

_____ O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. Revista do Programa de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: EDUC, fevereiro de 1997. Vol. 14, p. 25-40.

PRESOT, Aline. Celebrando a “Revolução”: as Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o golpe de 1964. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha (orgs). *A construção social dos regimes autoritários*: Brasil e América Latina, v. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RÉMOND, René (org.) *Por uma História política*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RICCEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento.* Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: AARÃO Reis, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____ *Brasilidade revolucionária*: um século de cultura e política. São Paulo: UNESP, 2010.

ROLLEMBERG, Denise: QUADART, Samantha. *A construção social dos regimes autoritários:* Brasil e América Latina.v. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena:* experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado:* cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SESTINI, Dharana Pérola Ricardo. O apoio civil à intervenção militar de 1964: a questão das entidades femininas em São Paulo. *XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – São Leopoldo: Associação Nacional de História – ANPUH, 2007.

SILVA, Helio. *O Governo Geisel.* São Paulo: Editora Três, 1998, p. 42-44.

SILVA, Sonia Menezes. *A operação midiográfica:* a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação- A folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, 2011, p. 28.

SILVEIRA, Luiz Henrique da. A era Dom Gregório in: *Dom Gregório Warmerling:* pastor e profeta. Blumenau: Odorizzi, 2001.

SOUZA, Giane Maria de. *Cidade onde se trabalha*: a propagação ideológica do autoritarismo estadonovista em Joinville. Itajaí: Ed. Maria do Cais, 2008.

SOUZA, Sirlei. *Ecos de resistência na desconstrução da ordem*: uma análise da revolução de 1964 em Joinville. Dissertação de mestrado em história- Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, Florianópolis: 1998.

_____. Movimentos de Resistência em tempos sombrios. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (org.). *História de (I)migrantes:* O cotidiano de uma cidade. 2. ed. Joinville: UNIVILLE, 2005.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil:* de Castelo a Tancredo. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SPINDEL, Arnaldo. *O que são ditaduras*. Col. Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1985.

TERNES, Apolinário. *História econômica de Joinville.* Joinville: Meyer, 1986.

_____ *A Estratégia da Confiança.* Joinville: S. ed., 1988.

_____ *História do A Notícia* (1923-1983). Joinville: A Notícia, 1983.

_____ *Joinville, a construção da cidade.* Joinville: SEIGRAF, 1993.

_____*Tempos modernos:* a presença de italianos em Joinville, 1973-2008. Joinville: Editora Univille, 2010.

THIAGO, Raquel S. *Eu, Wittich Freitag*. Joinville: Movimento e Arte, 2000.

_____. Joinville- cultura e história. In: TERNES, Apolinário (org.). *Joinville 150 anos.* Joinville: Editora Letradágua, 2001.

VELASCO, Sebastião C; MARTINS, Carlos Estevão. De Castelo a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura". In: SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (Orgs.). *Sociedade Política no Brasil pós-64.* Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Edelstein, 2008.

VELASCO E CRUZ, Sebastião. *Empresariado e Estado na transição brasileira*: um estudo sobre a economia política do autoritarismo (1974-1977).

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história:* Foucault revoluciona a história. Brasília: Ed. da UNB, 1995.

ZIMMERMANN, Elmar. *O Descanso do Pescador*. Joinville: Editora Joinvilense, 2006.